UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ELAINE CRISTINE SANTOS SANTANA

OS ESPAÇOS LIVRES NAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL:

Um estudo no bairro Jesus de Nazareth, Vitória, Espírito Santo

VITÓRIA
2019

ELAINE CRISTINE SANTOS SANTANA

OS ESPAÇOS LIVRES NAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL:

Um estudo no bairro Jesus de Nazareth, Vitória, Espírito Santo

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e impactos no território.
Orientador: Prof.ª Dra. Clara Luiza Miranda.

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Santana, Elaine Cristine Santos, 1993-
S231e Os espaços livres nas Zonas Especiais de Interesse Social : um estudo no bairro Jesus de Nazareth, Vitória, Espírito Santo / Elaine Cristine Santos Santana. - 2019.
222 f. : il.

Orientadora: Clara Luiza Miranda.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Espaços urbanos. 2. Espaços públicos. 3. Solo - Uso - Planejamento. 4. Zoneamento. 5. Planejamento urbano - Participação do cidadão. I. Miranda, Clara Luiza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

ELAINE CRISTINE SANTOS SANTANA

"OS ESPAÇOS LIVRES NAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO NO BAIRRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 28 de março de 2019.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça
(membro interno – PPGAU/UFES)

Prof. Dr. Giovanilton André Carretta Ferreira
(membro externo – UVV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e direção na realização deste estudo e por sempre me conceder a alegria de realizar meus sonhos.

Aos meus pais, Hélio e Marlúcia Santana, que me acompanharam nessa jornada me dando todo o apoio necessário para que esse estudo se tornasse uma realidade, até mesmo se envolvendo nas pesquisas de campo. Sou muito grata pelos meus pais que me ensinaram a importância da força de vontade, e dedicação. Espero um dia recompensá-los.

Às minhas irmãs, Sara e Isabelle Santana, pela paciência e pelos momentos de alegria que me deram ânimo quando mais precisei.

Aos meus avôs, tios e primos pelo incentivo e pelos maravilhosos momentos em família.

Aos meus amigos pela força e apoio, pelos momentos de alegria, pela compreensão e pelo carinho que sempre têm demonstrado. Em especial ao Francisco Ruy e Gabriela Siqueira que se voluntariaram e contribuíram na realização deste projeto.

À Professora Orientadora, Dr.ª Clara Luiza Miranda, pelas contribuições, principalmente metodológicas, compreensão, atenção e envolvimento nos projetos que realizei durante este estudo.

À Professora Dr.ª Eneida Maria Souza Mendonça e ao Professor Dr. Giovanilton Ferreira, membros da banca do Exame de Qualificação que tornaram este estudo possível com suas essenciais considerações.

À comunidade do bairro Jesus de Nazareth, em especial ao Fernando Martins e à liderança comunitária, José Antônio Gomes e Izael Ramos, pelo suporte e incentivo ao embarcarem comigo nos projetos propostos pela pesquisa.

Às alunas que participaram do projeto de extensão, Rosiane Sossai Spadeto e Stella Sampaio Silveira.

À EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio, que abriu as portas da escola para a realização da pesquisa com as crianças da comunidade.

À CAPES, pela concessão da bolsa para realização dos estudos.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigada!

“Tudo lá no morro é diferente
Daquela gente não se pode duvidar [...]
Numa vasta extensão
Onde não há plantação
Nem ninguém morando lá
Cada pobre que passa por ali
Só pensa em construir seu lar
E quando o primeiro começa
Os outros depressa procuram marcar
Seu pedacinho de terra pra morar
E assim a região sofre modificação
Fica sendo chamada de a nova aquarela
E é aí que o lugar
Então passa a se chamar favela”
(BUARQUE, 1998).

RESUMO

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), foram estabelecidas no planejamento urbano como um instrumento da política pública de incentivo à regularização fundiária e urbanística de assentamentos irregulares. É comum nessas áreas a falta de espaços livres com infraestrutura e equipamentos adequados voltados para atividades de lazer, práticas esportivas e socialização. Parte-se da hipótese de que os espaços livres podem ser adotados como estratégia do planejamento urbano para promover o desenvolvimento socioespacial de ZEIS, no pressuposto de que esses são mais democráticos, por serem acessíveis aos cidadãos, proporcionando maiores oportunidades de apropriação e transformações. O bairro Jesus de Nazareth é o objeto de estudo da pesquisa em campo, que teve como objetivo investigar os espaços livres no contexto de uma ZEIS, a partir da avaliação dos seus atributos mais significativos quanto aos aspectos socioambientais, paisagísticas, urbanísticas e socioculturais, a fim de refletir sobre como estes podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial local. A partir da pesquisa bibliográfica, um conjunto de métodos e critérios existentes para a avaliação e análises espaciais foram adotadas na pesquisa empírica, para o reconhecimento local, através do mapeamento focado na análise qualitativa baseada em dados quantitativos, questionários, entrevistas e oficinas. Essa composição adaptada às particularidades de uma ZEIS resultou em uma metodologia única, que se apresentou como um diferencial desta pesquisa. Os resultados mostraram que a comunidade de Jesus de Nazareth tem se apropriado dos seus espaços livres como estratégia de desenvolvimento socioespacial, mesmo que com ações autônomas e pontuais. Faz-se necessário uma mudança de olhar na leitura e estudo dos espaços da cidade, e o aperfeiçoamento de ferramentas metodológicas, principalmente, de formas de representação capazes de sintetizar artística e simbolicamente suas informações imateriais, a fim de através desses trazer contribuições para o processo de desenvolvimento socioespacial.

Palavras-chave: Espaços Livres, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), desenvolvimento socioespacial, Jesus de Nazareth.

ABSTRACT

The Special Zones of Social Interest (ZEIS) were established in urban planning as an instrument of public policy to encourage land and urban regularization of irregular occupations. It is common in these areas the lack of open spaces with adequate infrastructure and equipment for leisure activities, sports and socialization. It starts from the hypothesis that open spaces can be adopted as an urban planning strategy to promote the socio-spatial development of ZEIS, on the assumption that these are more democratic, as they are accessible to citizens, providing greater opportunities for appropriation and transformation. The Jesus de Nazareth neighborhood is the object of study of field research, which aimed to investigate open spaces in the context of a ZEIS, from the evaluation of its most significant attributes in terms of socio-environmental, landscape, urban planning, and sociocultural aspects, to reflect on how they can contribute to local socio-spatial development. From the bibliographic research, a set of existing methods and criteria for the evaluation and spatial analysis were adopted in the empirical research, for the local recognition, through the mapping focused on the qualitative analysis based on quantitative data, questionnaires, interviews and workshops. This composition adapted to the particularities of a ZEIS resulted in a unique methodology, which was presented as a differential of this research. The results showed that the community of Jesus de Nazareth has appropriated its open spaces as a socio-spatial development strategy, even with autonomous and punctual actions. It is necessary a change of perspective in the reading and study of the spaces of the city, and the improvement of methodological tools, mainly, of representation forms capable of artistically and symbolically synthesizing their immaterial information, intending to bring contributions to the socio-spatial development process.

Keywords: Open Spaces, Special Zones of Social Interest, socio-spatial development, Jesus de Nazareth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Zonas Especiais de Interesse Social em Vitória (ES).....28
Figura 2: Situação de Jesus de Nazareth na paisagem da baia de Vitória (ES) 29
Figura 3: Mapa da Situação de Jesus de Nazareth em Vitória (ES) 30
Figura 4: Mapa de Localização de Jesus de Nazareth, Vitória (ES) 31
Figura 5: Vista da ocupação no bairro voltada para o mar.....32
Figura 6: Acessos do bairro (Esquerda: Rua Afonso Sarlo e Direita: Escadaria).....33
Figura 7: Espaços livres potenciais no bairro Jesus de Nazareth 34
Figura 8: Vistas a partir de Jesus de Nazareth para a terceira ponte, Convento da Penha e baía de Vitória.....35
Figura 9: População do Espírito Santo e da Grande Vitória no período de 1940 a 1980 58
Figura 10: Localização das Poligonais do Projeto Terra em Vitória 61
Figura 11: Localização das Poligonais do Projeto Terra Mais Igual e ZEIS 1 e 2 no município de Vitória.....64
Figura 12: Situação Fundiária do bairro Jesus de Nazareth 67
Figura 13: Famílias removidas das Áreas de Interesse Social do bairro Jesus de Nazareth.....68
Figura 14: Plano de Intervenção do Programa Terra Mais Igual para o bairro Jesus de Nazareth – Poligonal 5, em 2011 69
Figura 15: Mapa oficial do bairro Jesus de Nazareth 81
Figura 16: Identidade visual da Associação de moradores do bairro Jesus de Nazareth.....132
Figura 17: Sede da Associação de Moradores do bairro Jesus de Nazareth em 2017 133
Figura 18: Resultado da atividade "Quadro de Palavras" desenvolvida na escola .138
Figura 19: Alunos realizando as atividades da cartilha em sala de aula 139
Figura 20: Modelo da cartilha proposta para o mapeamento de Jesus de Nazareth junto aos alunos na escola Edna de Mattos.....140
Figura 21: Desenvolvimento do mapa coletivo de diagnóstico do bairro Jesus de Nazareth em Seminário com a equipe mediadora do projeto de pesquisa 143
Figura 22: Cartaz de divulgação da reunião comunitária no bairro 144
Figura 23: Reunião com a comunidade no bairro Jesus de Nazareth.....145

Figura 24: Participantes da ação Tour no Morro Jesus de Nazareth em frente ao painel de entrada do bairro na Rua Afonso Sarlo.....147
Figura 25: Convite para oficina de Diagnóstico Coletivo de Jesus de Nazareth distribuído no bairro (esquerda) e divulgado nas redes sociais (direita) 148
Figura 26: Equipe mediadora, voluntários e moradores que participaram na organização da oficina no bairro Jesus de Nazareth.....149
Figura 27: Participação da população na oficina de diagnóstico e mapeamento dos Espaços Livres de Jesus de Nazareth 150
Figura 28: Morro Bento Ferreira ao fundo da Praia do Suá [19-?] 151
Figura 29: Mapa da Análise Ambiental de Jesus de Nazareth, Vitória (ES).....152
Figura 30: Registro do despejo de dejetos sem tratamento no mar 154
Figura 31: Resultado do projeto de limpeza realizado na Praia das Castanheiras .155
Figura 32: Pedra que rolou no início de 2018 em Jesus de Nazareth.....156
Figura 33: Mapa do rendimento nominal médio mensal por bairro de Vitória com destaque para Jesus de Nazareth.....160
Figura 34: Mapa da Malha Urbana de Jesus de Nazareth, Vitória (ES).....162
Figura 35: Perfil das vias no bairro Jesus de Nazareth (rua, beco e escadaria) 163
Figura 36: Cena de apropriação do espaço da rua registrada no bairro Jesus de Nazareth.....164
Figura 37: Mapa de adensamento construtivo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES) 165
Figura 38: Mapa do Parcelamento do solo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES).....167
Figura 39: Mapa do Uso e Ocupação do solo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES) .168
Figura 40: Praça Fernanda de Jesus Soares decorada para a copa do mundo de 2018 169
Figura 41: Edificação Bar do Bigode, com 5 pavimentos (último pavimento recentemente adicionado) e rua com edificações entre 3 e 4 pavimentos.....172
Figura 42: Paisagem da Baia de Vitória (a partir do alto do Convento da Penha), como plano de fundo que envolve o bairro Jesus de Nazareth.....173
Figura 43: Vista do “Pedrão” e da mata a partir da Avenida Leitão da Silva (a esquerda), Vista da Praia da Castanheira (a direita).....174
Figura 44: Desenho realizado por aluno da EMEF Edna de Mattos da Praia da Castanheira na pesquisa “Meu Lugar” 175

Figura 45: Emergências visuais dos elementos naturais percebidos nos percursos de Jesus de Nazareth 176
Figura 46: Alguns dos marcos visuais de Jesus de Nazareth: as torres, o Bar do Bigode, a Igreja Nossa Senhora de Fátima e a Escadaria Natália Faria (da esquerda para direita) 176
Figura 47: Desenhos gerados na atividade quadro de palavras realizada na pesquisa “Meu Lugar” 181
Figura 48: Igrejas Católicas São Francisco, Nossa Senhora de Lurdes e Nossa Senhora de Fátima presentes no bairro (da esquerda para direita) 182
Figura 49: Escadarias pintadas em ações promovidas pelo Tour no Morro com participação dos moradores 188
Figura 50: Painéis artísticos criados por moradores de Jesus de Nazareth. Painel na entrada da Rua Afonso Sarlo (em cima) e painéis na Praça Fernanda de Jesus (em baixo) 189
Figura 51: Mapa síntese da análise dos espaços livres de Jesus de Nazareth 192
Figura 52: Mapa de diagnóstico coletivo da área "1.CASARÃO" gerado em oficina com a participação da comunidade 193
Figura 53: Lote vazio, localizado no bairro Bento Ferreira, com edificação antiga ao fundo denominada pelos moradores de Jesus de Nazareth como Casarão 194
Figura 54: Mapa de diagnóstico coletivo da área "2. PRAIA DAS CASTANHEIRAS" gerado em oficina com a participação da comunidade 196
Figura 55: Terreno vazio localizado na Praia das Castanheiras em Jesus de Nazareth 197
Figura 56: Visuais a partir da área da Casa Branca, no alto de Jesus de Nazareth198
Figura 57: Mapa de diagnóstico coletivo da área "3. CASA BRANCA" gerado em oficina com a participação da comunidade 199
Figura 58: Caracterização visual das torres e do Pedrão. Vista das torres a partir da Casa Branca (esquerda), visuais a partir do Pedrão para o Convento e Terceira ponte (direita em cima) e para de Vitória (direita em baixo) 200
Figura 59: Mapa de diagnóstico coletivo da área "4. TORRES" gerado em oficina com a participação da comunidade 201
Figura 60: Caracterização atual da área da Matinha em Jesus de Nazareth 202

Figura 61: Mapa de diagnóstico coletivo da área "5. MATINHA" gerado em oficina com a participação da comunidade 203
Figura 62: Situação da matinha antes da ação (esquerda) e o desenvolvimento do projeto de transformação do espaço (direita) 204
Figura 63: Situação atual da área da mata com acúmulo de lixo (a esquerda), e da horta comunitária (ao centro) 204
Figura 64: Identificação do lote vazio na Rua Eugênio José Xavier. Entrada de acesso (esquerda em cima), vista a partir do terreno (esquerda em baixo) e parte do terreno (direita) 206
Figura 65: Mapa de diagnóstico coletivo da área "6. JOSÉ XAVIER" gerado em oficina com a participação da comunidade 207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo dos critérios adotados pelo estudo para a análise e avaliação dos espaços livres e seus referenciais teóricos 39
Tabela 2: Situação Censitária das Favelas em algumas cidades brasileiras na década de 50.....45
Tabela 3: Perfil dos Municípios brasileiros – Implantação do Plano Diretor 54
Tabela 4: Problemas identificados no diagnóstico realizado no bairro Jesus de Nazareth – Poligonal 05 do Projeto Terra 65
Tabela 5: Metodologia de Investigação dos Espaços Públicos, segundo Jan Gehl 111
Tabela 6: Síntese das Propostas de atividades do Projeto de Pesquisa “Meu Lugar” 137
Tabela 7: Perfil Populacional dos Moradores de Jesus de Nazareth 157
Tabela 8: Crescimento Populacional no bairro Jesus de Nazareth, IBGE 2000/2010 158
Tabela 9: Domicílios Particulares permanentes, segundo rendimento nominal mensal no bairro Jesus de Nazareth, IBGE 2010 159
Tabela 10: Relação das propostas de melhorias dos moradores, segundo a pesquisa 180
Tabela 11: Relação dos locais, atividades e frequência das práticas socioespaciais segundo os moradores.....191

LISTA DE SIGLAS

AABJN – Associação de Amigos do Bairro Jesus de Nazareth

AEIS – Áreas de Especial Interesse Social

AIA – Área de Interesse Ambiental

BNH – Banco Nacional de Habitação

CJP – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

COHAB – Companhia de Habitação Popular

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EHIS – Empreendimento Habitacional de Interesse Social

GEPESE – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação

HISTOFIC – História e Filosofia da Ciência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

PDM – Plano Diretor Municipal

PDU – Plano Diretor Urbano

PIURMBH – Programa de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte

PREZEIS – Lei dos Planos de Regularização das ZEIS

PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROMORAR – Programa de Erradicação de Favelas

RAPES – Rede de Articulação Psico-educativa-social de Jesus de Nazareth

Reurb – Regularização Fundiária Urbana

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERFHA – Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

UVV – Universidade Vila Velha

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZIP – Zona de Intervenção Pública Prioritária

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14

1. INTRODUÇÃO 18

1.1 PROBLEMA 24

1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO ESTUDO 36

2. ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: um caminho para integração socioespacial 41

2.1 OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO 43

2.2 OS ASSENTAMENTOS IRREGULARES, OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DE ZEIS EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: O BAIRRO JESUS DE NAZARETH 56

2.2.1 Intervenções em Jesus de Nazareth promovidas pelo Projeto Terra 65

2.3 A ATUAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM PROMOVER INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS 72

3. OS ESPAÇOS LIVRES EM ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 77

3.1 O ESPAÇO EM QUESTÃO: ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS 77

3.2 O ESPAÇO PRODUZIDO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL 85

3.3 OS ESPAÇOS LIVRES NO CONTEXTO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 96

3.4 COMO AVALIAR OS ESPAÇOS LIVRES DAS ZEIS? 107

3.4.1 Fundamentos metodológicos 107

3.4.2 Critérios adotados para a análise e avaliação dos espaços livres 117

4. ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES NO BAIRRO JESUS DE NAZARETH 127

4.1 A PESQUISA EM CAMPO: uma experiência de envolvimento com a comunidade de Jesus de Nazareth 128

4.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL 151
4.2.1 Análise ambiental.....151
4.2.2 Perfil populacional.....157
4.3 ASPECTOS URBANÍSTICOS.....161
4.4 ASPECTOS PAISAGÍSTICOS.....173
4.5 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS.....177
4.6 ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES POTENCIAIS EM JESUS DE NAZARETH 193
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....214
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O BAIRRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES) 220
APÊNDICE B - DIÁRIO DE VISITA – TOUR NO MORRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES).....221

APRESENTAÇÃO

Gostaria de iniciar convidando o leitor a realizar comigo uma reflexão sobre o caminho acadêmico traçado o qual possibilitou trabalhar a temática desenvolvida na dissertação que se segue, intitulada: “Os Espaços Livres nas Zonas Especiais de Interesse Social: um estudo no bairro Jesus de Nazareth”. Espero que este breve histórico de envolvimento com os principais temas aqui abordados ajude o leitor a compreender melhor as reflexões propostas neste estudo.

Durante a graduação de Arquitetura e Urbanismo, realizada na Universidade Vila Velha – UVV, principalmente, ao cursar disciplinas como “Introdução à Arquitetura e Urbanismo”, “Fundamentos Sociais, Econômicos e Ambientais aplicados à Arquitetura e Urbanismo” e “Planejamento Territorial, Ambiental e Urbano”, fui atraída pela complexidade da relação existente entre o homem e o espaço urbano. A fim de entender melhor a influência da arquitetura e urbanismo na vida cotidiana das pessoas, envolvi-me em atividades complementares proporcionadas pelo curso, com o objetivo de aproximar a academia da realidade urbana, como as “Oficinas de Design Urbano e Ordenamento Territorial”, que aconteceram em Vila Velha em 2011, na Microrregião da Grande Terra Vermelha, e em 2012, no bairro do Ibes.

A participação nas oficinas despertou em mim o interesse pela pesquisa científica e me levou a participar dos projetos “Métodos e técnicas para inibição de ações antissociais através do desenho urbano. Planejando a segurança na reconfiguração espacial do bairro de Bento Ferreira, Vitória, ES”, entre 2013 e 2014, e "Estratégias socioambientais para inibição de ações antissociais: um estudo de caso do Bairro Bento Ferreira e seu entorno, em Vitória - ES", entre 2015 e 2016, atrelados ao mestrado de Segurança Pública na Universidade Vila Velha (UVV), com a coordenação da Doutora Ana Paula Rabello Lyra.

Ao pesquisar sobre a configuração espacial do bairro Bento Ferreira, as particularidades dos espaços livres do seu desenho urbano se destacaram, e senti a necessidade de compreender melhor a relação desses espaços com a dinâmica do bairro, justificando a escolha do tema do trabalho de conclusão de curso intitulado “A Vitalidade e Segurança dos Espaços Livres. Um novo eixo paisagístico para o bairro Bento Ferreira.” No processo de desenvolvimento dessa pesquisa, o esforço de

conceituar os espaços livres, delimitar fundamentos teóricos, levantar e analisar dados empíricos, bem como de transformar os resultados em desenho urbano, ressaltou ainda mais quão complexa essa temática realmente é, e quão essenciais são os estudos das particularidades regionais de diferentes realidades urbanas a fim de contribuir para uma melhor compreensão do espaço em geral.

Com o objetivo de dar continuidade às reflexões sobre os Espaços Livres resultantes da pesquisa realizada em Bento Ferreira, Vitória, o projeto de pesquisa para esta dissertação parte de uma das considerações finais daquele trabalho de graduação:

- Segundo a análise do contexto urbano do bairro Bento Ferreira, nota-se um distanciamento socioespacial deste com os bairros do entorno, principalmente, os que apresentam áreas delimitadas pelo Plano Diretor de Vitória como Zonas Especiais de Interesse Social, tal qual o bairro Jesus de Nazareth. Este aspecto da pesquisa destacou a necessidade de promover integração socioespacial entre bairros que apresentam diferentes realidades socioeconômicas e a possibilidade de adotar os espaços livres, como um elemento integrador no ambiente urbano (SANTANA, 2015).

Partindo da hipótese de que os Espaços Livres possuem o potencial de promover integração social, no intuito de refletir sobre essa questão, este projeto de pesquisa considera as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), áreas da cidade popularmente conhecidas como favelas ou assentamentos precários, que, devido ao seu histórico de segregação, necessitam de soluções práticas as quais atuem na redução das desigualdades socioespaciais.

Desta forma, considerando os Espaços Livres como todo espaço aberto sobre influência da área urbana, acessível a todos os cidadãos, factível de promover um ambiente democrático de incentivo a vida em sociedade e comunitária através da prática social (MAGNOLI, 2006, p. 202), acredita-se na importância do planejamento desses espaços voltados a atender as atividades e necessidades do homem urbano em um contexto local, de forma personalizada, promovendo qualidade espacial e ambiental, de acordo com a identidade de uma comunidade, que somado ao todo reflete na cidade em geral.

Mesmo como moradora da Região Metropolitana da Grande Vitória, meu contato com a realidade dos bairros de Vitória é bem superficial, exceto aqueles que havia conhecido em estudos urbanos durante a graduação. Como o bairro Jesus de Nazareth, que conheci em 2013, na disciplina da graduação denominada "Planejamento Territorial, Ambiental e Urbano I", ministrada pelo Prof. Dr. Giovanilton Ferreira. Os potenciais inicialmente identificados nesse lugar se apresentaram propícios para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, o recorte territorial adotado para a realização da pesquisa empírica desta dissertação compreende o bairro Jesus de Nazareth, na cidade de Vitória - ES.

O que está registrado aqui é um processo de pesquisa que buscou conhecer a realidade local de uma ZEIS através dos relatos dos moradores, especialmente, das crianças, e registrar as ações e os desejos de transformação e desenvolvimento de uma comunidade, tendo como objetivo considerar possíveis soluções presentes na realidade cotidiana e não apresentar propostas de desenho urbano, ou projetos arquitetônicos e urbanísticos.

Diferente de muitas das pesquisas sobre Espaços Livres que se concentram apenas em levantar dados e informações cartográficas, morfológicas e estéticas do território, este estudo representa um esforço em contribuir com uma reflexão sobre a conceituação desses espaços em realidade informais e irregulares, além de dar voz aos moradores, aqueles que verdadeiramente dão significado aos lugares com suas práticas e seus discursos cotidianos.

Nesse sentido, a fim de desenvolver uma leitura do espaço mais próxima das pessoas, busquei expandir o olhar de arquiteto-urbanista, que, devido à formação mais técnica, foca na perspectiva da dimensão estética e funcional, segundo aponta Souza (2006, p. 57), e me aventurei em conhecer mais acerca das metodologias utilizadas pelas ciências sociais e antropologia aplicadas ao estudo urbano.

Em virtude disso, o foco desta dissertação são os próprios moradores e usuários do bairro de Jesus de Nazareth. Dar luz as situações locais, as riquezas da paisagem e de uma identidade construída por essa comunidade, por meio dos relatos da população, proporciona "oportunidade à realidade de dizer sim ou não ao que se pensa sobre ela" (SANTOS, 1985, p. 7). Assim, espero contribuir para o despertar

de um olhar socialmente responsável e autônomo na promoção do desenvolvimento dessa comunidade, principalmente, das crianças e dos jovens, os quais, conforme destaca Souza (2006, p. 16), são os portadores do futuro das nossas cidades.

É importante esclarecer que, pela necessidade de expressar de forma mais pessoal as experiências vividas no bairro Jesus de Nazareth e as falas dos moradores, esta dissertação, em alguns momentos, foge do formato convencional de uma abordagem textual impessoal, uma vez que traz relatos em primeira pessoa da pesquisadora e dos moradores, os quais poderiam se perder, caso estivessem em uma linguagem no formato científico.

Este estudo representa um exercício de aproximação acadêmica da realidade socioespacial dos espaços urbanos. Uma aproximação daqueles que dão significado e vida aos lugares através de suas práticas e atividades diárias, não apenas como técnico e pesquisador que busca pelo conhecimento científico, mas também como um observador participante que, ao conhecer mais da realidade e cultura local, pode atuar como um consultor popular que incentiva o desenvolvimento socioespacial ao fornecer ferramentas destinadas ao fortalecimento da autonomia local na busca por mudanças.

Dessa forma, espero incentivar e apelar aos estudantes e aos profissionais que atuam nos diversos setores da complexa realidade urbana, especialmente arquitetos e urbanistas, em buscar um maior contato com a realidade social e com as pessoas que fazem parte dos espaços onde atuamos.

Anseio também que os relatos aqui registrados em relação aos espaços e às práticas sociais do bairro possam aproximar mais essa realidade do leitor e despertar o interesse por conhecer mais profundamente essa comunidade. Se você nunca a visitou, te desafio a se aventurar, para descobrir as belezas, a vida e a cultura que tornam Jesus de Nazareth uma comunidade tão atrativa.

1. INTRODUÇÃO

Um cenário comum pode ser observado no ambiente urbano das grandes cidades brasileiras: áreas de segregação espacial e desigualdades sociais popularmente conhecidas como favelas. Esses territórios são geralmente caracterizados pela precária infraestrutura urbana, na distribuição de água potável, energia elétrica, esgoto, coleta de lixo, arruamento, transporte coletivo, espaços de lazer e interação social e comunitária. Frequentemente são estigmatizados, sendo, muitas vezes, apenas representados como núcleos de pobreza, marginalidade e violência.

Este estudo almeja refletir sobre algumas das problemáticas observadas nesses espaços urbanos que podem ser denominados como favelas, assentamentos precários ou aglomerados subnormais, dentre outros, dependendo das regionalidades. Assim, cabe aqui conceituá-los, a fim de esclarecer as premissas da qual partem as reflexões propostas por este estudo.

Segundo o Ministério das Cidades (2010, p. 10), o termo “favela” passou a ser adotado, por volta de 1920, para caracterizar uma forma de habitação precária, tanto da casa, quanto da posse da terra. Já os “assentamentos precários” designam “o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda” que abrange variadas tipologias, as quais, tradicionalmente, são utilizadas nas políticas públicas de habitação, como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e outras denominações regionais. No contexto urbano, podem ser considerados assentamentos precários as áreas que possuem as seguintes características:

- Predomínio do uso residencial, com famílias de baixa renda;
- Condições de moradia precárias, com irregularidade fundiária, precariedade de equipamentos sociais e infraestrutura urbana, alto adensamento e insalubridade;
- Origem baseada em um histórico de ocupação irregular de população de baixa renda em busca de alternativas de moradia.

O termo “aglomerados subnormais” foi adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1987. O conceito é empregado a fim de determinar

conjuntos que tenham, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, ocupando, ou tendo ocupado propriedade alheia (pública ou particular), de forma desordenada e densa (IBGE, 2011).

Ao refletir sobre a cidade através da perspectiva das favelas, ou seja, uma cidade com espaços produzidos pelas necessidades de uma sociedade,esta pode ser considerada como uma obra de criação social, “uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos”, resultante das relações entre as pessoas e grupos que compõem uma sociedade. Segundo Lefebvre (2011, p.51):

> [...] a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...], com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

Logo, tomando sua abordagem como fundamento, esta "obra" é fruto da interação de indivíduos entre si, os quais formaram uma comunidade e sociedade ao compartilharem da mesma cultura – considerada como o elemento que justifica as diferentes realizações do homem sobre a natureza e por meio do qual as sociedades desenvolvem meios de se adaptarem a diferentes ambientes (KROEBER, apud RIBEIRO, 2007).

Complementando essa ideia, Ascher (2010, p. 20) destaca que as formas da cidade “cristalizam e refletem às lógicas das sociedades que as acolhem”, sendo influenciadas pelas transformações e podendo também se ajustar ao seu contexto social.

Acerca do fenômeno urbano, Lefebvre (1999) considera o processo de urbanização das cidades como o ponto de partida da “problemática urbana”, e o indutor das transformações das cidades e da realidade social que nasce nesse contexto, definida como “sociedade urbana”. Para Sérgio Martins (in LEFEBVRE, 2011, p. 7), as considerações Lefebvrianas são uma tentativa de responder o seguinte questionamento: “Como compreender a realidade social que nasce da industrialização e a sucede?”.

A complexidade das relações sociais da sociedade contemporânea marca uma crescente diferenciação social que permeia todas as esferas e transforma os modos de vida, os sistemas de valores e o funcionamento das famílias. Ao mesmo tempo

em que as possibilidades de socialização se ampliaram, principalmente pelos meios de comunicação, assim como os vínculos sociais, esses se tornaram cada vez mais frágeis. A diversificação das necessidades sociais torna o planejamento democrático e equitativo fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade socialmente mais justa (ASCHER, 2010), sobretudo, em áreas onde a diferenciação social se apresenta como segregação espacial e desigualdades sociais.

As favelas, assentamentos precários e aglomerados subnormais são na verdade o reflexo, nas formas da cidade, das lógicas de uma sociedade moldada por processos históricos de relações sociais, políticas e econômicas, na ocupação e organização do território. Assim, ao refletir sobre esses territórios, não se pode considerá-los como um problema limitado às formas urbanas, mas como parte de uma complexa estrutura social de uma sociedade, que está em constante processo de transformação.

Como aponta Maricato (2015), no centro da questão urbanística brasileira, encontram-se o fundiário e o imobiliário. A invasão, espontânea ou organizada, é uma alternativa de moradia que faz parte da provisão de habitação no Brasil. Apesar de ilegal, é institucional, pois é funcional para a economia, para o mercado imobiliário e para a orientação dos investimentos públicos. A ocupação informal se tornou um “modelo de urbanização” comum no contexto brasileiro.

A falta de terrenos com infraestrutura, de oferta de habitação social e de planejamento urbano voltado para a população de baixa renda podem ser consideradas como motivos que justificaram, e ainda justificam, a ocupação irregular de espaços livres da cidade, considerados sem valor comercial pelo mercado imobiliário, principalmente em áreas com características ambientais tais quais morros, mangues e áreas de preservação ambiental, resultando nos assentamentos precários (FERNANDES, 2011).

Durante o processo de urbanização, impulsionado pela industrialização e a migração da população do campo em busca de empregos e melhores condições de vida, muitos desses espaços se consolidaram como assentamentos. Consequentemente, foi gerada uma ocupação urbana desordenada, e muitas cidades brasileiras

perderam importantes áreas ambientais e potenciais áreas de lazer e convívio social - os Espaços Livres.

Esse cenário reforçou a necessidade da criação de políticas e de leis capazes de ordenar e de direcionar o desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável das cidades, bem como legalizar os casos irregulares existentes.

Na década de 1980, um processo de redemocratização ganhou força com movimentos lutando em favor de direitos sociais, com destaque para a luta pela reforma urbana, que também buscava a garantia da segurança da posse e a regularização fundiária das propriedades localizadas em favelas. Segundo acentua Carvalho (2002, p. 10), os direitos sociais são um importante elemento na busca pela justiça social:

> Finalmente, há os direitos sociais. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social.

A inclusão dos assentamentos precários no zoneamento de alguns municípios[1] nesse período representou um marco fundamental no incentivo ao desenvolvimento urbano de áreas irregulares. Em função disso, foi necessária a criação de um novo arcabouço legislativo que fornecesse parâmetros urbanísticos especiais destinados a atender as particularidades das favelas e dos assentamentos considerados informais e irregulares no planejamento de políticas e de projetos para a regularização fundiária e a urbanização destes territórios. Em 1983, a lei municipal de uso do solo de Recife criou o termo ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, a fim de adequar as normas urbanísticas às áreas “pobres” da cidade.

As Zonas Especiais de Interesse Social podem ser definidas como áreas do perímetro urbano de uma cidade “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados”, quando delimitadas por leis municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo, “onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização

[1] Belo Horizonte e Recife, como será apresentado no Capítulo 2.

jurídica e a sua integração na estrutura urbana" (RECIFE, 1983). A atuação desses instrumentos nas cidades brasileiras será apresentada no capítulo 2.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como cidadã por se fundamentar nos direitos sociais e no discurso democrático do direito à cidade, fornece um suporte legal e jurídico, a fim de reduzir as desigualdades socioespaciais existentes no contexto urbano brasileiro. Nela, vale destacar os artigos 182 e 183, os quais estabelecem o marco inicial na criação de políticas urbanas voltadas para um planejamento democrático ao implementar o princípio da função social da propriedade e da cidade, a representação de uma aspiração social em favor dos interesses coletivos.

A função social da propriedade e da cidade soma, tal qual um recurso legislativo, à busca de gerar justiça social no espaço urbano, a fim de minimizar as mazelas provocadas pelo sistema capitalista. Essa função é descrita, por uma abordagem social e humana, por Bonella, Frantz e Pompéo (2008) da seguinte forma:

> Cabe ao princípio da função social, enfim, dar a estabilidade necessária à propriedade, tutelando sua integridade jurídica e procurando tornar sua existência sensível ao impacto social do exercício dos poderes concedidos ao titular do domínio. A função social da propriedade informa, direciona, instrui e determina o modo de concreção jurídica de todo e qualquer princípio e regra jurídica, constitucional ou infraconstitucional, relacionada à instituição jurídica da propriedade.

O conceito do direito à cidade, segundo apresentado por Lefebvre (2011), compõe o discurso democrático que assegura os direitos do homem e do cidadão - das idades e sexos, das condições à instrução e à educação, à cultura, ao trabalho, ao repouso, à saúde e à habitação. Direitos esses que podem ser considerados como necessidades sociais, isto é, o ser humano possui necessidades, e a necessidade da cidade e vida urbana é permitir que essas se manifestem no espaço. Assim, o direito à cidade é resumido na seguinte citação:

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2011, p. 134).

Entretanto, ainda segundo o autor, o reconhecimento desses direitos só é possível através da participação e apropriação da população no seu papel de cidadã e de

produtora social. Ao expressar o anseio de “que a realidade urbana esteja destinada aos “usuários” e não aos espectadores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos” (LEFEBVRE, 2011, p. 118), indica que o direito à cidade deve ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada. Logo, este defende a ideia de que só a população “pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”, pois é ela que reúne os interesses de todos aqueles que habitam e estão mergulhados na cotidianidade.

No contexto nacional, foi apenas com o Estatuto da Cidade, a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 foram regularizados a fim de garantir o ordenamento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos habitantes. Dentre as possibilidades de instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade para a efetivação da função social, os que ganharam destaque foram a elaboração de plano diretor e o zoneamento com o estabelecimento de Zonas Especiais de Interesse Social, como instrumento de regularização urbanística e fundiária (BRASIL, 2008).

A instituição de um planejamento mais democrático com o resgate do sentido social da propriedade e mecanismos de participação popular, incentivados pela Constituição Federal de 1988, representou o princípio de um processo de transformação no modo de pensar as cidades no contexto brasileiro, possibilitado pela luta e pela prática social. Como apontou Lefebvre (2011), a participação da população é o ponto chave para que as mudanças necessárias no contexto urbano aconteçam. Quando a sociedade se une para iniciativas revolucionárias é capaz de propor estratégias e soluções para os problemas urbanos, possibilitando então que a cidade se torne obra da população.

Diante do estabelecimento das novas legislações que propuseram mudanças na dinâmica social das cidades brasileiras, cabe refletir em como “fazer valer as novas regras democráticas de utilização das cidades brasileiras?” (in ASCHER, 2010, p. 14). E como atuar no planejamento da cidade, a fim de reduzir as desigualdades socioespaciais e, enfim, possibilitar a concretização da cidadania e do direito à cidade? As experiências no planejamento de projetos de urbanização e regularização fundiária realizadas em contexto local pelos municípios ao implantar as Zonas Especiais de Interesse Social refletem a

tentativa de mudança desse panorama de exclusão espacial e desigualdade social que ainda vigora no Brasil.

Frente ao contexto urbano das ZEIS, caracterizado pela informalidade e irregularidade que demanda melhorias, o desafio é promover o desenvolvimento local. Convém aqui ponderar sobre quem mede, e quem estabelece os padrões que significam esse desenvolvimento, principalmente, na dimensão espacial.

Essa cidade, que em suas formas manifesta as realizações do homem sobre a natureza, é complexa e requer que seus espaços sejam estudados. Não a partir de padrões pré-estabelecidos, mas como territórios e lugares significados por uma sociedade, permitindo que cada lugar reflita sobre a sua realidade. Assim, faz-se necessário meditar sobre a implicação de questões referentes aos espaços, especialmente, os livres de edificações, para o contexto das ZEIS.

1.1 PROBLEMA

Partindo das questões anteriormente destacadas, este estudo propõe refletir sobre os Espaços Livres em Zonas Especiais de Interesse Social. Logo, a pesquisa se fundamenta na seguinte questão: Em que medida os Espaços Livres podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial[2] de Zonas Especiais de Interesse Social?

Um fato que não podemos mudar é que as favelas fazem parte da história urbanística do nosso país. E atualmente, como realidade consolidada, representam um desafio na construção de uma sociedade mais justa, democrática e generosa, sendo elas um componente fundamental da produção da cidade. Os diversos programas de intervenções em favelas, desenvolvidos com apoio estatal, ou mesmo decorrentes de ações organizadas pelos próprios moradores, visando trazer melhorias na infraestrutura básica e na qualidade de vida da população, resultaram no reordenamento do espaço e da paisagem urbana (SILVA, 2009, p. 16).

[2] Termo delimitado por SOUZA (2006 e 2015) e que será definido detalhadamente no subcapítulo 3.2. O ESPAÇO PRODUZIDO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL.

Mesmo com novas configurações urbanas e com o fortalecimento de uma identidade local e cultural, as favelas continuam sendo vistas “como um espaço de ausências – urbanas, sociais, legais e morais”. Quanto a isso, é necessário avançar em um item importante para a presença dessas nas cidades, e que está sendo deixado de lado, que é “a apropriação e uso do espaço urbano em seu conjunto como direito social” a uma cidade democrática e inclusiva (SILVA, 2009, p. 17).

Nesse sentido, as ZEIS, como um importante instrumento da política urbana, fundiária e habitacional, representam uma preocupação em promover melhorias físicas, jurídicas e sociais, em ordem de proporcionar a integração dessas áreas na estrutura da cidade. De modo que esse conceito passa a exercer um relevante papel não apenas nas políticas de intervenção e de regularização urbana, mas também na construção da percepção simbólica e social desses territórios como parte da cidade.

Pelo contexto de ocupação nas áreas de ZEIS, é comum a problemática da falta de espaços livres com infraestrutura e equipamentos adequados voltados para atividades de lazer, práticas esportivas e socialização, que atendam as necessidades da população. A presença de áreas livres é um caso atípico nessas áreas da cidade que apresentam um alto adensamento do sítio. Entretanto, é essencial para a qualidade e sustentabilidade do contexto urbano que elas sejam tratadas de forma diferenciada, a fim de que tragam benefícios para a realidade local e sua população, assim como para toda a cidade.

A complexidade dos espaços livres de edificações no contexto das cidades está diretamente relacionada com a vida cotidiana daqueles que estão em constante contato com esses, ou seja, a população e usuários. Considerando a estrutura de uma cidade, pode-se dizer que, de alguma forma, todas as pessoas estão inseridas nos espaços livres, públicos ou privados. Logo, a dinâmica estabelecida entre o homem e os espaços livres de uma urbe está diretamente associada à qualidade de vida da população local, à sua percepção da cidade e do desenvolvimento urbano.

Mesmo que as cidades tenham seu legado de parques e de espaços livres, os valores desses, continuamente, não têm sido reconhecidos, de maneira que as devidas medidas de planejamento e gestão, voltadas à proteção e à valorização, sejam tomadas. Muitas vezes, o crescimento urbano, principalmente, quando

motivado pelo mercado imobiliário, tem colocado em risco essas áreas. Afinal, a arquitetura e o urbanismo são capazes de promover transformações e impactos na cidade, que irão interferir diretamente na qualidade de vida da população residente em determinado contexto urbano. Sendo assim, conhecer e estudar as necessidades do homem urbano se torna mandatório, a fim de que haja um planejamento adequado orientado à construção da cidade, sobretudo, dos espaços livres.

Isto posto, o desdobramento deste estudo parte da hipótese de que os espaços livres podem ser adotados como estratégia do planejamento e da gestão urbana, a fim de promover o desenvolvimento socioespacial de ZEIS. Tomando como pressuposto que os espaços livres são os mais democráticos no espaço urbano, por serem acessíveis aos cidadãos, eles proporcionam, assim, maiores oportunidades de autonomia de indivíduos e de grupos, para apropriar e transformá-los.

> Espaços livres de edificações ou de urbanização são pressupostamente os mais acessíveis por todos os cidadãos; os mais apropriáveis perante as oportunidades de maior autonomia de indivíduos e grupos; os que se apresentam com mais chance de controle pela sociedade como um todo, já que abertos, expostos, acessíveis; enfim, aqueles os quais podem ser os mais democráticos possíveis, enquanto significado intrínseco da expressão espaço urbano (MAGNOLI, 2006, p. 204).

Os espaços livres só se tornam relevantes, quando analisados com base nas atividades e nas necessidades do homem urbano (MAGNOLI, 2006, p. 202). O ponto mais importante a ser considerado é que esses espaços abarcam as práticas socioespaciais cotidianas, e, por isso, influenciam diretamente na qualidade de vida da população.

Uma vez que, eles podem fornecer áreas para as pessoas desfrutarem durante seu tempo livre, com atividades esportivas, onde o homem pode estabelecer contato e comunicação entre si, gerando a inclusão de diferentes grupos sociais, assim como positivos impactos na saúde, física e psicológica, e no bem-estar da população.

Vale destacar que este estudo não tem como objetivo abranger todas as abordagens sobre os espaços livres, mas propõe fazer algumas considerações sobre esses através de uma visão mais ampla do termo, e voltada às particularidades de uma cidade autoconstruída, presente nas Zonas Especiais de Interesse Social.

Perante a complexidade do espaço, e em especial dos espaços livres em ZEIS, surgem as seguintes questões: Como determinar os espaços livres da cidade autocriada? Como avaliar estes espaços? Como acontece a relação entre uma comunidade e seus moradores com seus espaços livres? Como permitir que a população participe da avaliação e produção deste espaço?

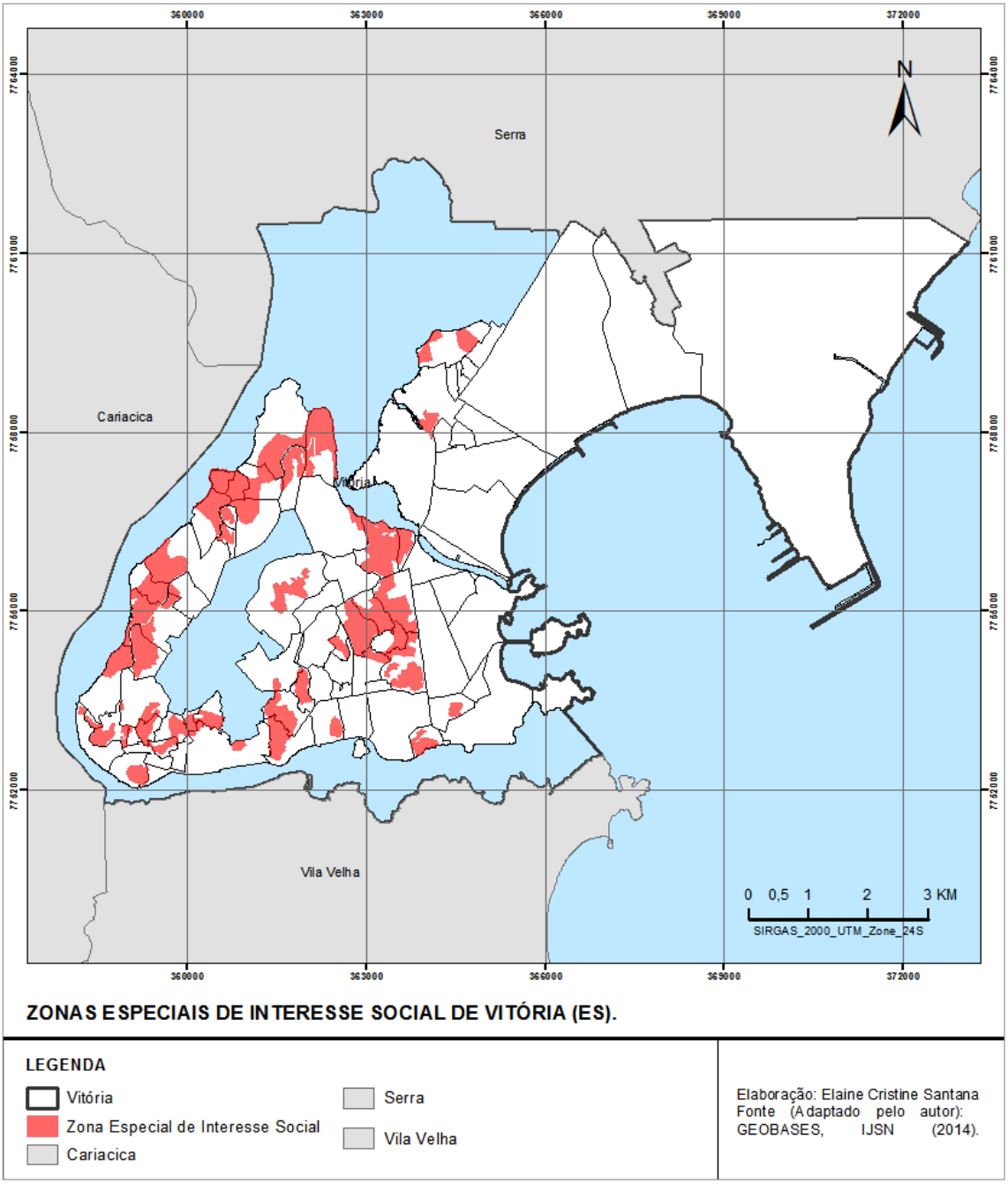
O desenvolvimento socioespacial, no qual se propõe que os espaços livres podem contribuir para alcançar, abarca questões de justiça social e de qualidade de vida, e promove caminhos para a autonomia de indivíduos e de grupos no processo participativo na tomada de decisões quanto à produção e ao planejamento da cidade.

A cidade de Vitória, no Espírito Santo, não se difere dessa realidade urbana de segregação espacial e desigualdades sociais. Devido à sua singular condição geográfica, uma ilha com condicionantes naturais complexas, com um relevo montanhoso que cobria 40% do território e com áreas de mangue e de floresta, a ocupação e a expansão urbana foram dificultadas (SALLES apud BRITO, 1996).

Como resultado, as áreas deixadas de lado no processo de urbanização, os morros e mangues, acabaram ocupadas pela população de baixa renda. E a maior parte dessas é delimitada pelo Plano Diretor Municipal de Vitória (2006 e 2017) tal quais Zonas Especiais de Interesse Social (Figura 1).

Com uma população de aproximadamente 358.267 habitantes, distribuídos em um território de 96,536 km² e com densidade populacional de 3.338,30 hab/km², a capital capixaba possui poucos vazios urbanos, principalmente, na porção leste, onde se concentram as ZEIS (IBGE, 2017).

Figura 1: Mapa das Zonas Especiais de Interesse Social em Vitória (ES)



Fonte (adaptado pela autora): GEOBASES; IJSN, 2014.

Em Vitória, as peculiaridades da configuração geográfica do território e do processo de consolidação urbana proporcionaram a grande parte das Zonas Especiais de Interesse Social uma localização privilegiada na estrutura urbana. Atualmente, essas áreas estão próximas dos principais equipamentos e serviços, de pontos turísticos, e possuem visuais privilegiados da cidade. Nessa paisagem singular, destaca-se uma composição de cadeias montanhosas no decorrer da

baía, cobertas por vegetação, em contato com o mar e ocupado por edificações de variadas tipologias, desde altos edifícios até edificações “precárias” (Figura 2).

Figura 2: Situação de Jesus de Nazareth na paisagem da baia de Vitória (ES)

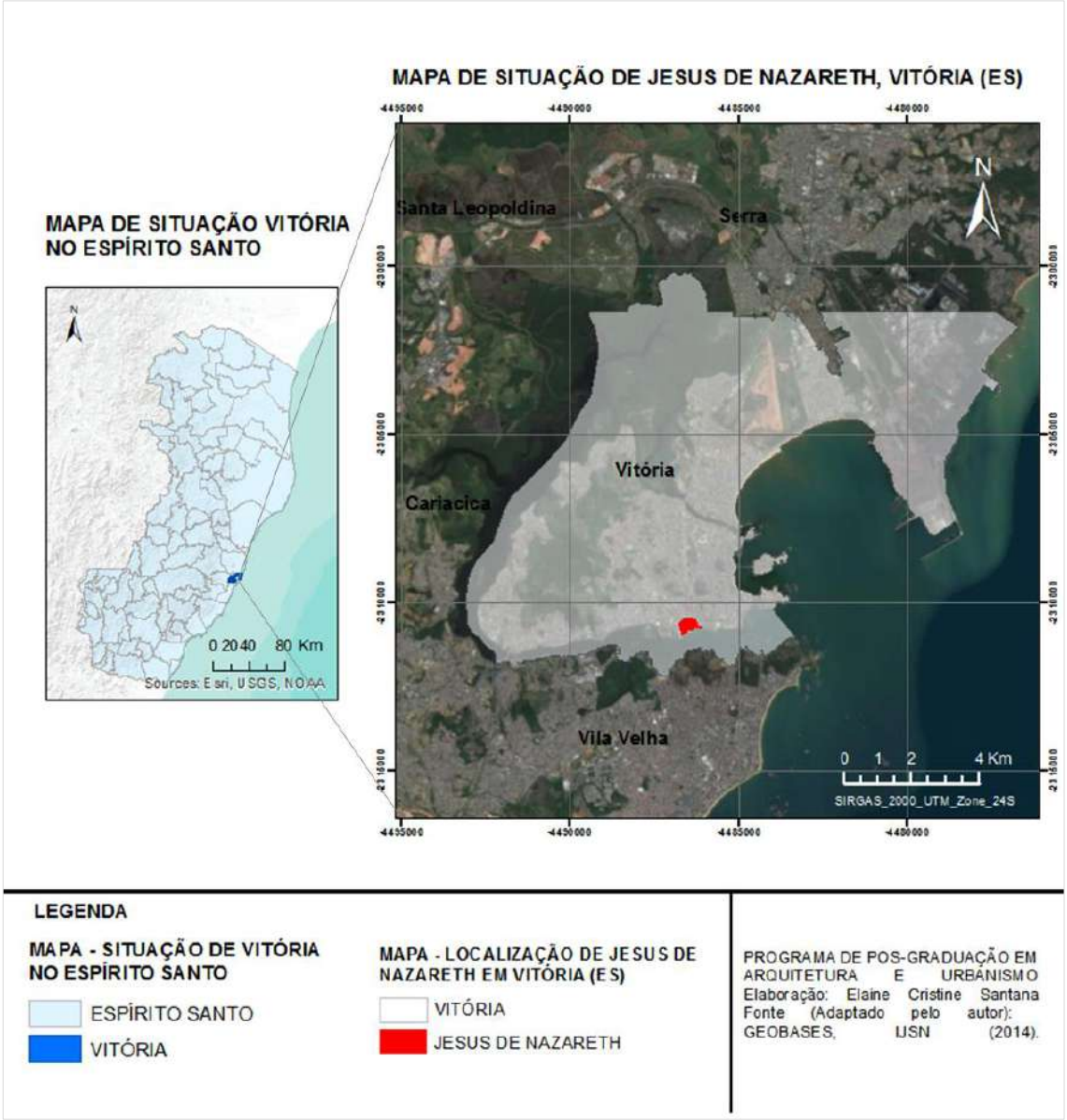
Fonte: acervo da autora, 2017.

Ao observar esse cenário, principalmente, no trajeto de Vila Velha à Vitória através da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (Terceira ponte)[3], é possível notar que, próximo de importantes pontos turísticos, como o Convento da Penha e a Praça do Papa, destaca-se um morro com uma imagem característica das ocupações irregulares (edificações coloridas dispostas organicamente e que, visualmente, parecem casas empilhadas) e Torres de energia no topo - o bairro Jesus de Nazareth.

Localizado na faixa sul do município, o bairro é delimitado pelo mar da baía de Vitória, um dos cenários paisagísticos mais valorizados da cidade, e pelos bairros Enseada do Suá, Praia do Suá e Bento Ferreira (Figura 3).

[3] Que mais se aproxima com o ângulo da foto, a qual foi registrada no Convento da Penha, Vila Velha.

Figura 3: Mapa da Situação de Jesus de Nazareth em Vitória (ES)



Fonte (adaptado pela autora): GEOBASES; IJSN, 2014.

Graças à situação em que se encontra em Vitória, além de estar cercado de pontos turísticos, o bairro também se localiza em um contexto privilegiado da cidade quanto à proximidade da oferta de serviços e de equipamentos públicos e privados (Figura 4). Grande parte das instituições públicas e órgãos jurisdicionais, administrativos e legislativos estão situados nos bairros Bento Ferreira, Enseada do Suá e Praia do Suá. Muitos deles, a exemplo da Prefeitura de Vitória, estão na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, a qual faz limite com o bairro Bento Ferreira.

A Praça do Papa, o Shopping Vitória, o Píer da Enseada e o Clube Álvares Cabral, que são equipamentos de lazer importantes no município de Vitória, estão bem próximos do bairro Jesus de Nazareth.

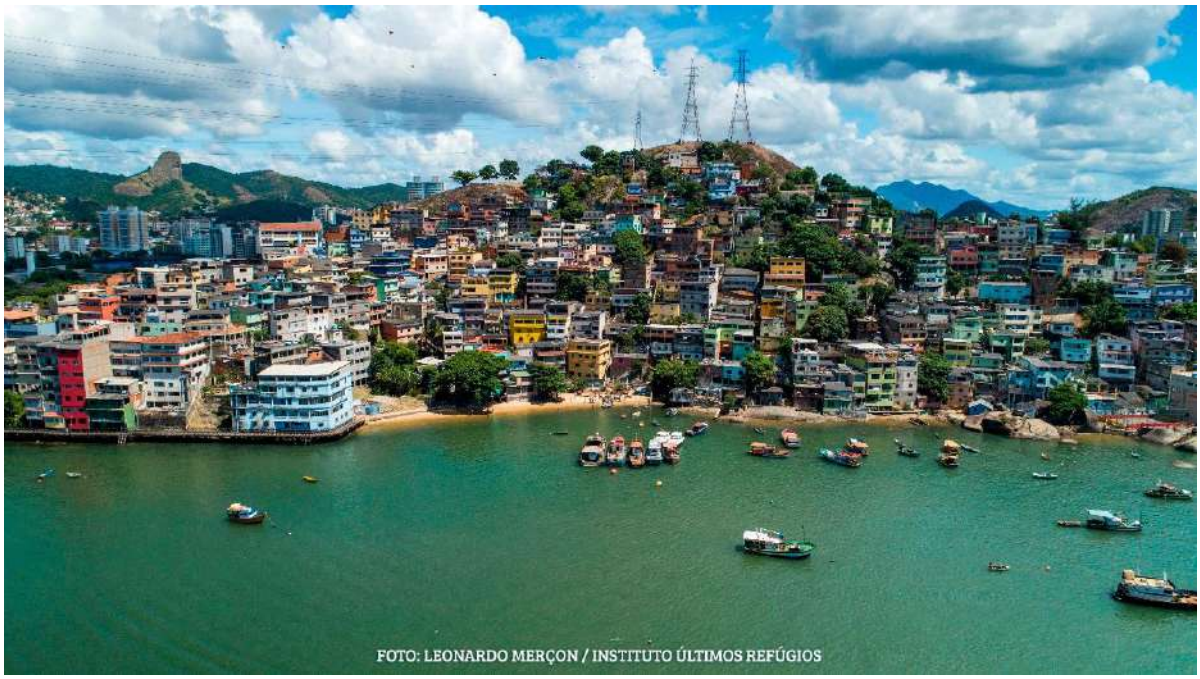
A diferenciação socioespacial que existe entre esse bairro com seu entorno é visível na morfologia urbana e na estética das edificações. O perfil socioeconômico da população local ressalta ainda mais esse quadro de desigualdades.

Figura 4: Mapa de Localização de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)

Fonte (adaptado pela autora): GEOBASES; IJSN, 2014.

A fisiografia do bairro com uma geografia bem delimitada de morro com vegetação no topo, fazendo limite com o mar, produziu uma ocupação irregular de casas sem afastamentos, com difícil acesso por meio de ruas estreitas, becos e escadarias, sendo que a maior parte da ocupação está voltada para o mar (Figura 5).

Figura 5: Vista da ocupação no bairro voltada para o mar



Fonte: Instituto O Canal (2017).

O modo como o bairro se insere em Vitória, em relação à malha viária e à morfologia, gera um contexto que, fisicamente, não proporciona a articulação com o entorno. Por possuir apenas três pontos de acesso: pela Rua Afonso Sarlo (acesso oficial), pela escadaria no final da Avenida Leitão da Silva, e pela Rua Gumercino Gomes da Silva (pelo Horto Mercado). Somado à imagem estigmatizada atribuída às favelas como lugar de violência e de insegurança, o bairro se isola e é isolado na conjuntura da cidade, dificultando o acesso de pessoas externas, caracterizando a segregação desse lugar (Figura 6).

Figura 6: Acessos do bairro (Esquerda: Rua Afonso Sarlo e Direita: Escadaria)

Fonte: acervo da autora, 2018.

O bairro, mesmo com pouca extensão territorial, possui um zoneamento urbanístico variado. Segundo o plano diretor mais recente, o bairro abrange as seguintes zonas, de acordo com a localização: a parte baixa do bairro, na Avenida Marechal Mascarenhas, está situada na Zona Arterial; a porção central do assentamento, de maior abrangência, é Zona Especial de Interesse Social; já na porção leste do bairro, na área de relevo mais elevado e na orla, encontram-se parcelas de Zona de Proteção Ambiental. O entorno do bairro está inserido na Zona de Ocupação Preferencial (VITÓRIA, 2017).

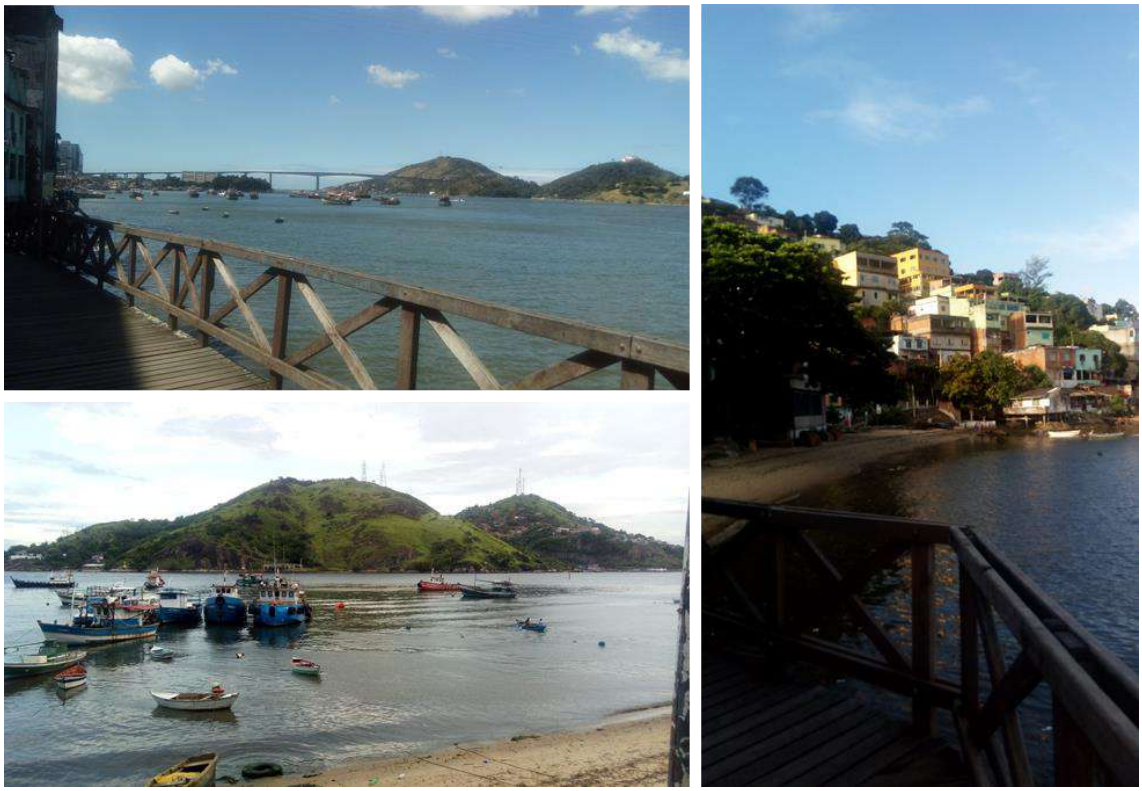
Em razão do alto adensamento construtivo e da condição viária limitada, não há uma distinção clara entre o que é espaço público e o que é privado. O bairro apresenta uma carência de espaços livres de convivência, de lazer e de apreciação da paisagem. Condição que é frequente nesse modelo de ocupação. Ademais, em Jesus de Nazareth é possível identificar alguns lotes e áreas vazias, localizados em áreas de risco, mas que, devidamente trabalhados, podem se apresentar como espaços potenciais destinados a atender essa carência (Figura 7).

Figura 7: Espaços livres potenciais no bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

O contato do bairro com a baía, a proximidade com a Terceira Ponte e o Convento da Penha, aliado às características topográficas, geram ricas potencialidades visuais. A composição estética das edificações coloridas combinada com equipamentos de infraestrutura, que acabaram se tornando parte da identidade visual do bairro, a exemplo das Torres de energia no topo do morro. A área de mata e afloramentos rochosos na porção leste do bairro, os barcos atracados na pequena praia da Castanheira e no Píer da Praia do Suá. Todos esses elementos aliados a uma forte e plural liderança comunitária em uma ZEIS criam um cenário inesperado, que só é descoberto ao se adentrar neste território (Figura 8).

Figura 8: Vistas a partir de Jesus de Nazareth para a terceira ponte, Convento da Penha e baía de Vitória



Fonte: acervo da autora, 2018.

Portanto, os aspectos brevemente destacados para caracterizar esse território e outros que descobriremos com a análise local tornam o bairro um objeto apropriado de estudo para atender o objetivo da pesquisa.

O **objetivo geral** desta pesquisa é investigar os espaços livres no contexto de uma Zona Especial de Interesse Social a partir da avaliação dos seus atributos mais significativos quanto aos aspectos socioambientais, paisagísticos, urbanísticos e socioculturais, a fim de refletir sobre como esses podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial local.

Assim, os **objetivos específicos** desta pesquisa são:

- Reconhecer os espaços livres do bairro Jesus de Nazareth e avaliar seus atributos, segundo a metodologia proposta, no contexto de uma ZEIS;
- Investigar a participação do cidadão no bairro Jesus de Nazareth nos espaços comunitários e suas práticas sociais.

1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO ESTUDO

A metodologia de uma pesquisa se apresenta como parte fundamental, pois conduzem as informações e dados para os resultados que podem ser obtidos. Por isso Magnani (1984) destaca a importância de uma postura mais cuidadosa no estudo da vida urbana. A condução metodológica adotada por uma pesquisa deve ser determinada a fim de atender seus objetivos.

Considerando seus objetivos, esta pesquisa foi organizada em duas etapas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa em campo. De modo que, os métodos, as técnicas e os procedimentos foram definidos conforme a necessidade de cada uma das etapas da pesquisa, tendo em vista os resultados almejados.

Pesquisa Bibliográfica

Através da Pesquisa Bibliográfica, foi possível estabelecer os referenciais teóricos dos temas-chave do estudo: as Zonas Especiais de Interesse Social, os espaços livres sob a perspectiva da cidade informal, o desenvolvimento socioespacial, e outros que estão subordinados a estes. Além de definir as bases metodológicas e procedimentos da pesquisa em campo.

Quanto ao objeto de estudo, a revisão de bibliográfica proporcionou conhecer documentos, planos e propostas existentes e já aplicados na área.

Esta etapa foi realizada, tendo como fonte de pesquisa livros, legislações, artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado, arquivos oficiais, páginas da Web, periódicos e revistas.

Pesquisa em campo

Esta etapa consiste em um exercício prático-teórico que considera os espaços livres por uma perspectiva prático-social. Nela, destacam-se os valores que esses espaços possuem, não apenas por seus atributos físicos, mas também pelas práticas sociais que abarcam, e a maneira pela qual esses podem significar o contexto urbano dos locais nos quais se inserem. Assumindo uma abordagem aberta para propostas alternativas, considerando que o urbano está

em constante transformação, assim como as relações entre as pessoas e os espaços.

Existem variadas metodologias e procedimentos para avaliação dos espaços livres. De modo que, este estudo não teve como pretensão estabelecer uma nova metodologia específica para o seu objetivo, mas sim procurou adotar outras já utilizadas em estudos práticos e com credibilidade científica.

Todavia, na busca pela metodologia mais adequada para esta pesquisa, observou-se que, geralmente, a avaliação e a análise dos espaços livres, no campo do urbanismo, são realizadas com foco nos atributos físicos por meio de observações do pesquisador em campo. Quando há interação com as pessoas, essa se restringe a questionários e a entrevistas.

A definição de uma metodologia para avaliar os espaços livres em uma Zona Especial de Interesse Social representou um processo de reconhecimento da necessidade de adaptar o conceito e as metodologias às particularidades da cidade informal.

Assim, para avaliar os espaços livres e investigar as práticas sociais existentes nos espaços livres de uma ZEIS, foi necessário combinar diferentes abordagens metodológicas e adequá-las ao contexto local, a fim de buscar melhores resultados.

A pesquisa empírica, ou pesquisa em campo, fundamentou-se nos seguintes objetivos: **o reconhecimento dos espaços livres em Jesus de Nazareth, a investigação da relação das pessoas com o espaço e a análise e avaliação dos atributos dos espaços livres**. Esses podem ser resumidos em três etapas:

1. Reconhecimento local;
2. Pesquisa ”Meu Lugar” (desenvolvida com os alunos da escola EMEF Edna de Mattos Siqueira Gáudio);
3. Pesquisa Diagnóstico Coletivo dos espaços Livres do bairro Jesus de Nazareth (em modelo de atividade de extensão com a participação de voluntários e com a comunidade).

A pesquisa com os moradores consistiu na aplicação de questionário estruturado fechado e semiestruturado com perguntas abertas, oficinas a serem realizadas na escola e oficina com os moradores para o desenvolvimento de atividades interativas, a exemplo da produção de mapas coletivos.

A análise e avaliação dos atributos dos espaços livres, segundo o objetivo desta pesquisa, considera os **aspectos socioambientais, paisagísticos, urbanísticos** e **socioculturais**. Esses aspectos estão sintetizados na tabela abaixo e suas referências metodológicas estão descritas no capítulo 3 (Tabela 1). Essa análise não delimita áreas específicas, mas considera toda a espacialidade do bairro, como um sistema de espaços. Além disso, ela propõe uma análise fundamentalmente qualitativa, mas que, em alguns momentos, lança mão de dados quantitativos para melhor embasá-la.

Mesmo sem o objetivo de estabelecer um método próprio de avaliação dos espaços livres, a combinação dos critérios e dos procedimentos adotados, no contexto em que foram aplicados, de uma Zona Especial de Interesse Social, apresentam-se como o diferencial desta pesquisa.

Quanto ao tratamento dos dados obtidos na pesquisa, esses foram processados, de acordo com o suporte teórico, e representados através do recurso que melhor apresentava a síntese dos resultados, por meio de análises descritivas, fotografias, mapas, tabelas ou outros.

Para a representação cartográfica, foi empregada a tecnologia SIG - Sistemas de Informação Geográfica, através do aplicativo ArcGis, para o mapeamento georreferenciado dos dados. Nesta representação, o bairro Jesus de Nazareth se define pelas vias limítrofes: a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, a Rua Afonso Sarlo e a Rua Oscar Paulo da Silva.

Para o desenvolvimento de análises de caráter urbano, considerando o bairro e entorno, a escala cartográfica adotada foi de 1:10.000. Em caráter local do bairro, a escala de análise foi de 1:4.00. Para as análises de caráter cotidiano, ou seja, para detalhes dos espaços livres, tais quais ruas, escadarias e praças, será adotada a escala que melhor representar a situação que se pretende trabalhar.

Os dados levantados e processados em representações gráficas foram complementados com a iconografia levantada na documentação fotográfica, a qual foi realizada pela autora nas visitas de campo e recolhida junto dos moradores.

Tabela 1: Resumo dos critérios adotados pelo estudo para a análise e avaliação dos espaços livres e seus referenciais teóricos

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS			
Categoria	Análise	Critérios	Referencial Teórico
Aspectos Socioambientais	Análise Ambiental	relevo, comunidades vegetais, hidrografia, áreas de preservação ou risco ambiental	(TARDIN, 2008) (ROBBA; MACEDO, 2010) (HOLANDA, 2007)
	Perfil Populacional	características demográficas: população residente, sexo, idade, cor, renda, grau de escolaridade e economia local	
Aspectos Urbanísticos	Morfologia Urbana	Parcelamento do solo, malha urbana e acessos, adensamento construtivo	AMANCIO (2005)
	Mobilidade Urbana	Hierarquia viária, trânsitos e meios de transporte, calçadas e pavimentação	
	Edificações	Uso e ocupação do solo, gabarito das edificações e infraestrutura urbana	(GEHL, 2016) e (LEFEBVRE, 2011)
	Infraestrutura Urbana	Programa de atividades e equipamentos	
Aspectos Paisagísticos	Elementos Cênicos	componentes naturais com qualidade visual	(TARDIN, 2008)
	Fundos Cênicos	Visuais amplas com elementos significativos	
	Áreas de Emergência Visual	Elementos singulares destacados em percursos	
	Marcos Visuais	Elementos construídos que são referência visual	
Aspectos Socioculturais	Territorialidade e Práticas socioespaciais	Festas, costumes, práticas sociais, instituições, projetos e manutenção do espaço	(CPTED, 2003) e (SANTOS, 1985)
	Participação e uso	Quantos, quem, onde, o que e por quanto tempo?	(GEHL, 2013)
	Imagem do bairro	Elementos da paisagem, forma e cultura do bairro segundo o olhar dos moradores	(LYNCH, 2006)

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Partindo da contextualização estabelecida nesta introdução, o segundo capítulo apresenta as Zonas Especiais de Interesse Social no contexto histórico do urbanismo brasileiro, apontando o arcabouço legislativo elaborado no decorrer do tempo direcionado a regular o desenvolvimento e o planejamento das cidades no Brasil, concentrando, principalmente, na situação das áreas delimitadas como assentamentos precários e irregulares. Essa análise parte do contexto nacional, e se volta para as especificidades das ZEIS no contexto local da cidade de Vitória, Espírito Santo, e da área de estudo, o bairro Jesus de Nazareth.

Neste mesmo capítulo, foram apresentados também alguns dos projetos de urbanização desenvolvidos para os assentamentos irregulares de destaque no contexto nacional, com foco no “Projeto Terra”, implantado em Vitória, e que abrangeu o bairro Jesus de Nazareth. A fim de examinar de que forma esses projetos contribuíram e podem contribuir em promover integração e desenvolvimento socioespacial de ZEIS.

O terceiro capítulo discorre sobre os espaços livres, sob o olhar específico da informalidade das ZEIS, apresentando referenciais teóricos que ampliam o entendimento de espaço de uma forma geral. O foco está no espaço tal qual uma produção social, e como essa perspectiva pode influenciar o entendimento de desenvolvimento socioespacial. A partir dessas reflexões, foram estabelecidos os fundamentos teóricos da proposta metodológica do estudo, justificando os critérios estabelecidos para a análise dos espaços livres.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo e a análise dos espaços livres do bairro Jesus de Nazareth, considerando os principais critérios propostos pela metodologia.

Portanto, este estudo representa um exercício de aproximação com aqueles que dão significado e vida aos lugares através de suas práticas e atividades diárias não apenas como o técnico e pesquisador que busca pelo conhecimento científico, mas também como um observador participante que, ao conhecer mais da realidade e cultura local, pode atuar tal qual um consultor popular que incentive o desenvolvimento socioespacial, ao fornecer ferramentas para o fortalecimento da autonomia local na busca por mudanças.

2. ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: um caminho para integração socioespacial

As Zonas Especiais de Interesse Social são consideradas um importante instrumento da política urbana, fundiária e habitacional destinado a promover a regularização das favelas e dos assentamentos informais no Brasil. É um dos instrumentos jurídicos de regularização fundiária contidos no Estatuto da Cidade que, ao estabelecer a divisão espacial de uma cidade para o planejamento das atividades, usos e ocupações da terra, define áreas especiais com um padrão urbanístico próprio para os assentamentos.

A divisão funcional da cidade tem como modelo absoluto as propostas urbanísticas de zoneamento feitas por Le Corbusier que resultou na Carta de Atenas em 1933, a qual estabelece a setorização física da cidade sistematizada em quatro funções principais: habitar, trabalhar, cuidar do corpo e espírito, e circular. Esse modelo de planejamento da cidade, com organização espacial segundo a racionalidade simplificadora do zoneamento monofuncional, é criticado por teóricos, a exemplo de Lefebvre (2011), pois essa proposta aborda, na teoria, a relação do habitante e habitat com a natureza, destacando problemas reais da cidade, mas que, na prática do desenho, a sintetiza em simples funções, as quais não consideram a complexidade dos conflitos que compõem o espaço urbano.

Da mesma forma, Ascher (2010) crítica o urbanismo modernista que abraça esse planejamento baseado na indústria com seus princípios de especialização inspirados no taylorismo, buscando o rendimento máximo da terra. Isso porque, desta forma, a organização do espaço é definida, segundo uma dominância ideológica, isto é, a dominância da sociedade hierarquizada.

Existem diferentes tipos de zoneamento, os quais variam, de acordo com a sua finalidade e o seu caráter ideológico, sendo que cada um desses constituem um instrumento específico. A organização espacial simplista das funções: habitar, trabalhar, cuidar do corpo e espírito, e circular, desconsidera o espaço como uma obra complexa, fruto de relações e de conflitos de diferentes grupos e classes sociais. Entretanto, com o tempo, esse instrumento se desenvolveu para além da

simples divisão espacial, sendo adotado como uma ferramenta de planejamento, segundo aponta Souza (2006, p. 257):

> Para além da simples divisão espacial com base em usos da terra (residencial, industrial ou, mais especificamente ainda, residências unifamiliares, indústrias poluentes etc.) ou, também, de acordo com parâmetros urbanísticos (que regulam a volumetria e a densidade), várias técnicas foram sendo introduzidas com o fito de flexibilizar o zoneamento como instrumento de planejamento.

Dentre os diferentes tipos de zoneamento, vale aqui destacar o “zoneamento includente” ou “zoneamento de prioridades”, abordado por Souza (2006). Este modelo de zoneamento prioriza os investimentos públicos de infraestrutura voltados às áreas mais pobres da cidade com necessidades básicas em equipamentos urbanos. Assim, ele se mostra fundamentado no discurso social, com o objetivo de promover melhorias para as áreas pobres, reduzindo as desigualdades socioespaciais.

Mais do que a separação de funções e de usos do solo, esse zoneamento tem como objetivo a identificação de espaços residenciais urbanos precários e sua classificação, segundo a natureza do assentamento: favelas, ocupações, ou loteamentos irregulares. Sendo, então, classificados como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), ou Zonas Especiais Interesse Social (ZEIS).

No contexto urbano brasileiro, o zoneamento de prioridades ganha destaque durante a década de 1980, com o processo de redemocratização fortalecido por movimentos de luta em favor de direitos sociais e de reinvindicações pela reforma urbana, buscando garantir a segurança da posse e a regularização fundiária de propriedades localizadas em favelas, loteamentos e ocupações irregulares.

Esse cenário de áreas urbanas consideradas ilegais, irregulares, pobres e precárias é, geralmente, identificado como resultado da “falta de planejamento”. Contrariando essa ideia, Rolnik e Saule Júnior (2001) destacam que a problemática não se originou na ausência de planejamento, mas sim em uma interação perversa entre os processos socioeconômicos, os modelos de planejamento e as práticas políticas que construíram um modelo excludente de crescimento urbano. De forma mais específica, se destacam questões tais quais a falta de oferta de habitação popular, a

posse de terra limitada aos que possuíam recursos financeiros, os interesses do mercado imobiliário, influenciando a economia, e a orientação dos investimentos públicos na cidade.

As ZEIS e AEIS foram criadas na tentativa de estabelecer um novo padrão de intervenção pública que priorizasse a regularização urbanística e fundiária das favelas. Os instrumentos da política urbana adotados pelo Estatuto da Cidade são produtos do processo de desenvolvimento do ambiente construído das cidades e das experiências de atuação pública e popular no desafio de propor soluções para seus problemas.

Assim, o próximo tópico busca contextualizar o caminho traçado pelas cidades brasileiras na produção do seu ambiente construído e assentamentos precários, destacando como surgiram as políticas de planejamento urbano, as quais estão em vigência para o planejamento democrático das cidades.

2.1 OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

O processo de ocupação do espaço urbano no Brasil se fundamentou na relação do homem com a posse da terra, moldada pela Lei de Terras (1850) ao implantar a propriedade privada. Assim, a terra assume um valor comercial, levando a transformações na organização do espaço. A distinção entre solo público e solo privado e a instituição de legislações que visavam regular a construção das edificações fortaleceu o mercado imobiliário com a idealização da propriedade privada e da casa própria. Desta forma, o desenvolvimento das cidades passou a ser guiado pelo interesse desse segmento que estabeleceu o preço da terra, segundo as ofertas de recursos públicos investidos e pela localização (MARICATO, 1997).

O crescimento populacional desordenado das cidades proporcionou o cenário ideal para o fortalecimento da segregação espacial e da exclusão social. A população excluída do mercado imobiliário privado adotou como solução para o problema da moradia que enfrentava, a criação de loteamentos irregulares nas periferias das

cidades e a ocupação ilegal, em grande parte dos casos, de áreas ambientalmente vulneráveis, com a autoconstrução da moradia (MARICATO, 1997).

Os primeiros casos registrados de assentamentos informais, ou precários do Brasil surgiram no início do século XX, foram impulsionados pela destruição de cortiços nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro e pela necessidade de acomodar os soldados que participaram da campanha militar de Canudos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

A organização espacial e os diferentes interesses na terra urbanizada refletem claramente a luta de classes em um confronto entre a visão da cidade como valor de uso e como valor de troca. A primeira visão parte dos trabalhadores que almejavam da cidade condições para uma qualidade de vida com moradia, transporte, lazer e vida comunitária. Já a segunda parte do capital com interesse em extrair lucro do solo urbano, o espaço da cidade é, assim, considerado como uma mercadoria.

Neste contexto, o Estado que tinha o poder de intervir nesse conflito, planejando e investindo os recursos públicos, tendo em vista o benefício comum, põe-se a favor dos interesses do capital. Segundo ressalta Maricato (2008), o “planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário”.

Mensurar o resultado do processo de ausência de políticas urbanas não foi e continua não sendo uma tarefa simples. Mas, os primeiros registros da situação censitária das favelas brasileiras na década de 50 mostram o número de favelas e de barracos em grandes cidades, as quais chegaram a abrigar aproximadamente 309.800 habitantes (Tabela 2).

Tabela 2: Situação Censitária das Favelas em algumas cidades brasileiras na década de 50

Localização	Ano	Número	Tipo	População
Rio de Janeiro	1950	50	Favelas	169,300
Porto Alegre	1951	56	Favelas	54,100
Belo Horizonte	1955	9,300	Barracos	36,400
São Paulo	1957	141	Favelas	50.000
		8,400	Barracos	

(Tabela elaborada pela autora. Fonte dos dados: Ministério das Cidades, 2010, p.12)

Por muito tempo, a atuação do poder público em resolver esse problema se caracterizou pela permissividade e por programas de erradicação e/ou assistência social. Até quando as iniciativas populares, que ocorreram na década de 50, mostraram a possibilidade e a necessidade de adequação espacial de áreas irregulares. Destacando, neste período, a atuação da Igreja Católica nas favelas do Rio de Janeiro, ao propor a urbanização com a implantação de infraestrutura básica e a construção de novas moradias com a participação da população local (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, projetos para a provisão de serviços básicos foram estendidos a 34 favelas, com a construção de 8 Centros de Ação Social (CARDOSO, 2007).

Dessa forma, apontou-se para a alternativa que se diferenciava do ciclo de atuação através das ações de tolerância e de erradicação. A criação do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) pelo governo do Distrito Federal, em 1956, foi a primeira iniciativa na institucionalização da urbanização de favelas. Já o governo brasileiro só começou a enfrentar a questão habitacional por meio de uma política nacional em 1964, com a criação do sistema BNH/SFH, respectivamente, Banco Nacional de Habitação e Sistema Financeiro de Habitação. As COHABs foram então criadas com o intuito de atender o segmento de baixa renda (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Entretanto, a institucionalização da urbanização de favelas não produziu resultados concretos.

Na realidade, o que aconteceu neste período foi a intervenção estatal na produção de habitação e do espaço urbano realizada através de financiamentos que incentivaram a criação de conjuntos habitacionais nos subúrbios, a fim de manter as áreas centrais livres para o interesse imobiliário. Isso somado com aos investimentos públicos no sistema viário, para a adaptação das cidades ao automóvel, ao invés de nas políticas sociais (MARICATO, 1997).

No Rio de Janeiro, a criação da CODESCO, Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, em 1968, promoveu o processo de urbanização em três favelas (Mata Machado, Braz de Pina e Morro União), tornando-se uma referência nacional em intervenções de integração da comunidade. Que possuíam um programa fundamentado em: infraestrutura, melhoria habitacional e desenvolvimento socioeconômico (CARDOSO, 2007) e atuavam fornecendo suporte técnico aos moradores e empréstimos destinados à compra de materiais de construção. Com a CODESCO, os moradores participavam na definição de novas ruas e no planejamento das novas organizações espaciais diante de possíveis modificações (OSBORN, 2013).

Um importante marco para as políticas de parcelamento do solo foi a Lei Federal nº 6.766/79, que criminalizou a atividade de loteamentos clandestinos e estabeleceu parâmetros urbanísticos para a aprovação de parcelamentos do solo. Por causa disso, reduziu-se a oferta de loteamentos irregulares, contribuindo para o crescimento das favelas e de sua precariedade.

Nesse mesmo período, iniciou-se um processo de fortalecimento de propostas de melhoramentos e de urbanização de áreas informais. Um dos programas de destaque foi o PROMORAR, Programa de Erradicação de Favelas, que ocorreu no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, na área da Favela da Maré, com o objetivo de acabar com edificações do tipo “palafita”. Em 1983, o Programa de Integração Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PIURMBH, teve projetos elaborados e implantados em assentamentos precários com a participação dos próprios moradores, com assistência técnica e financeira (CARDOSO, 2007).

Mesmo destacando esses projetos desenvolvidos para intervir em áreas informais, diante do processo de rápida urbanização das cidades brasileiras, o que predominou foi a baixa capacidade de investimentos e de regulação pública sobre áreas urbanas (FERNANDES, 2011).

Com o fim do regime militar, em 1986, diversas prefeituras municipais reforçaram os investimentos em programas sociais e gestões democráticas, implantando experiências inovadoras para as cidades. Os resultados mostraram a eficiência de ter a cidadania como foco de gestão urbana (MARICATO, 1997). Assim, municípios e estados adotaram soluções alternativas e de baixo custo, com o objetivo de orientar as políticas públicas para a urbanização dos assentamentos precários, com participação dos moradores, através de projetos que mantinham a população local (CARDOSO, 2007).

As particularidades urbanísticas características das áreas consideradas informais e irregulares demandavam um arcabouço legislativo que permitisse ações de regularização fundiária e urbana, a fim de adequá-las ao padrão formal de cidade[4].

Baseando-se na Lei Federal nº 6.766/79, a qual permitiu flexibilizar os parâmetros urbanísticos para urbanização específica e para edificação de conjuntos habitacionais de interesse social (artigo 4º, II), a inclusão dos assentamentos precários no zoneamento de alguns municípios na década de 80, como áreas especiais, representou um marco fundamental no incentivo à regularização urbanística e fundiária. Vale aqui destacar algumas destas experiências:

- **BELO HORIZONTE, Minas Gerais:**

Em Belo Horizonte, foi criado o Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA, Lei nº 3532 de 06 de janeiro de 1983. Era aplicável às favelas densamente ocupadas por população economicamente carente, com o objetivo de possibilitar a urbanização e regularização jurídica para áreas definidas no zoneamento como Setor Especial-4 (SE4).

[4] A perspectiva formal *versus* informal deve ser cuidadosamente considerada, quando se trata da leitura dos espaços de assentamentos e favelas. Esses possuem características estéticas e morfológicas peculiares e a tentativa de impor o mesmo padrão estético, arquitetônico e urbanístico de áreas urbanas planejadas para essa realidade pode significar a destruição da identidade local. (Essa reflexão será melhor abordada no capítulo 3).

- **RECIFE, Pernambuco:**

A Lei Municipal nº 14.511/83 de uso do solo de Recife criou o termo ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, a fim de adequar as normas urbanísticas às áreas "pobres" da cidade.

As Zonas Especiais de Interesse Social foram definidas como áreas do perímetro urbano de uma cidade "caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados". São delimitadas por leis municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo, "onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana" (RECIFE, 1983).

As Zonas Especiais de Interesse Social foram definidas tais quais áreas do perímetro urbano de uma cidade "caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados". Quando delimitadas por leis municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo, "onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana" (RECIFE, 1983).

Apesar de reconhecer as ZEIS, com suas características particulares, como parte da cidade e a necessidade de promover normas específicas para sua regularização jurídica e a exigência de infraestrutura básica, essa lei não dispunha dos instrumentos necessários para inibir o mercado imobiliário. Mesmo sendo um passo inicial a criação desse instrumento não foi capaz de abranger todo o contexto urbano de Recife. Estima-se que no período da aplicação da lei, havia cerca de 200 favelas, mas somente 27 foram reconhecidas como ZEIS (ROLNIK; SAULE JÚNIOR, 2001).

Essa experiência teve pouca efetividade até que, em 1987, foi aprovada a Lei dos Planos de Regularização das ZEIS – PREZEIS (Lei Municipal nº 14.947/87), que se tornou uma referência para os governos municipais do país, principalmente, por ter sido formulado pela sociedade civil. Essa lei surgiu a partir da iniciativa da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (CJP), a qual assistia juridicamente conflitos fundiários, contando com a

participação de diferentes entidades do movimento popular. O projeto previa regras destinadas ao reconhecimento de outras favelas como ZEIS e um sistema de gestão participativa (MIRANDA; MORAES, 2007).

Dos instrumentos introduzidos para inibir a especulação imobiliária nas áreas de intervenção, estão a definição de lotes mínimos e a proibição do remembramento como medidas para conservar as características locais e em prevenção do processo de expulsão dos moradores estabelecidos (ROLNIK; SAULE JÚNIOR, 2001).

O PREZEIS consiste em um instrumento de planejamento e de gestão para a cidade de Recife, dependendo, para isso, das prioridades, estratégias e ações municipais. Representa uma mudança de prioridades na postura do governo em relação aos movimentos populares e aos canais participativos. Apesar disso, o projeto falhou em limitar suas intervenções às ZEIS com a presença das Comuls – Comissão de Urbanização e Legalização. As Comuls são responsáveis pela formulação, coordenação, implementação e fiscalização dos planos de urbanização e regularização fundiária a serem desenvolvidos nas ZEIS.

Até 2007, Recife registrava 66 ZEIS estabelecidas oficialmente, compostas por 252 comunidades/ assentamentos, cerca de 85% das áreas de favela. Todavia, a cidade ainda contava com mais 40 comunidades com solicitação para serem reconhecidas por esse instrumento. Destas 66 ZEIS, apenas 35 possuíam a presença das Comuls, podendo, assim, participar do sistema de gestão vigente. Desta forma, o sistema PREZEIS perdeu a oportunidade de tomar partido de todo o potencial que o instrumento da ZEIS pode oferecer (MIRANDA; MORAES, 2007).

Essas experiências, aqui brevemente relatadas, e muitas outras que podem ser observadas no país mostram uma mudança no pensamento em relação aos assentamentos precários e aglomerados subnormais, que foram conquistados através dos movimentos populares, da luta e da prática social.

Ao observar a conceituação dos termos assentamentos precários e aglomerados subnormais, utilizados inicialmente para conceituar as áreas segregadas da

cidade, nota-se que eles se concentram nos aspectos que descrevem a forma das ocupações e a aparência das residências nestas áreas, como precárias, adensamento, desordem e insalubridade, características estas de ordem negativa.

Em contraste, a instituição das ZEIS e AEIS representa uma preocupação em promover melhorias físicas, jurídicas e sociais, em ordem de proporcionar integração dessas áreas na estrutura da cidade. Logo, fica claro a importância que esse conceito passa a exercer não apenas nas políticas de intervenção e regularização urbana, mas também na percepção simbólica e social destes territórios.

O fortalecimento desse planejamento mais democrático, com o resgate do sentido social da propriedade e dos mecanismos de participação popular, foi aderido pela Constituição Federal de 1988, representando o início de um processo de transformação no modo de pensar as cidades no contexto nacional. Essa mudança de pensamento quanto à forma de planejar o espaço urbano foi de extrema importância para o desenvolvimento de iniciativas tendo em vista a garantia da qualidade de vida das pessoas. Mas, para se tornar realidade nas cidades, era fundamental que os instrumentos políticos de desenvolvimento urbano também se adequassem a essa perspectiva.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela primeira vez, apresenta um capítulo para ordenar a Política Urbana (Capítulo II), os artigos 182 e 183 e seus incisos, os quais estabelecem os fundamentos para as políticas de desenvolvimento urbano:

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
>
> § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
>
> § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

> Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

De modo que, ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade é o princípio básico das políticas urbanas, que devem ser executadas pelo Poder Municipal, através do Plano Diretor.

Assim, baseados nesses fundamentos é que, na década de 90, os municípios brasileiros passaram a desenvolver seus primeiros planos diretores, alguns desses incluíram a previsão de ZEIS, ou AEIS, como um de seus instrumentos, a exemplo do Rio de Janeiro em 1992, de Belém, Diadema, Natal e de Vitória em 1994, de Belo Horizonte e Campinas em 1996, e de Porto Alegre em 1999 (MIRANDA; MORAES, 2007).

No Rio de janeiro, a Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992 (Artigo 107, II), estabelece Áreas de Especial Interesse Social, a fim de reservar os terrenos não utilizados, ou subutilizados, para a implantação de programas habitacionais de baixa renda, assim como as áreas "ocupadas por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, destinadas a programas específicos de urbanização e regularização fundiária".

Em Belém, com a Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1994, dentre as zonas especiais, foi estabelecida as ZEIS, "destinadas primordialmente produção e manutenção de habitação de interesse social", sendo definidos três tipos (Art. 166), nos quais, para cada uma, deveria ser elaborado um Plano de Urbanização com padrões urbanísticos e estratégias de gestão:

- ZEIS 1: localizadas em invasões em áreas de terra firme, ou alagados, com o interesse público em promover a urbanização, regularização jurídica e promover programas de habitação populares;
- ZEIS 2: para loteamentos privados irregulares, a fim de promover a regularização do parcelamento e a complementação de infraestrutura e equipamentos comunitários;
- ZEIS 3: localizadas em terrenos vazios, para o estoque de terras, a fim de receber programas habitacionais de interesse social.

O plano diretor de Diadema, Lei Complementar nº 25 de 25 de janeiro de 1994, implantou as AEIS, como instrumento de regularização e de urbanização de favelas. Demarca, assim como em Belém, áreas vazias para a implantação de habitação de interesse social, com o objetivo de aplicar o princípio da função social da propriedade.

Em Vitória, a Lei nº 4.167, de 27 de dezembro de 1994, adota medidas destinadas ao planejamento da regularização fundiária, como as Zonas de Intervenção Pública Prioritária – ZIPs, a fim de delimitar as áreas de interesse social, onde seriam "desenvolvidos prioritariamente os programas de regularização fundiária e das edificações e os programas de urbanização específica" (art. 77). Nesse Plano Diretor, as áreas de interesse social eram entendidas como "aquelas originadas por ocupação espontânea ou por lotes irregulares ou clandestinos que apresentam condições precárias de moradia". A partir de 1998, com o Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda (Projeto Terra), criado pelo Decreto nº 10.131, as ZIPs e áreas de interesse social são transformadas em poligonais (LORENA et al., 2011).

Em 1999, a Lei Federal nº 9.785 altera a Lei nº 6.766/79 que permitiu a inclusão de áreas especiais para atender as favelas no parcelamento do solo levando a criação das ZEIS. Possibilita a redução ao mínimo dos requisitos básicos (vias, escoamento pluvial, água potável, energia elétrica e soluções para esgotamento sanitário) para a aprovação de loteamentos para áreas delimitadas como zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS).

A regulamentação da Política Urbana brasileira, contida nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, só acontece em 10 de julho de 2001 a partir da Lei nº 10.257, a qual institui o Estatuto da Cidade que "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (Art. 1).

Tendo como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana no planejamento urbano, o Estatuto das Cidades

determina algumas diretrizes. Vale aqui estacar as seguintes (BRASIL, art. 2, 2001):

> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
>
> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
>
> IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
>
> V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
>
> XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

Dentre os instrumentos da política urbana, estabelecidos pelo Artigo 4, de competência do planejamento municipal, estão a elaboração do plano diretor e o estabelecimento de Zonas Especiais de Interesse Social. O artigo 39 aponta os planos diretores municipais como os responsáveis por efetivar o cumprimento da função social da cidade e propriedade. Isso porque estes expressam as exigências fundamentais de ordenação do território local, de modo que as necessidades dos cidadãos, “quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas”, sejam atendidas, cumprindo assim sua função social. Já a demarcação das ZEIS, a serem delimitadas pelo plano diretor, ou por lei específica, abrange a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares e o planejamento de áreas para habitação de interesse social (BRASIL, 2011).

A Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, esclarece alguns conceitos importantes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos, dentre eles as ZEIS, além de condicionar a regularização fundiária de interesse social, dentre outros casos, aos imóveis situados nessas zonas (Art. 47, V):

> V – Zona Especial de Interesse Social - ZEIS: parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo;

Após o Estatuto da Cidade, muitos dos municípios que já possuíam plano diretor fizeram sua revisão, adequando-os às novas diretrizes urbanas estabelecidas nacionalmente. E os que não contavam com esse instrumento passaram a planejar. Segundo o IBGE (2010), em pesquisa sobre a infraestrutura básica dos municípios, realizada em 2009, cerca de 41,65% dos municípios brasileiros possuíam plano diretor, o equivalente a 2.318, e mais 1.203 estavam elaborando seus planos (Tabela 3).

Tabela 3: Perfil dos Municípios brasileiros – Implantação do Plano Diretor

Grandes Regiões	Municípios				
	Total	Com Plano Diretor			Elaborando o Plano Diretor
		Total	Com normas de acessibilidade	Revendo o Plano Diretor	
Brasil	5.565	2.318	1.653	827	1.203
Norte	449	211	147	64	86
Nordeste	1.794	627	469	203	397
Sudeste	1.668	680	502	217	296
ES	78	56	39	22	11
Sul	1.188	649	428	294	319
Centro-Oeste	466	151	107	49	105

Fonte: IBGE, Pesquisa de Infraestrutura básica Municipais, 2010.

Em 2012, com a Lei nº 12.608, foram acrescidas informações nos art. 42 e 43 do Estatuto da Cidade, que instituiu aos municípios com áreas de risco, ou que pretendem ampliar o seu perímetro urbano, incluir a previsão de áreas voltadas à habitação de interesse social por meio da demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social em seus planos diretores.

A lei mais recente que aborda as ZEIS é a Lei nº 13.465, de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária. E estipula que os municípios “poderão instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social

(ZEIS), no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território" (Art. 18). Considerando, assim, como ZEIS as parcelas de área urbana destinadas à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, que devem ser instituídas pelo plano diretor, ou definida por outra lei municipal. E a partir dela a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) não fica condicionada à existência de ZEIS.

Com o breve histórico de formação dos assentamentos precários, de forma geral no cenário urbano brasileiro, e de como surgiram as políticas urbanas, especialmente, voltadas à urbanização e à regularização fundiária dessas áreas, é possível mensurar melhor a importância dos instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade, em especial, as Zonas Especiais de Interesse Social.

Ao refletir sobre o papel dos instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade, Whitaker (2005) descreve que esses "visam, em essência, refrear o processo especulativo e regular o preço da terra, ao forçar o exercício da função social da propriedade urbana punindo o "mau proprietário".

Todavia, essa função, a social, encontra um obstáculo no processo de financeirização da terra e no interesse privado do capital imobiliário. Isso porque, dentro da lógica capitalista, as áreas urbanas servidas de infraestrutura, equipamentos públicos, mais oportunidades econômicas, sociais e culturais, ficam restritas àqueles com condições de pagar o preço dessas facilidades e vantagens do urbano, limitando assim, o direito à cidade e ao exercício da função social. Deste modo, um dos principais motivadores da desigualdade socioespacial, da marginalização e da dificuldade de concretizar a cidadania é o acesso à terra urbanizada e à moradia digna.

Logo, diante das novas regras democráticas de produção social das cidades brasileiras, estabelecidas pelas legislações aqui rapidamente consideradas, Somekh (in ASCHER 2010, p. 14) questiona como "fazer valer as novas regras democráticas de utilização das cidades brasileiras?". De forma mais específica ao contexto aqui considerado, essa pergunta pode ser reformulada da seguinte forma: Como atuar no planejamento dessa terra urbanizada, a fim de reduzir as

desigualdades socioespaciais e, enfim, possibilitar a concretização da cidadania e do direito à cidade?

As experiências no planejamento de projetos de urbanização e regularização fundiária realizadas em contexto local pelos municípios refletem a tentativa de mudança desse panorama de exclusão espacial e desigualdade social que ainda vigora no Brasil.

Em Vitória, esse histórico não é diferente. Os assentamentos precários fazem parte da história e da morfologia da cidade, podendo claramente ser identificados atualmente na malha urbana. Portanto, entender o histórico de formação dessas áreas a partir do final do século XX, e como se deu a atuação do poder público na cidade é essencial, a fim de compreender a situação atual das áreas de ZEIS, particularmente, no bairro Jesus de Nazareth.

2.2 OS ASSENTAMENTOS IRREGULARES, OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DE ZEIS EM VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO: O BAIRRO JESUS DE NAZARETH

A partir das décadas de 40 a 50 do século passado, a ocupação e a expansão da cidade de Vitória foram avançando sobre o mar, proporcionando novas feições para o espaço. Nos anos 60, a mancha urbana foi se estendendo para a porção continental da cidade, na região de Camburi. Com a ocupação dessa região, foram instalados equipamentos importantes, a exemplo da Universidade Federal do Espírito Santo, do aeroporto e do complexo portuário de Tubarão (OLIVEIRA, 2008).

É neste período também que surgem as ocupações informais na cidade, principalmente, nas áreas de morros e de mangues. Como pode se observar na área de recorte espacial deste estudo: o bairro Jesus de Nazareth, localizado na porção sul do município de Vitória delimitado pela baía e pelos bairros Enseada do Suá, Praia do Suá e Bento Ferreira.

Com a expansão física do território e o início do processo de industrialização, parte da população que não podia arcar com os custos da habitação formal passou a ocupar os morros e os mangues. Dessa forma, o primeiro ciclo de ocupação do “morro de Bento Ferreira”, atualmente, o bairro Jesus de Nazareth, teve início em

1954, quando a primeira família ocupa o local. Ocupação essa motivada pela possibilidade de fugir do aluguel e atraída pela localização próxima à praia, a qual era propícia para a abundância de pesca e garantia, assim, a sobrevivência dos novos moradores (SILVA, 2013).

Até 1960, o estado do Espírito Santo possuía uma economia agrícola-exportadora cafeeira. Mas, a crise do pós-guerra, além de levar a uma organização da econômica mundial no Brasil, gerou em um processo de erradicação de cafezais. Com a economia dependente do café, a redução da economia capixaba foi inevitável, gerando desemprego e o êxodo rural (SILVA, 2016). Segundo Oliveira (2008), esse processo levou ao deslocamento de 180.000 pessoas, dessas 30.000 emigraram para outros estados, 20.000 se marginalizaram no meio rural do próprio estado e 10.000 no meio urbano.

Consequentemente, impulsionado pelos planos de desenvolvimento nacionais, a partir de 1970, o território capixaba, em especial a cidade de Vitória, passou a receber investimentos urbanísticos e incentivos à industrialização. O crescimento urbano da capital do estado resultou em um adensamento tanto construtivo, quanto populacional (OLIVEIRA, 2008).

A concentração de grandes projetos siderúrgico-portuários instalados na Grande Vitória promoveu a criação de eixos logísticos e a expansão urbana. Dos complexos industriais siderúrgicos estabelecidos no território capixaba pode-se destacar a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, ou atual Arcelor Mittal, na Serra, a Companhia de Ferro e Aço de Vitória – Cofavi, em Cariacica, a Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, em Vitória, a Usina de Pelotização Samarco, em Anchieta. Quanto aos complexos Navais, a Associação Doce Nave e Fronape e Lloyd, em Vitória. Também nesse período, mais especificamente em 1966, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) construiu o Porto de Tubarão e, entre 1969 e 1979, implantou cinco usinas de Pelotização (MONTEIRO, 2013).

É nesse cenário que acontece tanto um crescimento populacional, quanto de infraestrutura urbana na região da Grande Vitória. Na tabela que mostra o crescimento da População do Espírito Santo e da Grande Vitória entre os anos 1940 e 1980 (Figura 9), é possível notar que, dos anos 60 para os 80, a população da

Grande Vitória passou de 198.265 para 706.263 habitantes. Representando um aumento de 14,8% para 34,9% da população em relação ao estado, o que significa uma parcela representativa, já que a Grande Vitória ocupa apenas 5% do território capixaba.

Figura 9: População do Espírito Santo e da Grande Vitória no período de 1940 a 1980

	POPULAÇÃO TOTAL		% GV EM RELAÇÃO AO ES
ANO	ES	GV	
1940	790.149	91.570	11,6%
1950	957.238	110.931	11,6%
1960	1.418.384	198.265	14,8%
1970	**1.599.333**	**385.998**	**24,5%**
1980	**2.023.340**	**706.263**	**34,9%**

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do ES.

Fonte: Silva, 2013.

A consolidação do tecido urbano observado atualmente em Vitória começou a ser visível entre 1970 e 1980, quando os aterros que aconteciam pelo território foram concluídos, ampliando as áreas de ocupação e intensificando o processo de urbanização.

Os processos de industrialização e de urbanização são considerados tardios no Brasil e uma das causas dos problemas socioeconômicos. Vitória sofreu intensamente esse processo, já que a maior parte das grandes indústrias do Espírito Santo se concentrou na cidade e nos municípios vizinhos durante a década de 70. Por impulsionarem fluxos migratórios, acarretaram mudanças na estrutura econômica e demográfica da cidade, que não possuía o planejamento de políticas urbanas e sociais adequadas para acolher os novos habitantes (BUGARIN; LIRA, 2009).

Assim, muitas pessoas vieram à região de Vitória em busca de empregos. Mas, com a urbanização da cidade, as terras com infraestrutura adequada possuíam um valor inacessível a essa população. O que levou grande parte dessa, sobretudo, a de baixa renda, a ocupar áreas menos privilegiadas da cidade, como os morros e áreas alagáveis, sem infraestrutura consolidada, em geral, em áreas de risco ou de interesse ambiental. Essa ocupação desordenada gerou muitos problemas sociais, que se agravaram ainda mais, devido à falta de políticas públicas adequadas para lidar com a nova dinâmica da cidade (BUGARIN; LIRA, 2009).

Consequentemente, ocorreu a intensificação de diversos assentamentos, inclusive, do “morro de Bento Ferreira”, agravando a forma desordenada dessa ocupação. Nesse período, foi concretizada uma política de expulsão das famílias desse assentamento, onde “barracos” foram derrubados e incendiados. O confronto entre a atuação do governo com políticas de erradicação transformou a abordagem da ocupação (SILVA, 2013).

Logo, o esforço que era individual pela moradia se transformou em uma luta coletiva, almejando a permanência dos moradores na área e a legalização do loteamento. Foi através dos conflitos que problemas enfrentados pelos moradores, como a falta d’água, de luz e de rede de esgoto, entraram na pauta das discussões e das reivindicações da comunidade. Esse foi o início de um processo de aprendizagem político-social da comunidade que, mais tarde, foi nomeada de Jesus de Nazareth.

Com o crescimento da segregação das populações de baixa renda na cidade de Vitória e os problemas sociais observados como consequência das desigualdades socioespaciais, tornou-se extremamente fundamental a atuação do governo na elaboração de políticas públicas destinadas a adequar a dinâmica urbana a um desenvolvimento socialmente mais justo.

Durante a década de 80, grande parte da população de baixa renda em Vitória estava concentrada em assentamentos precários localizados em áreas ambientalmente frágeis, de risco, ou de preservação, como os morros e mangues. A crescente precariedade das condições desses assentamentos passou a impulsionar atores sociais em um processo reivindicatório em defesa do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida desta população excluída da cidade. Como resultado disso, ações pontuais e emergências começaram a ser desenvolvidas pelo governo (BIENENSTEIN, 2003).

A primeira experiência do município de Vitória na elaboração de projetos de intervenção em áreas de ocupação irregular foi com o Projeto São Pedro, com ações iniciadas em 1989. Até meados de 1970, a região era apenas uma colônia, mas, devido ao crescimento do assentamento e da precariedade, pois servia como um vazadouro de lixo, impulsionou a atuação de novos agentes da sociedade civil na luta por essa população. O programa elaborado para a área, com ações

emergenciais, fundamentava-se em três eixos: a delimitação e preservação do manguezal aliado à conscientização dos moradores, o envolvimento das comunidades na definição do uso e da ocupação do solo e urbanização, e a melhoria habitacional (BIENENSTEIN, 2003).

A metodologia desse projeto tinha como princípio norteador a participação, com o envolvimento da população no processo e na execução das obras no local. Durante o período de 1990 a 1997, foram realizadas ações de desenvolvimento humano e urbano, que foram capazes de melhorar os indicadores da região, como as taxas de mortalidade infantil. No entanto, o processo não foi capaz de garantir a permanência da população local, promovendo a valorização do preço dos terrenos, e despertando o interesse do mercado imobiliário (VITÓRIA, 2007).

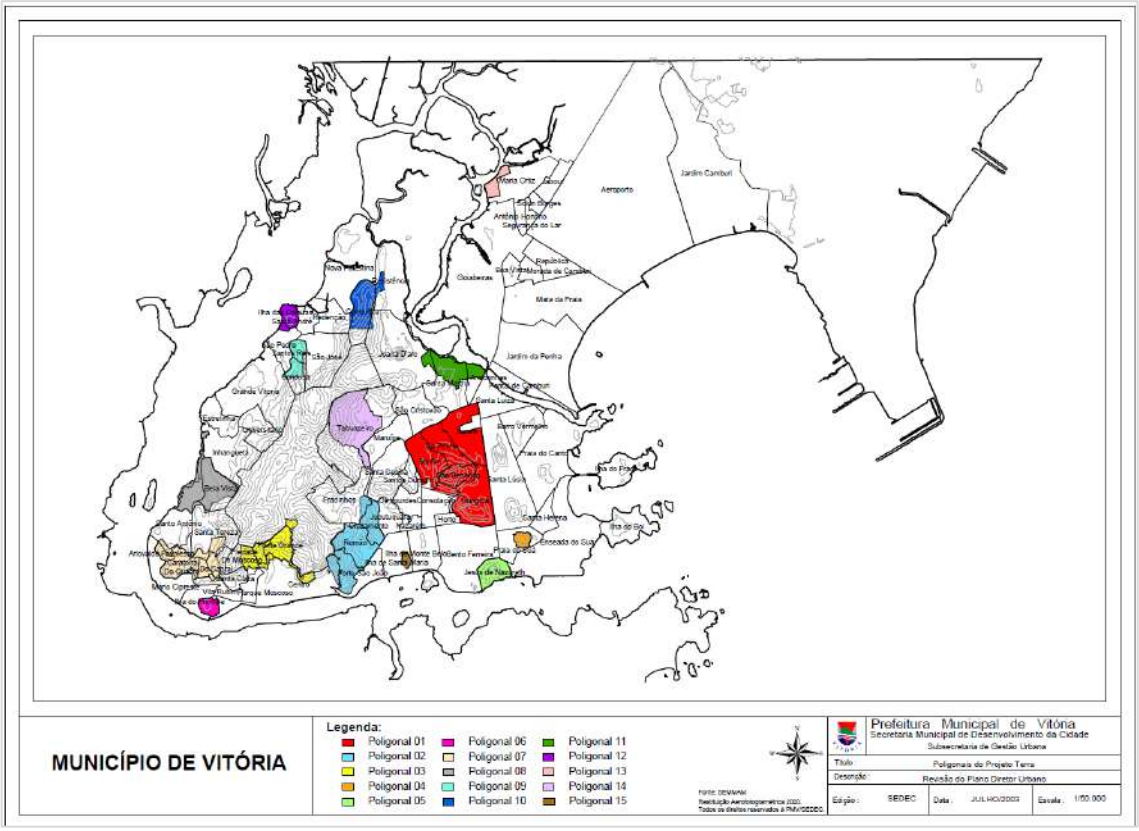
Conforme vimos anteriormente, o plano diretor de Vitória de 1994 considerou as áreas originadas por ocupação espontânea, lotes irregulares, ou clandestinos com condições precárias de moradia, como de interesse social. Assim, as Zonas de Intervenção Pública Prioritária – ZIPs, foram criadas a fim de delimitar as áreas de interesse social, onde seriam "desenvolvidos prioritariamente os programas de regularização fundiária e das edificações e os programas de urbanização específica" (VITÓRIA, 1994, art. 77).

Em 1996, o município de Vitória promoveu discussões para a elaboração da Agenda 21 local, a qual resultou na formulação do Plano Estratégico da cidade – "Vitória do Futuro". Nesse processo, foi sugerida a criação de um projeto específico na área socioambiental e urbanística. Em 1998, através do Decreto nº 10.131, de 15 de janeiro de 1998, foi estabelecido o Projeto Terra - Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda no Município de Vitória (VITÓRIA, 2007).

Estruturado com base na experiência adquirida no Projeto São Pedro, o Projeto Terra se fundamentou no programa desenvolvido por uma equipe técnica da própria prefeitura, buscando integrar diversos setores e priorizar ações voltadas ao ser humano, com foco na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável, reduzindo os riscos de expulsão da população local (VITÓRIA, 2007).

Abrangendo 30 bairros e 13 comunidades, atendendo uma população de aproximadamente 84.391 habitantes, o equivalente a 30 por cento da população do município, a atuação territorial do projeto foi planejada com a definição de poligonais, sendo delimitadas 15 áreas de intervenções[5] (Figura 10).

Figura 10: Localização das Poligonais do Projeto Terra em Vitória



Fonte: SEDEC, 2003.

Com o objetivo de adequar essas poligonais aos padrões urbanísticos e técnicos da cidade formal, o projeto se articulou em quatro vertentes (BIENENSTEIN, 2003):

1. Urbana: projetos urbanísticos integrados para redefinir a divisão social e simbólica do espaço, o uso e a ocupação do solo, as normas das construções e da implementação de acessos e equipamentos;
2. Social: baseado na participação social, ampliando a capacidade de organização e reivindicação dos moradores no processo de implementação do programa;

[5] A delimitação das poligonais tomou como base as áreas definidas como ZIP pelo Plano Diretor de Vitória de 1994.

3. Ambiental: busca por padrões de sustentabilidade ambiental articulados com as dimensões social e econômica;
4. Fundiária: integrar os assentamentos à cidade formal, através da regularização urbanística e fundiária.

O Projeto Terra começou a ser colocado em prática nas poligonais no ano de 1998, com o cadastramento social da população e a elaboração de diagnósticos socioeconômicos de cada poligonal. As intervenções realizadas nesses territórios, entre 1998 e 2004, foram, prioritariamente, em infraestrutura básica com medidas de esgotamento sanitário, drenagem fluvial, sistema viário (abertura de vias e reforma de becos e escadarias), assim como a construção de módulos sanitários (VITÓRIA, 2012).

Após 2001, o Plano Diretor passou por revisão orientada pelas diretrizes do Estatuto da Cidade. A leitura técnica territorial realizada em Vitória pelo Instituto Pólis destinada à revisão do plano vigente foi de grande importância para a adesão do instrumento das ZEIS no Plano Diretor que passou a vigorar a partir de 2006.

Deste modo, foi constatado que as moradias ocupadas por população de baixa renda se localizavam no entorno de áreas de proteção ambiental e do Maciço Central, e já eram abordadas no PDU através das ZIP, destacando as ocupações em Jesus de Nazareth, Praia do Suá e Maria Ortiz. O novo Plano Diretor de Vitória sugeriu que essas áreas fossem consolidadas como Zonas Especiais de Interesse Social, especialmente, porque parte delas estavam sobre domínio municipal, cedidas pela União, ou doadas pelo governo estadual (PÓLIS, 2003).

Além disso, apontou-se a necessidade de mapear as áreas públicas contidas na ZIP e nas Poligonais do Projeto Terra, para subsidiar a definição das estratégias e dos instrumentos de regularização fundiária a serem adotadas. O mapeamento deveria ser a primeira medida a ser colocada em prática nas Zonas Especiais de Interesse Social (PÓLIS, 2003).

Em 2006, passou a vigorar, com a Lei Municipal nº 6.705, uma nova ordem no planejamento urbano da cidade, com o Plano Diretor baseado no Estatuto da Cidade. São adotados os seguintes princípios para a política urbana: a função social da cidade e da propriedade, a gestão democrática, a equidade e a sustentabilidade

da cidade. Dentre as diretrizes estabelecidas para o cumprimento da função social, o plano ressalta (VITÓRIA, art. 3, 2006):

> I - a promoção da justiça social, mediante ações que visem à erradicação da pobreza e da exclusão social, a redução das desigualdades sociais e da segregação sócio-espacial;
>
> II - o direito à cidade, entendido como o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
>
> III - o respeito, a proteção e a preservação dos principais marcos da paisagem urbana, da cultura e da memória social;
>
> IV - o acesso ao lazer e a preservação e conservação do meio ambiente, assegurando a proteção dos ecossistemas e recursos ambientais existentes e garantindo a todos os habitantes um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
>
> V - o desenvolvimento sustentável, promovendo a repartição equânime do produto social e dos benefícios alcançados, proporcionando um uso racional dos recursos naturais, para que estes estejam disponíveis às presentes e futuras gerações.

As ZEIS aparecem no Plano Diretor inicialmente tal qual o espaço prioritário para receber os empreendimentos habitacionais de interesse social (Art. 15). Em seguida são estabelecidas como um instrumento de regularização fundiária (Art. 23, XII) e adotadas no zoneamento (Art. 68, VII). Até finalmente serem detalhadamente normatizadas nos artigos 92 ao 108 do plano, e definidas tal como:

> [...] porções do território onde deverá ser promovida a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social nas áreas não utilizadas ou subutilizadas (VITÓRIA, Art. 92, 2006).

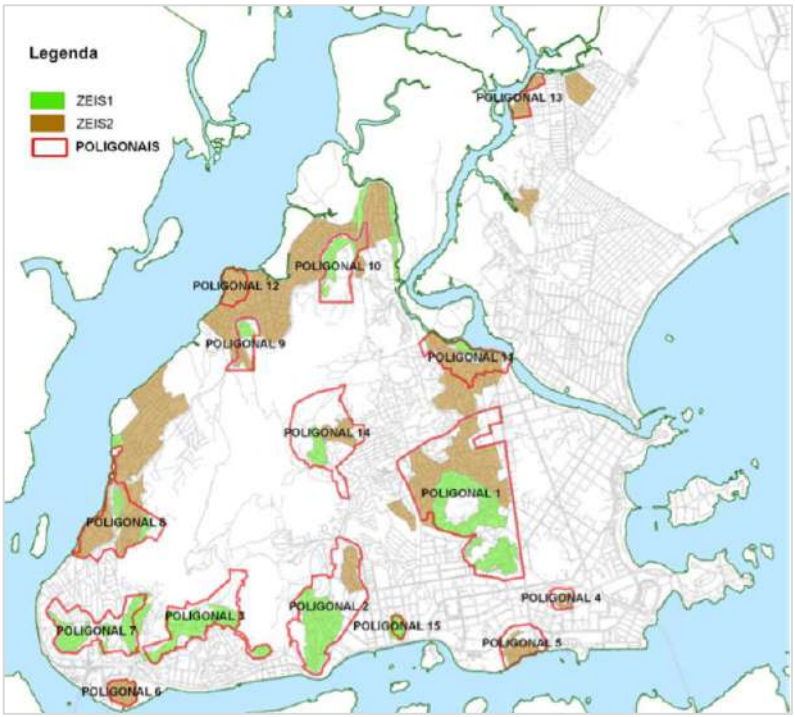
De modo que, tendo como objetivos efetivar o cumprimento das funções sociais, induzir o investimento em programas habitacionais de interesse social, promover regularização urbanística e fundiária, eliminar ocupações de risco, ampliar a oferta de equipamentos comunitários e promover o desenvolvimento humano, essas zonas são classificadas em três categorias (VITÓRIA, 2006).

- **ZEIS 1:** áreas com assentamentos irregulares e/ou clandestinos ocupados pela população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional e localizadas em encostas e em topos de morros;

- **ZEIS 2:** áreas com assentamentos irregulares, ou clandestinos, ocupados por população de baixa renda, com atendimento parcial de infraestrutura;
- **ZEIS 3:** imóveis públicos, ou particulares, edificados ou não, não utilizados, dotados parcialmente de infraestrutura e de serviços urbanos, para a implantação de EHIS.

Neste contexto, o Projeto Terra passou por um processo de reformulação motivado pela revisão do Plano Diretor - que passou a adotar novas diretrizes quanto à urbanização e regularização fundiária dos assentamentos e a implantação das ZEIS (Figura 11); e o amadurecimento dos conceitos iniciais do projeto, através das experiências práticas, adequando-o prioritariamente como programa de desenvolvimento humano.

Figura 11: Localização das Poligonais do Projeto Terra Mais Igual e ZEIS 1 e 2 no município de Vitória



Fonte: VITÓRIA, 2012.

O Decreto nº 13.669, de 28 de dezembro de 2007, estabeleceu novos objetivos para o programa baseados na qualidade de vida da população socialmente excluída através de um conjunto integrado de ações, de obras e de serviços, abrangendo diferentes aspectos: social, ambiental, habitacional, urbano e fundiário; a fim de promover igualdade no acesso de bens e serviços públicos para toda a cidade.

Nesse processo, acontece a alteração do nome e logomarca de Projeto Terra para Terra Mais Igual (VITÓRIA, 2012).

O Projeto Terra incentivou o desenvolvimento de muitas comunidades em Vitória. Entre 1998 e 2004, grande parte das intervenções realizadas pelo projeto consistiu no cadastro e no diagnóstico socioeconômico e urbano desses assentamentos e de sua população. O que resultou, principalmente, na implantação de redes de infraestrutura e de melhorias no sistema viário dos assentamentos (VITÓRIA, 2012).

Dentre as intervenções realizadas, algumas experiências locais se destacam. Tomando o objeto de estudo desta pesquisa como exemplo, vale considerar algumas dessas propostas, analisando o que realmente foi posto em prática e a influência desses no desenvolvimento local.

2.2.1 Intervenções em Jesus de Nazareth promovidas pelo Projeto Terra

O bairro Jesus de Nazareth, delimitado como poligonal 5 pelo Projeto Terra, recebeu algumas intervenções como resultado do projeto. Nos diagnósticos realizados na comunidade, os problemas que ganharam destaque, com ações prioritárias indicadas pelos moradores, foram os seguintes (Tabela 3):

Tabela 4: Problemas identificados no diagnóstico realizado no bairro Jesus de Nazareth – Poligonal 05 do Projeto Terra

PROBLEMAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS IDENTIFICADOS NA POLIGONAL 05	
Problemas	**Ações Prioritárias**
Falta de área de lazer	Construção da área de lazer
Inexistência de urbanização da orla	Urbanização da orla
Falta de ação pública quanto à situação das famílias alojadas em áreas de interesse ambiental	Definição quanto à remoção e ao reassentamento das famílias em área de interesse ambiental
Rede de esgoto sanitário incompleto	Conclusão da rede de esgoto sanitário
Falta de rede de drenagem	Implantação da rede de drenagem
Precariedade de iluminação pública	Implementação de iluminação pública
Precariedade das ruas para circulação de transporte coletivo	Capeamento asfáltico nas novas ruas de circulação de transporte
Acúmulo de lixo no bairro	Coleta de lixo permanente e adequada

Fonte: Diagonal. Pesquisa Sócio-Organizativa do Bairro Jesus de Nazareth 2000 (apud VITÓRIA, 2001, edição da autora).

Do início do Projeto Terra, em 1998, até 2004, segundo o Comitê Gestor do Programa Terra Mais Igual (VITÓRIA, 2011), a situação das principais ações realizadas neste período no bairro consistia na elaboração de estudos e de projetos nas áreas de habitação, infraestrutura, contenção em áreas de risco, reforma da unidade de saúde, construção da escola de ensino fundamental, desapropriação, equipamentos, reflorestamento e sinalização de AIA's, e ações sociais.

A maior parte destas ações permaneceu em fase de planejamento e projeto. Segundo o Relatório de Transição do Projeto Terra (VITÓRIA, 2012), as intervenções realizadas no bairro consistiram na implantação de redes de infraestrutura e de melhorias no sistema viário local.

Em reunião do Comitê Gestor do Programa Terra Mais Igual, que ocorreu em 2011, foram apresentadas a situação das principais ações realizadas no bairro, entre 2004 e 2011, e o planejamento de ações futuras para a poligonal 5 – Jesus de Nazareth. As ações apresentadas foram no âmbito do trabalho social, organizadas em grupos de (VITÓRIA, 2011):

Mobilização e organização comunitária: que consistiu na aplicação do cadastro socioeconômico dos moradores, a elaboração do Plano Local de Ações Integradas, a promoção de cidadania e de palestras socioeducativas, um plano de remoção e trabalho social que envolveu 41 famílias, a entrega de unidades habitacionais, o acompanhamento das famílias realocadas, e reuniões com os moradores sobre regularização fundiária.

Geração de trabalho e renda: trabalharam em promover à população mais oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho formal com a realização de cursos profissionalizantes nas áreas de construção civil, alimentação, beleza e telefonia. Assim como a conscientização das famílias quanto ao consumo consciente e à administração financeira através de palestras.

Educação sanitária e ambiental: diante dos problemas frequentes com o lixo, houve a necessidade de conscientizar os moradores quanto aos males que esse poderia ocasionar para o meio ambiente, mas, principalmente, para a saúde da população. Em parceria com a Emescam, foi implantado o "Projeto Ficando de Bem com a Vida". Usando recursos artísticos, foram criados grupos musicais e teatrais

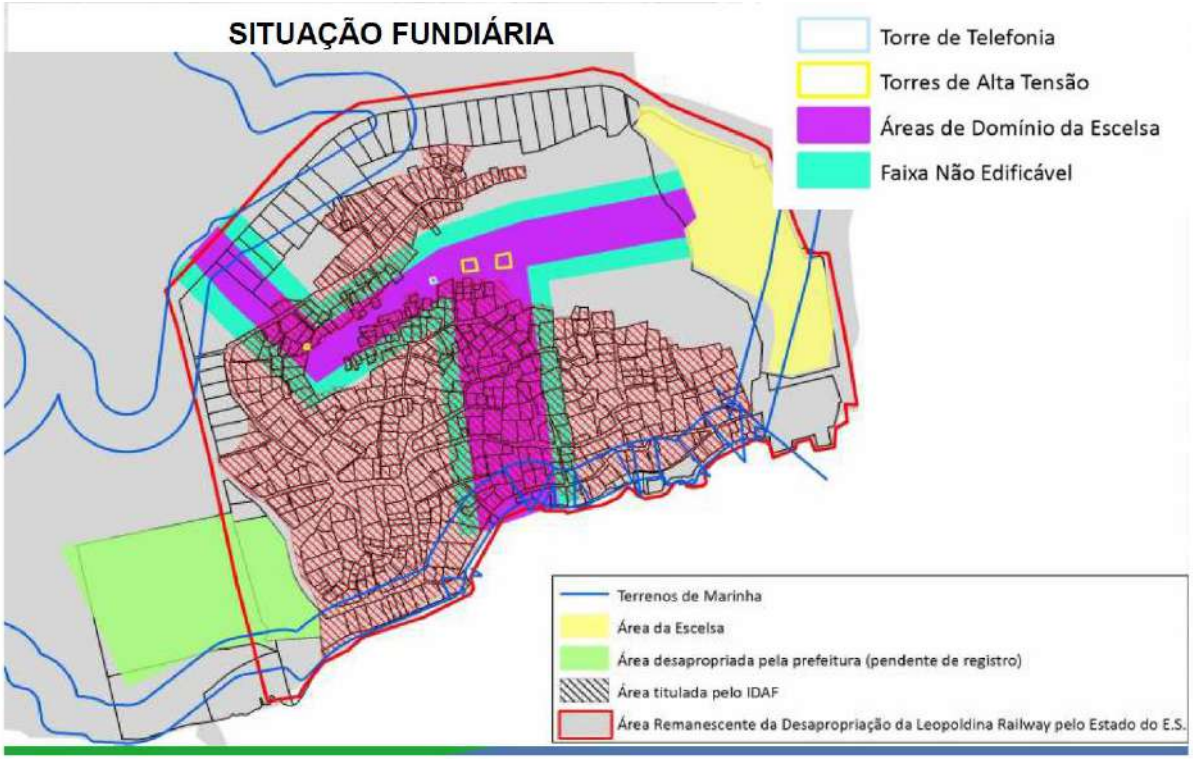
respectivamente, “Jogue Limpo” e “De Olho no Lixo”. Bem como o projeto “Um Novo Olhar sobre o Lixo”, cursos com promotores da saúde e a campanha Praia Limpa.

Durante o período de atuação do programa no bairro, muitas reuniões foram realizadas com diferentes gestores de entidades que atuavam na comunidade como o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, o Conselho Local de Saúde, e a Rede de Articulação Psico-educativa-social de Jesus de Nazareth – RAPES.

Regularização Fundiária:

Das reuniões realizadas com a comunidade, vale destacar a reunião sobre Regularização Fundiária em novembro de 2010. O projeto de regularização foi idealizado pela Prefeitura em parceria com a Fundação Vale. No cadastro da Fundação no ano 2011, constava-se que o bairro possuía 1.532 domicílios em uma área de 196.440,27m², com uma situação fundiária complexa (Figura 12).

Figura 12: Situação Fundiária do bairro Jesus de Nazareth



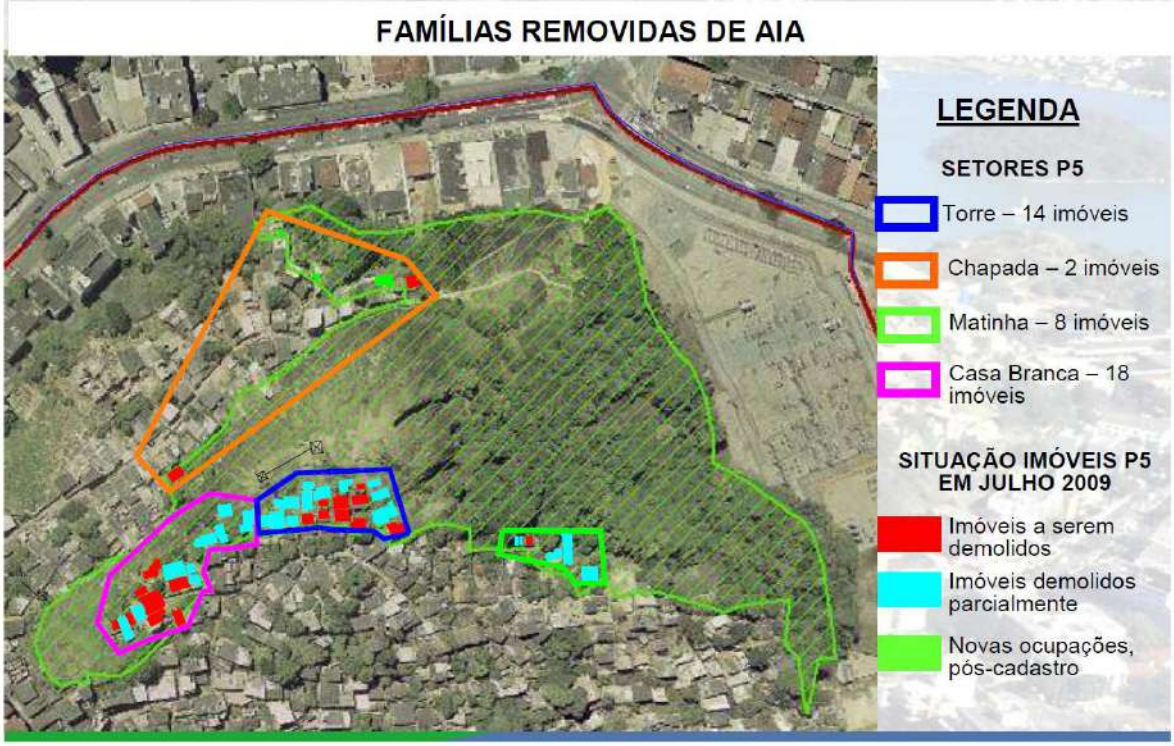
Fonte: (FUNDAÇÃO VALE apud VITÓRIA, 2011).

Grande parte do bairro é composta por áreas desapropriadas da Companhia Leopoldina Railway, e tituladas pelo IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo. Parte foi desapropriada pela prefeitura, área onde foi

proposto o residencial de interesse social. Contudo, as situações mais preocupantes do bairro são as ocupações que se concentram na área de domínio da Escelsa, empresa de energia elétrica, que também é faixa não edificável por estar abaixo de Torres de Alta Tensão. Assim como a faixa de ocupação que ocupa a orla, na área de terrenos da marinha.

Quando definido como poligonal 5 pelo Projeto Terra, o bairro possuía parte da sua área delimitada pelo zoneamento do Plano Diretor (VITÓRIA, 1994) tal qual Área de Interesse Ambiental (AIA). Parte dessa área, que possui uma configuração topológica de risco para a ocupação residencial, era ocupada por imóveis, na grande maioria, de tipologias bem precárias, como barracos de madeira. Por segurança, as famílias foram removidas de suas residências, posteriormente demolidas (Figura 13).

Figura 13: Famílias removidas das Áreas de Interesse Social do bairro Jesus de Nazareth



Fonte: VITÓRIA, 2011

Projetos de Intervenção – Residencial, Áreas de lazer e Praça:

Assim, o plano de intervenção proposto para o bairro, a partir de 2011, consistiu no projeto para 4 diferentes áreas, mais a área da Zona de Proteção Ambiental (Figura 14):

Figura 14: Plano de Intervenção do Programa Terra Mais Igual para o bairro Jesus de Nazareth – Poligonal 5, em 2011

Fonte: VITÓRIA, 2011 (edição da autora).

Área 1 – Final da Rua Afonso Sarlo: o projeto para esse terreno é do Residencial Mar Azul, um conjunto com 41 unidades habitacionais de interesse social, planejado com o objetivo de reassentar as famílias removidas da área ambiental (AIA). Com projeto no modelo de casas duplex, a planta do térreo concentra as áreas sociais e sanitárias, e do pavimento superior os dormitórios. Anexo ao residencial, o projeto propõe ainda uma área de lazer, com playground, mini rampa de skate e a conclusão do deque, que vai da Prainha ao Residencial.

As obras para implantação do conjunto habitacional tiveram início em 2004, com a preparação da fundação na área do antigo reassentamento na Rua Eugênio José Xavier, mas, a presença de matacões no terreno inviabilizou a construção. O projeto só foi retomado em 2007, com a aquisição de outro terreno (área 1). A construção das unidades habitacionais se iniciou em 2008, no entanto a entrega só foi realizada em setembro de 2009 e, posteriormente, a titulação da posse (VITÓRIA, 2012).

Junto dessa área, também se encontra a nova Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Edna de Mattos Siqueira Gáudio, a qual, antes, localizava-se em edificação interditada na Rua Araújo Padilha. Com uma estrutura moderna e com a capacidade de atender melhor a população de Jesus de Nazareth, a nova escola está fora do bairro, segundo os limites oficiais, situando-se, assim, em Bento Ferreira.

Área 2 – Na Praia das Castanheiras (Prainha), próximo à casa de bomba de esgoto: nessa área tão privilegiada do bairro e com alto potencial turístico, a proposta é de uma área de lazer voltada às crianças.

Área 3 – Na Associação de Moradores (Rua Ademir de Alcântara Ascaciba): a proposta foi uma praça, provavelmente, para o espaço vazio que existe na frente da sede da associação. O projeto conta com rampa de acesso, bancos e canteiros com vegetação.

Área 4 - Rua Eugênio José Xavier (área do antigo reassentamento): inicialmente, essa área havia sido destinada à implantação do conjunto residencial. Mas, após a inviabilidade do projeto, houve uma nova proposta de apropriação, com uma área de lazer, que, segundo o plano, devia conter uma quadra de esportes com área estar. Também foi proposto o reflorestamento e a implantação de horta medicinal nesse local.

Zona de Proteção Ambiental – ZPA 2: O plano propõe ainda o reflorestamento da área ambiental, ampliando-a no bairro.

Os projetos de área de lazer e de praças propostos por esse plano de intervenção não foram implantados no bairro, exceto a quadra de esportes junto ao residencial, que ainda apresenta um déficit de espaços para lazer, encontros comunitários e socialização.

Para mais, identificou-se no bairro o potencial para desenvolver atividades de turismo de base comunitária, em razão da riqueza da paisagem local, aliada a bem articulada organização comunitária, com o envolvimento da população. Por isso, foram elaboradas propostas direcionadas ao incentivo do turismo local, ressaltando passos necessários para o sucesso da atividade, isto é, a criação da estrutura física

de apoio ao turismo e do espaço cultural, junto com o grupo cultural, o mapeamento das trilhas, o desenvolvimento de roteiros integrados, a pintura das escadarias e a divulgação das atividades e da imagem do bairro (VITÓRIA, 2001).

O potencial turístico, aliado a projetos de valorização da paisagem e da cultura local, apresenta-se como uma oportunidade de promover a integração dessa comunidade à cidade, ao incentivar o desenvolvimento socioeconômico e a identidade local no contexto da cidade.

Assim, o reconhecimento das práticas sociais locais e das potencialidades da comunidade em projetos de urbanização de assentamentos precários, muito além de regularização urbanística, promove ao local a valorização da identidade, proporcionando senso de pertencimento dos moradores ao bairro e ao contexto da cidade onde estão inseridos.

O Projeto de Turismo proposto a Jesus de Nazareth foi desenvolvido pela Coordenação de Infraestrutura Turística em 2012. Seu desenvolvimento contou com visitas técnicas ao bairro, que gerou relatórios com diagnósticos, e oficina de planejamento participativo e integrado das ações e intervenções para o desenvolvimento do turismo da comunidade.

O projeto buscou iniciar um trabalho coletivo que envolvesse e mobilizasse diferentes atores no processo de desenvolvimento de um turismo sustentável na comunidade. Desta forma, tomou como ponto de partida a comunidade, tal qual protagonista, envolvendo diversos aspectos prioritários para a melhoria da qualidade de vida da população local e, consequentemente, das atividades promovidas pela comunidade como: a mobilização social, infraestrutura local, segurança, mobilidade, educação, qualidade ambiental, saúde, entre outros fatores (VITÓRIA, 2012).

Como resultado foram propostas as seguintes ações: implantação de um centro cultural, a pintura das escadarias, a criação de um roteiro turístico e de pontos de apoio, a propaganda dos potenciais locais através de informativos físicos e digitais da comunidade, além da produção de um álbum de figurinhas sobre a história do bairro, a implementação de sinalização turística, de ecoturismo abrangendo a área de interesse ambiental e a orla, o envolvimento dos pescadores nas atividades de turismo, bem como a qualificação dos empreendedores locais para o atendimento ao

turista, somado à implementação de internet wi-fi na comunidade e de projeto de acessibilidade (elevador).

Mesmo não ocorrendo a implantação direta dessas ações, sugeridas pelo projeto ao conhecer a realidade atual de Jesus de Nazareth e as práticas desenvolvidas pela comunidade, é possível dizer que o projeto de turismo foi bem-sucedido em incentivar o protagonismo local[6]. Nota-se que, através de iniciativas particulares e o incentivo da liderança comunitária, esse potencial turístico tem ganhado força e contribuído para o desenvolvimento do bairro.

Situação atual do Programa Terra

Atualmente, o Programa Terra concentra seus esforços em apenas cinco poligonais, atendendo, aproximadamente, 40 mil habitantes de Vitória. Os bairros e poligonais com intervenções são as poligonais 1, 2, 3, 8 e 10, as quais incluem, respectivamente, os bairros Consolação, Gurigica, São Benedito, Itararé, Bonfim e Da Penha; comunidades de Jaburu, Constantino, Floresta e Engenharia; Forte São João, Cruzamento e Romão; comunidade Alto de Jucutuquara; Piedade, Fonte Grande, Do Moscoso e Santa Clara; comunidade Capixaba; Santo Antônio, Inhanguetá e Bela Vista; Conquista; comunidade Alto Resistência (VITÓRIA, 2015).

Recentemente, o bairro Jesus de Nazareth não recebe projetos de intervenção da prefeitura municipal de Vitória, apenas a manutenção da infraestrutura e de problemas imediatos.

2.3 A ATUAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM PROMOVER INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS

Ao considerar os aspectos expostos neste estudo, relacionados ao histórico de formação do espaço urbano das cidades brasileiras, pode-se concluir que o problema dos assentamentos precários e das favelas no Brasil está além da segregação espacial, ou da informalidade urbanística.

Uma vez que tal problema se fundamenta também na cultura e na sociedade proveniente da relação clientelista e privatista da posse da terra, no crescimento

[6] Como será apresentado no capítulo 4: Análise e Avaliação dos Espaços Livres em Jesus de Nazareth.

urbano desordenado, no planejamento urbano excludente, na distribuição desigual da renda e das riquezas, na precarização e a informalidade das relações de trabalho, na especulação imobiliária e fundiária, bem como na incapacidade das políticas públicas em acompanhar o desenvolvimento da cidade.

Porém, quando se analisa projetos de urbanização de favelas, ou assentamentos informais, a dúvida que fica é: as ações realizadas foram suficientes para alcançar o objetivo de integrar as áreas segregadas ao tecido urbano, como parte da dita "cidade formal", e promover melhorias na qualidade de vida da população de baixa renda?

A fim de responder essa questão, uma das formas de dimensionar a transformação social proporcionada por programas de interesse público é a realização da avalição externa do projeto de regularização urbanística e fundiária. No caso de Vitória, o Projeto Terra Mais Igual passou por uma avalição externa, durante 2013, que considerou os resultados obtidos pelo projeto no período entre 2005 e 2012.

Os resultados das intervenções do Projeto Terra em Vitória

Resumidamente, as conclusões obtidas pela equipe avaliadora foram que, de forma geral, o projeto se sobressaiu pelas intervenções urbanísticas realizadas, como obras de infraestrutura, a expansão do esgotamento sanitário e da coleta de lixo. Os moradores que receberam benefícios habitacionais se apresentaram satisfeitos com a atuação do projeto (PLAN, 2014).

O relatório destacou que houve ganhos significativos de desenvolvimento humano. Mas, em contrapartida, não houve um avanço na regularização fundiária, muito menos um impacto significativo na renda e na educação. Ou seja, apesar dos avanços na melhoria dos orçamentos familiares e na educação entre 2000 e 2010, isso não foi suficiente.

Além disso, houve, em geral, um maior reconhecimento e fortalecimento das associações de moradores, apesar da participação permanecer restrita a poucos. Quanto à segurança pública e a oferta de áreas de lazer, de acordo com o relatório, os serviços públicos ainda não apresentaram um resultado satisfatório (PLAN, 2014).

Foi considerado significativo o legado do desenvolvimento urbano no período estudado. Houve um progresso em todos os itens de saneamento ambiental, com a redução das condições sanitárias perigosas e degradantes e a implantação da coleta regular de lixo domiciliar.

Também foi registrada uma reação satisfatória das intervenções de mobilidade e acessibilidade, apesar da baixa qualidade das obras. O que ainda não resolveu as dificuldades de locomoção presentes nessas áreas, devido às características topográficas. Melhorias pontuais foram apresentadas na qualidade de alguns espaços e equipamentos públicos, como praças e parques. As intervenções na habitação proporcionaram a construção de 128 novas unidades, melhorias nas habitações as quais beneficiaram 728 famílias, sendo que 121 delas foram tiradas da situação de risco (PLAN, 2014).

Vale destacar a importância da reformulação conceitual que o projeto passou após 2005, quando passou a enfatizar tanto ações de desenvolvimento urbano, quanto humano, proporcionando resultados além da integração urbanística, que consideram também a qualidade de vida das pessoas e o trabalho social que deve ser realizado para o sucesso dos projetos de urbanização de favelas.

> Observava-se a crença de que o desenvolvimento urbano seria suficiente para garantir o pleno direito à cidadania, objetivo que posteriormente se revelou ambicioso, uma vez que tal direito passa necessariamente pelo conjunto de políticas sociais (PLAN, 2014, p. 47).

Outras avaliações de projetos de urbanização de favelas na realidade brasileira demostram um resultado muito similar das conclusões obtidas em Vitória. Comparado com o Rio de Janeiro, por exemplo, o qual possui projetos como o Programa Favela-Bairro, substituído pelo Morar Carioca.

Segundo Cardoso e Araujo (2007), ao analisarem as intervenções de urbanização feitas por esse projeto em algumas favelas, no caso, Praia da Rosa, Sapucaia, Vidigal e Rio das Pedras, a reclamação frequente da população é de uma atuação focada no aspecto físico-territorial, falhando em implantar medidas para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da população, em contemplar espaços destinados a atividades esportivas e de lazer, e na promoção de uma participação efetiva da população.

Concluindo sua avaliação, os autores consideram que, embora “a regularização urbanística possibilite aos moradores o ‘direito a endereço’ como direito básico a cidadania”, quando se trata da regularização fundiária, esses programas são pouco efetivos. Sendo, deste modo, insuficiente como política de integração social, mesmo implantando projetos sociais articulados com as intervenções territoriais (CARDOSO; ARAUJO, 2007).

Ainda sobre o programa, Fernandes (2011, p. 36) destaca que as favelas que receberam investimentos públicos em infraestrutura, serviços, espaços públicos e instalações comunitárias apresentaram melhorias nas condições de vida, e a valorização de seus terrenos. Assim, “mesmo com as deficiências existentes, as políticas de regularização socioespaciais integradas podem ter uma importância social e econômica enorme”.

Neste cenário, as ZEIS, como instrumento da política pública de incentivo à regularização fundiária e urbanística de assentamentos informais, aliadas aos princípios de gestão democrática e de participação popular, permitem uma nova abordagem das áreas de ocupação informal das cidades.

A começar com o reconhecimento das áreas precárias da cidade que demandam, prioritariamente, os investimentos públicos. O mapeamento e a caracterização dos assentamentos precários permitem identificar e qualificar as áreas urbanas que exigem medidas com vista à melhoria das condições de vida e de inclusão socioespacial dos moradores. Segundo o Ministério das Cidades (2010), os critérios essenciais para o levantamento de informações territoriais e caracterização dessas áreas são: **localização, traçado urbano e infraestrutura, e condição das unidades habitacionais.**

Os benefícios proporcionados pelas ZEIS vão desde o reconhecimento e estudo das realidades socioespaciais segregadas, a elaboração de planos de ação local e implantação de projetos, facilitados por normas urbanísticas mais flexíveis, até a proteção dessas áreas e de sua população residente da especulação imobiliária a qual tende a se manifestar após melhorias urbanísticas.

Assim, os objetivos de promover a integração social e a equidade do acesso aos bens e serviços públicos para toda a cidade, bem como a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, devem estar articulados aos projetos de regularização urbanística e fundiária de assentamentos informais. Considerando toda a complexidade que existe na sociedade urbana, essas ações representam apenas o início de um processo que deve ser, na prática, desenvolvido pela própria comunidade[7].

Mesmo apresentando resultados insuficientes para resolver os problemas de segregação socioespacial e desigualdades sociais, as iniciativas de urbanização de favelas, a exemplo do Projeto Terra/ Programa Terra Mais Igual em Vitória, do Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro e do PREZEIS em Recife, têm conduzido as cidades brasileiras em direção ao direito à cidade, ou pelo menos ao acesso da terra urbanizada e da conquista de alguns direitos sociais. Promovendo, aos poucos, mudanças positivas na realidade urbana e, principalmente, conscientizando a sociedade da necessidade da transformação da abordagem referente ao desenvolvimento, que deve ser não fundamentado no urbano, e sim no humano e no social.

[7]Nesse sentido, esta pesquisa propõe reflexões sobre o desenvolvimento socioespacial, segundo apresentado por Souza (2006; 2015), que serão abordados a seguir no subcapítulo 3.2.

3. OS ESPAÇOS LIVRES EM ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Diante do cenário de organização espacial[8] dos assentamentos precários e irregulares da cidade, definidos neste estudo como parcelas da cidade produzidas espontânea, ou irregularmente, pelas necessidades da população excluída social e espacialmente, que, em suas formas, refletem as realizações do homem sobre a natureza, refletir sobre questões do espaço, sobretudo, daqueles livres de edificações, faz-se significativamente relevante, tornando o assunto ainda mais complexo.

Afinal, o que é espaço? De que maneira podemos definir um conceito que parece ser tão abrangente? Como delimitar os espaços livres diante da complexidade do espaço urbano, especialmente, nos espaços de favelas e assentamentos irregulares?

O espaço urbano abarca em si variadas dimensões que compõem a sociedade atual, dentre as quais, podem ser destacados aspectos relacionados à composição geográfica, ou física, ambiental, social, econômica e política. Assim como os contrastes entre público e privado, livre e construído, ocupado e planejado, apropriado e abandonado, e muitos outros.

Antes de abordar diretamente o conceito de espaços livres, o tópico a seguir tem o objetivo de ponderar algumas reflexões sobre os diferentes aspectos do espaço. Longe de tentar abranger aqui todas as abordagens referentes a esse conceito, até mesmo porque, como o espaço em si está em constante transformação, é inviável determinar seu conceito absoluto.

3.1 O ESPAÇO EM QUESTÃO: ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS

O conhecimento da noção de espaço, conforme possuímos hoje, que contém em si diferentes dimensões, é o resultado de uma evolução das ciências, principalmente, do estudo social para além da filosofia. Segundo Lefebvre (2009), a palavra “espaço”, há alguns anos, continha apenas um sentido geométrico – evocando a

[8] Segundo Roberto Lobato Corrêa, a organização espacial é “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra”. Mas também “tem a ver com a divisão espacial do trabalho, com a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica (malha viária, redes técnicas de abastecimento de água e energia, de esgotamento sanitário etc.) e social (escolas, postos de saúde etc.), com o padrão de segregação e autossegregação residencial, e assim segue” (CORRÊA, 1989).

ideia de uma área vazia. A relação desse conceito com a realidade, física e social, indicou a necessidade de uma transição da sua abordagem original, a qual era concebida pela lógica matemática, para inicialmente conter a natureza, e assim avançar em direção à prática e, enfim, para a teoria da vida social que se manifesta no espaço.

Assim, a leitura de espaço realizada por este estudo tem como foco relatar e relacionar essa vida social manifestada nos espaços livres, a fim de que o desenvolvimento espacial futuro seja planejado, tendo em vista as necessidades sociais e comunitárias de uma sociedade.

Partindo do espaço geográfico, é comum considerar os processos e feições naturais da superfície terrestre e deixar de lado a ocupação humana. Tal pensamento passa a ideia de que a natureza pode ser reduzida a algo exterior ao homem. O que não acontece, pois a natureza está na sociedade no momento em que a sua materialidade é transformada pelas relações sociais, assim como a sociedade também está na natureza, a qual é cultural e historicamente produzida. De modo que "*o conjunto das dimensões das relações sociais,* nos marcos de *imaginários específicos* que *dão sentido e significado* à natureza e à sua transformação material" (SOUZA, 2015, p. 29).

Conforme Santos (2002), essa configuração territorial ou geográfica, dada pelo conjunto de sistemas naturais com os acréscimos do homem, só se torna espaço, quando esse é tomado por uma existência social, que lhe é dada pelas relações sociais. De maneira que o espaço é o conjunto da materialidade com "a vida que a anima".

Logo, a noção de espaço geográfico deixa de abranger apenas a superfície terrestre como natureza para conter também a "morada do homem", conduzindo a uma análise do espaço tal qual produção de uma sociedade. Sendo assim, ele é "verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais" (SOUZA, 2015, p. 31).

Ao considerar "o território do homem", faz-se essencial avaliar as marcas presentes na natureza e tomar esse território para análise como um produto humano. Esse

espaço habitado resulta em uma paisagem, artificializada por ser o resultado do artifício humano sobre a natureza, adaptada às necessidades e às intenções de transformação humana. Assim, mais que uma estrutura, ou configuração física, essa paisagem compreende também as relações socioculturais estabelecidas pelas pessoas que a habitam, com suas atividades e percepções, ou seja, a "interpretação humana sobre o espaço físico" (TARDIN, 2008).

Esse espaço "morada do homem", produzido por uma sociedade, necessita de uma demarcação, limites e fronteiras, projetados nele próprio que refletem o processo de ocupação de determinada área, assumindo um caráter de território. Entretanto, essa noção de território abrange uma relação de poder entre o homem e suas relações sociais com o espaço, mas não necessariamente altera o espaço material. Como esclarece (SOUZA, 2015, p. 35, grifo do autor):

> O interessante, em seguida, é notar que, como projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo, uma *relação social*. Mais especificamente, uma *relação social diretamente especializada*. Isso nos sugere que a distinção entre "espaço (social)", de um lado, e "relações sociais", de outro, não é muito precisa. O espaço só seria facilmente distinguível das relações sociais se ele fosse redutível à materialidade.

Essa relação de poder projetada no espaço não pode ser vinculada à violência, força e dominação. Pelo contrário, ela "corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo" (SOUZA, 2006, p. 80). Toda sociedade possui uma forma de poder, e não é possível considerar uma sociedade sem nenhum poder. Mas, Castoriadis (1983 apud SOUZA, 2006) aponta para um poder que pode ser autônomo e radicalmente democrático.

Mesmo assim, esse território pode ser apropriado por um poder dominante e ter seus limites redefinidos, segundo os interesses dessa nova autoridade sobre o espaço. A criação de mapas, como representações ideológicas, é, muitas vezes, utilizada tal qual um instrumento do poder dominante, ao impor limites em uma área que desconsideram as relações sociais espacializadas como território.

Esse modelo de ordenamento territorial tende a "decodificar o território de maneira racional, classificando os recursos naturais, as características populacionais e identificando o tipo de produção mais efetiva para converter a força de trabalho e dos recursos em ganância" (RISLER; ARES, 2003, p. 5, tradução nossa).

Em Jesus de Nazareth, esse conflito entre cartografia oficial e noção de território da população local é visto claramente. Geralmente, os limites de bairros são delimitados pelo arruamento existente, mas, nem sempre são capazes de abranger as relações contidas no espaço, como descrito antes, por um ordenamento que tende a decodificar o território racionalmente.

De modo que, o limite estabelecido, na cartografia oficial da prefeitura de Vitória, entre o bairro Bento Ferreira e Jesus de Nazareth através da Rua Afonso Sarlo (que delimita a porção oeste do bairro), considera apenas as ocupações do lado direito dessa rua como parte do bairro Jesus de Nazareth (Figura 15).

Figura 15: Mapa oficial do bairro Jesus de Nazareth

Fonte: Vitória, 2012.

Assim, elementos importantes da identidade local e equipamentos para a população são deixados de fora dos limites do bairro, a exemplo da escola “EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio”, que atende as crianças da comunidade, e da área denominada pelos moradores como Casarão, um importante ponto de encontro comunitário e de práticas sociais locais.

O mapa também pode demarcar lugares que abarcam a identidade local de outros territórios, como no caso do Píer da Praia do Suá, o que já fica claro no próprio

nome. Localizado na Praia do Suá, o píer está entre o limite dos bairros Jesus de Nazareth e Enseada do Suá. Ele representa a origem e a identidade pesqueira do bairro Praia do Suá, um dos mais antigos de Vitória que fazia limite com a área de praia do bairro até o início dos anos de 1970, quando foram realizados aterros e estabelecida uma nova demarcação para o lugar (SOUZA, 2010).

De modo que, os casos identificados na realidade do bairro Jesus de Nazareth ilustram como os conceitos de território e lugar fazem parte do espaço, porém, abrangem mais do que demarcações cartográficas, e até mesmo mais do que o espaço físico em si.

Visto que, para além das demarcações físicas, os espaços podem encerrar demarcações simbólicas, tornando-se lugares, "cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente" (LEITE, 2007, p. 35). Esse "lugar" não é aquele sinônimo de localidade, é um espaço com significado e carga simbólica, vivido pelos que nele moram e trabalham cotidianamente (SOUZA, 2015).

A área do Casarão e o Píer da Praia do Suá são exemplos de lugares, para os moradores do bairro Jesus de Nazareth e do bairro Praia do Suá, respectivamente. Como demarcação simbólica, esses lugares possuem uma imagem, ideias e sentimentos que se expressam por representações e conjuntos de indicações. A imagem de lugar, assim como o lugar e o território, decalca-se sobre o espaço material, mas não devem se confundir com ele. Isso porque:

> A imagem de lugar pode se modificar, sem que o espaço, em sua materialidade, tenha se modificado; e o inverso também é verdadeiro: alterações materiais podem não alterar a imagem de um lugar (podendo, às vezes, no máximo, reforçá-la) (SOUZA, 2015, p. 316).

Enquanto configuração identitária, os lugares põem em questão as demandas por pertencimento que existem no ser humano, as quais nascem do desejo de, de alguma forma, participar da vida em sociedade, ou seja, da cidadania democrática contemporânea. Tais demandas por cidadania concedem sentido a alguns espaços da cidade, assim esses "lugares singularizam-se principalmente pelas representações práticas construídas pelas pessoas que neles interagem". De modo que os lugares podem ser considerados *como espaços praticados.* E "[...] em muitos

casos só é possível compreender as práticas sociais associando-as aos significados construídos e atribuídos aos lugares enquanto suporte prático e simbólico da vida pública cotidiana" (LEITE, 2007, p. 37).

Enquanto lugar, o espaço contém história, simbolismo, identidade e representações de sua imagem. É obra e criação social, "uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos" (LEFEBVRE, 2011, p. 51). É essa cidade e espaço urbano que Lefebvre propõe estudar quando introduz o conceito de produção do espaço, especialmente, o social. Ao afirmar que "o espaço social é um produto social", o autor esclarece algumas implicações dessa ideologia (LEFEBVRE, 2009):

1. O espaço natural (físico), que representa o ponto comum de partida, está desaparecendo. Permanece apenas como plano de fundo, ou cenário para a imagem geral, e, em alguns momentos, com maior peso simbólico. Mas, no sentido de produção, é visto meramente tal qual o material bruto moldado como espaço particular das forças produtoras do sistema social;
2. Cada sociedade, e cada modo de produção, produz um espaço, que é próprio. Assim, é necessário estudar suas individualidades, a fim de compreender a sua origem, forma, tempo e ritmo, suas peculiaridades;
3. Se o espaço é um produto, para conhecê-lo, é preciso expor seu processo de produção. Ou seja, de que maneira essa sociedade se organizou, a fim de produzir seu espaço?

Esse pensamento estrutura uma lógica de leitura do espaço fundamentada no processo de transformação que esse sofreu historicamente até se estabelecerem como o produto e a obra presentes. Para responder a questão "como o espaço (social) é produzido?", é importante compreender também as três dimensões que o espaço pode conter, o que Lefebvre (2009, tradução nossa) chama de tríade conceitual:

1. "Práticas espaciais"[9]: características estabelecidas pelas relações que cada

[9]O que Lefebvre (2009) denomina aqui como "práticas espaciais", adiante, será abordado por Souza (2015) como "práticas socioespaciais" e por Santos (1985) como "práticas sociais", os quais conceituam o espaço a partir das relações sociais e das práticas que o definem. O termo adotado nas análises deste estudo será, principalmente, o de Souza (2015): "práticas socioespaciais".

formação social exerce no espaço, a exemplo de particularidades locais e espaciais, isto é, práticas que definem determinado espaço;

2. “Representações do espaço”: trata das relações de produção e da ordem que essa impõe. É o espaço definido por grupos dominantes nas sociedades (cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas etc.);
3. “Espaço representacional”: abarca a complexidade de simbolismos, codificados, ou não, ligados à informalidade social, ou à arte. Estes são diretamente vividos pela associação de imagens e símbolos pelos usuários, assim como por artistas e escritores, os quais descrevem e esperam por fazer mais que descrever o espaço. Uma imaginação que anseia por mudar e apropriar.

Embora bem-intencionado em promover o desenvolvimento local, as ZEIS são um termo técnico que define o espaço conforme os planejadores, os técnicos e os interesses de um governo sobre determinado território. Dessa forma, esse instrumento pode ser considerado tal qual uma “representação do espaço”.

Sobretudo, ao considerar os espaços de assentamentos irregulares e favelas que tiveram sua origem em uma produção espontânea e autoconstruída. Mesmo sendo delimitada como ZEIS, no geral, a população define o seu espaço como bairro, comunidade ou favela. Mais do que estabelecer uma ordem, ou um conceito idealizado de espaço, é necessário descobrir, na realidade consolidada, a sua própria organização espacial, ou as “práticas espaciais” e seu “espaço representacional”.

Considerando isso, ao adotar o termo ZEIS neste estudo, a intensão não é definir esse espaço a partir de um olhar técnico, e sim denominar um espaço que foi produzido pela população, mas que foi introduzido, nas políticas urbanas, como áreas da cidade prioritárias a receber ações que visam à melhoria do espaço e da qualidade de vida dos seus moradores.

Ao partir do histórico de formação dos assentamentos precários no Brasil, e, especificamente, em Vitória no bairro Jesus de Nazareth, este estudo objetiva estabelecer as bases para uma leitura dos espaços livres pela perspectiva da cidade considerada informal, espontânea e precária.

3.2 O ESPAÇO PRODUZIDO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

Normalmente, as ZEIS foram originadas por meio de moradores que ocuparam terrenos públicos, comunais, ou privados, ou de incorporadoras clandestinas, que demarcaram irregularmente lotes, estabeleceram moradias rudimentares através da autoconstrução e, por sua vez, consolidaram assentamentos informais e irregulares.

Nesse contexto, os serviços públicos são inexistentes, desde os mais básicos, a exemplo da água encanada, do saneamento, da iluminação pública e da pavimentação. Com o tempo, tais serviços começam a ser instalados, estimulando ainda mais a ocupação e a ampliação das edificações existentes. Essa consolidação física leva anos até que o espaço seja reconhecido como bairro.

Em síntese, os espaços das ZEIS são caracterizados, primordialmente, pela informalidade, registrando problemas básicos de ilegalidade na violação da ordem jurídica formal prevalente do uso da terra, bem como do seu planejamento, do registro, da edificação e da tributação. Segundo Fernandes (2011), a informalidade se manifesta de diversos modos nos assentamentos:

- **Jurídico:** significa a falta de segurança total da posse, privando os moradores de direitos básicos de cidadania, como o próprio endereço na qualidade de moradores da cidade;
- **Social:** as comunidades são excluídas do acesso aos benefícios do desenvolvimento urbano, isto é, os serviços públicos, a infraestrutura, os espaços públicos e de instalações coletivas. Sofrem estigma social, sendo excluídas do mercado de trabalho e dos espaços urbanos formais. Além disso, são identificados como marginais, sendo objetos de políticas repressivas;
- **Urbano-ambiental:** apresentam precárias condições de vida, com estado sanitário inadequado, poluição e degradação ambiental, que representam riscos à saúde e à segurança. Também possuem ruas estreitas, ocupação densa, construção precária, dificuldade de acesso e circulação, falta de ventilação, saneamento e espaços públicos;

- **Político:** sujeitos à manipulação política com formas de clientelismo político tradicional o qual mantém a informalidade e os pobres excluídos do processo político;
- **Econômico:** geram cidades ineficientes e com uma gestão urbana dispendiosa, necessitando de programas de regularização e de serviços públicos.

De sorte que, ao definirmos os assentamentos como informais e irregulares, estamos lhes atribuindo também esses diversos modos de informalidade. Logo, as Zonas Especiais de Interesse Social delimitam tais espaços, que demandam por intervenções urbanísticas, fundiárias e habitacionais.

A complexidade da informalidade que envolve as ZEIS deixa evidente que promover o desenvolvimento espacial dessa realidade abrange mais do que apenas proporcionar melhorias no espaço físico, uma vez que abarca também outros aspectos, como a questão social.

O pensamento determinado de que a solução para a problemática das desigualdades espaciais e da segregação social de assentamentos, de favelas e de ZEIS significa regularização urbanística e integração de seu tecido urbano à cidade dita formal, na verdade, suscita alguns equívocos que podem trazer sérias implicações ao planejamento e à elaboração de projetos para seus espaços. Como, por exemplo:

- Pode levar à regularização espacial, com a imposição de normas, padrões e ordem que interferem na organização já consolidada, pois teve como base moldes padronizados para o desenho da cidade.
- E a ideia de que a posse, ou titulação da terra, ou residência, é suficiente para gerar a integração social (como subentendidos em projetos de regularização fundiária, que têm como único objetivo garantir o *status* jurídico).

Aliás, conforme vimos no capítulo anterior (subcapítulo 2.3), através de experiências reais de projetos de urbanização, buscar apenas a regularização espacial, ou

fundiária, não é capaz de resolver os problemas sociais presentes em áreas informais e, muito menos, integrá-las à cidade.

Tendo em vista o processo de formação das favelas e dos assentamentos precários no contexto urbano brasileiro, conclui-se que a segregação e a informalidade espacial nada mais são do que o reflexo da exclusão social. A partir da qual a população mais pobre da cidade não é incluída na dinâmica do desenvolvimento urbano, econômico e político. Assim, ela não faz parte da cidade que segue uma ordem jurídica formal do uso e do planejamento da terra, que, no geral, é moldado pelo interesse imobiliário privado e não pelo interesse público.

Faz-se necessário, conforme ressalta Corrêa (1989), tomar os grupos sociais excluídos como parte dos agentes que produzem e consomem o espaço urbano, como um produto social, através de ações, tanto as realizadas no presente, quanto as realizadas no passado. Logo, a produção da favela representa a efetivação dos grupos sociais excluídos como agentes modeladores.

> É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes[10]. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade [...] Trata-se de uma apropriação de fato (CORRÊA, 1989, p. 30).

Os assentamentos produzidos pela sociedade, um processo de "autocriação da sociedade"[11], fazem-nos refletir sobre o que é cidade formal e informal, ou ordem e desordem. Na prática, o planejamento urbano, especialmente o regional, promovido pelo Estado, costuma reproduzir "uma visão altamente ideologizada da ideia de "ordem" (e de ideias correlatas, como "ordenamento", "gerenciamento" etc.)" (SOUZA, 2006, p. 39).

As iniciativas populares, citadas anteriormente, a exemplo da Igreja Católica, atuando em favor da urbanização e da permanência das favelas do Rio de

[10] Os outros agentes indicados pelo autor são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado.
[11] Para usar o termo introduzido por Castoriadis (1975 apud SOUZA, 2006, p.51).

Janeiro, e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (CJP), nas ZEIS de Recife, mostraram, através das suas experiências práticas, que a realidade da sociedade concreta, com a sua própria forma de produção de espaço, pode conter soluções para o seu desenvolvimento. Conforme Souza (2006, p. 39):

> Os movimentos sociais emancipatórios, muito especialmente aqueles realmente imbuídos dos princípios de autonomia e autogestão (e "autoplanejamento", como tenho adicionalmente sugerido), costumam desafiar a ideia hegemônica de "ordem", para mostrar, na prática, que da aparente ou temporária "desordem" pode, precisamente, sugerir uma nova "ordem" (ou novas "ordens"), menos injusta, desigual e assimétrica.

Mais do que estabelecer ordem e padrões para a regularização dos espaços irregulares, norteados pela cidade formal, os projetos implantados nas ZEIS necessitam promover medidas para o desenvolvimento[12] social das comunidades que compõe os assentamentos e as favelas.

Na visão de Souza (2006, p. 29), não se deve excluir "a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua, material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social".

A fim de promover novas possibilidades de pensar o desenvolvimento e de desconstruir as ideologias "engessadas", geralmente, pela distorção do sentido original de alguns conceitos, Souza (2006, p.262) propõe o conceito de desenvolvimento socioespacial. O que ele chama de a ""macroteoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial, designando por isso um enfoque basicamente procedural da mudança sócio-espacial, fundado filosoficamente sobre o princípio de autonomia[13]". Em seu discurso, tomar a autonomia tal qual horizonte de

[12] Desenvolvimento é, num primeiro momento, relacionado ao desenvolvimento econômico (capitalista), o que é, segundo Souza (2006, p. 274), uma ideia equivocada do termo. Pois etimologicamente, desenvolvimento significa "envoltório", ou algo que "envolve" alguma coisa. O que segundo o autor transmite uma percepção clara do sentido de "liberar" ou "retirar obstáculos". Implica pôr-se em movimento, e nesse caminho, que não é conhecido, ultrapassar os obstáculos que surgirem a fim de superar os problemas em busca do que é considerado "melhor".

[13] Conceituada aqui como "a capacidade de um grupo de autogerir-se e autogoverna-se" (SOUZA, 2015). Em nível individual, ela representa a "capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão". E, no nível coletivo, "a autoinstituição lúcida da sociedade, em que o fundamento das "leis" não é metafísico, mas sim a vontade consciente dos homens e mulheres,

pensamento e de ação é conceber o desenvolvimento socioespacial como o enfrentamento da heteronomia e a conquista constante de autonomia.

Mesmo com a tendência de impor uma ordem diferente das já estabelecidas localmente em seu modelo de planejamento e de gestão de territórios criados, não se deve excluir a importância da atuação do Estado como um importante agente modelador do espaço urbano. Segundo destaca Corrêa (1989, p. 31):

> A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitorais.

Assim, ao analisar o espaço urbano, tanto de assentamentos irregulares, quanto da cidade formal, deve-se considerá-lo como um esforço conjunto de diferentes agentes, identificando, nesse e na sua história, os diferentes processos que resultaram nas formas observadas no presente.

Esse conceito deve, então, ser adotado tal qual uma ferramenta que permita explorar as possibilidades de melhoria dos vínculos que existem entre o espaço geográfico e as relações sociais. Sem tentar definir um ideal padronizado de "desenvolvimento", tomando esse como a "mudança para melhor", ou socialmente positiva, mas "propor, discutir e testar princípios e critérios tão abertos", a fim de que a definição do conteúdo e do significado dessa mudança "seja deliberadamente reservada como um *direito e uma tarefa dos próprios agentes sociais* (sujeitos, protagonistas), e não um privilégio do analista" (SOUZA, 2006, p. 262 e 263).

Esse termo "desenvolvimento" também pode ser simplesmente tomado como substituto da fórmula "transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social"[14]. Assim, visando constatar um

---

quanto à existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre assuntos de interesse coletivo" (SOUZA, 2006, p. 265).

[14] Sendo este, "passível de ser redefinido em moldes não etnocêntricos, não teleológicos e não economicistas" (SOUZA, 2006, p. 265).

verdadeiro desenvolvimento socioespacial, é preciso avaliar esses dois requisitos: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social.

A melhoria da qualidade de vida corresponde à satisfação contínua das necessidades, básicas, ou não, materiais, ou imateriais, capazes de atender cada vez mais uma porção maior da população. Assim como a satisfação individual da população, quanto às suas necessidades em relação a parâmetros, a exemplo da educação, da saúde e da moradia (SOUZA, 2006).

Delimitar no que consiste o aumento da justiça social é uma tarefa complexa, já que seu entendimento apresenta múltiplas possibilidades. Para simplificar, ser justo é: “tratar os iguais com igualdade e os desiguais desigualmente” (HELLER, 1998, p. 16 apud SOUZA, 2006, p. 62). Com a ideia abstrata do que é justo, que a citação apresenta, justiça “dependerá de como se entenderão igualdade e desigualdade”. Está associada a uma esfera pública, e pode ser relacionada a parâmetros, como “o nível de segregação residencial, o grau de desigualdade socioeconômica, e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes” (SOUZA, 2006, p. 67).

Os parâmetros de definição do que representa qualidade de vida e justiça social para uma população demandam uma aplicação específica ao meio citadino, sendo delimitado por suas particularidades espaciais, assim como pela diversidade e pela complexidade das relações sociais (SOUZA, 2006).

Logo, segundo Souza (2006, p. 286), o que o desenvolvimento socioespacial deve, na verdade, buscar é a melhoria das relações sociais e do espaço:

> [...] o que importa não é, sendo rigoroso, uma transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social, mas sim uma transformação para melhor das relações sociais e do espaço, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social.

A mudança social positiva não contempla apenas as relações sociais, mas considera, de igual peso, a espacialidade. “O espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais”, assim, não é possível mudar as relações sociais sem mudar o espaço. De modo que não há como pensa-lo sem considerar junto às relações sociais, ou o inverso (SOUZA, 2015).

Portanto, a fim de que isso aconteça, é necessário ponderar a complexa e densa dimensão espacial e seus fatores variados, pois o espaço é valorizado, à medida que se intenta compreender sua relevância através do contexto da sociedade concreta. Isso representa considerar as necessidades cotidianas de pessoas reais, para superar os problemas, pormenorizando as condições, limites e potencialidades do uso do solo, a infraestrutura técnica e social disponíveis, a malha viária adequada para a acessibilidade e locomoção, as barreiras, as imagens de lugar, a autoestima coletiva e as chances de participação nas tomadas de decisão "[...], então é lógico que pensar a mudança social pressupõe, obrigatoriamente, pensar também o espaço e a espacialidade, no contexto da sociedade concreta" (SOUZA, 2006, p. 289).

Superar os problemas, sobretudo fatores de injustiça social e melhoria da qualidade de vida da população, os quais são objetivos derivados do desenvolvimento urbano, deve ser a finalidade do planejamento e da gestão. A função social da propriedade e da cidade nas políticas públicas brasileiras é o que conduz o desenvolvimento urbano a superar tais problemas.

No contexto da cidade de Vitória, tomando como base o plano diretor de 2006, o qual estabeleceu as políticas públicas que conduziram o planejamento urbano nos últimos anos (até 2017, quando este foi revisado), o que foi estabelecido quanto à propriedade é que essa pode cumpri uma função social, quando utilizada com o fim de proporcionar o bem coletivo e o bem-estar dos cidadãos, assegurando a qualidade de vida e a justiça social, respeitando e atendendo as exigências do planejamento local (VITÓRIA, 2006).

As orientações acerca da Política de Terras Públicas, Art. 12, definiram a implantação de equipamentos sociais, voltados às atividades culturais e às de lazer, espaços públicos integrados ao entorno, e a preocupação de que toda e qualquer propriedade pública atenda a função social da cidade e da propriedade (VITÓRIA, 2006).

Considerando que, entre os objetivos das ZEIS, estão efetivar o cumprimento das funções sociais e promover o desenvolvimento humano[15]. E que, para se cumprir as funções sociais da propriedade é necessário proporcionar o bem coletivo e o bem-estar dos cidadãos. As Zonas Especiais de Interesse Social podem, assim, ser consideradas como o lugar máximo do desenvolvimento socioespacial.

Entretanto, o caminho mais democrático e legítimo para um planejamento e gestão urbana bem-sucedida com vista ao desenvolvimento é quando os próprios indivíduos e grupos impactados estabelecem, de forma autônoma, os conteúdos e as prioridades associados ao que se pode considerar injustiça social e qualidade de vida. Por isso, o parâmetro essencial do desenvolvimento socioespacial é a autonomia (SOUZA, 2006).

Essa autonomia abrange aspectos individuais e coletivos, como definidos anteriormente. No âmbito do planejamento espacial, ela é alcançada quando uma coletividade, lucidamente e com conhecimento de causa, estabelece um conjunto de regras e de normas para a organização de um espaço, assim como as punições para os transgressores, ao acordarem livremente, em um contexto em que todos os membros possuem igualdade efetiva no processo decisório (SOUZA, 2015).

A autonomia demanda do indivíduo o conhecimento dos problemas em debate, para que esse tenha opinião, liberdade para se expressar livremente e igualdade efetiva de oportunidades na coletividade, que exige justiça social, a fim de que sua participação no processo decisório seja legítima. Portanto, é a forma máxima de participação direta da população nas decisões.

Mas, atualmente, as democracias, tais quais sistemas representativos modernos, alienam o direito de decidir dos cidadãos para “representantes”. Mesmo que o direito ao planejamento e à gestão democráticos, bem como os mecanismos de participação popular, nas políticas públicas no Brasil, tenham sido conquistados pelas lutas e práticas do povo, por meio de movimentos sociais em favor da reforma urbana e das iniciativas populares de planejamento urbano democrático.

[15] Segundo (VITÓRIA, 2006).

Na prática, o que se vê é que formas de participação direta da população nas decisões, a exemplo dos “orçamentos participativos”, tentam, sem sucesso, atenuar esse problema. Aliás, em muitos casos, não existe uma verdadeira participação direta, mas sim o que acontece é a manipulação da vontade coletiva.

De certa forma, o “projeto de autonomia” consiste em uma reinterpretação radical do projeto de democracia[16]. E que, de forma bem simplificada, pode ser entendido como uma democracia autêntica e radical, ainda que bem mais complexa que essa. A autonomia tem a ver com “as condições efetivas de exercício da liberdade, em diferentes escalas”. E coloca em questão “o que é uma cidade justa?”, que, se levada em consideração pelo ponto de vista da pesquisa e dos moldes científicos, exige a determinação de parâmetros e de indicadores para o estudo empírico (SOUZA, 2015).

Logo, pensar o espaço e a sua espacialidade, para a mudança social, torna-se ainda mais pertinente, quando se trata de espaços autocriados. Seus valores e suas peculiaridades só podem ser caracterizados pelas práticas socioespaciais identificadas na cotidianidade. Não se deve impor espaços, muito menos suposições técnicas, ou acadêmicas.

Seria utopia tomar a autonomia tal qual uma etapa a ser alcançada rapidamente. Mesmo com uma meta, conjectura-se um processo longo e complexo. Desta forma, ao refletir sobre a importância da autonomia para o desenvolvimento, esta pesquisa não almeja determinar parâmetros para dimensionar o grau de autonomia em que se encontra o bairro Jesus de Nazareth, ou o que representa melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social para sua população.

Tendo em conta os objetivos deste estudo, valer-se da autonomia como horizonte de pensamento e de ação do desenvolvimento socioespacial representa incentivar a atuação direta de uma população na construção dos seus espaços cotidianos, tanto o espaço físico, quanto político e ideológico. É facultar aos cidadãos a liberdade e a possibilidade de um pensamento crítico, além de promover espaços de diálogos. Significa reconhecer que as práticas

[16] Inspirado na democracia direta da Pólis grega clássica (SOUZA, 2015).

socioespaciais, as quais acontecem na realidade local, têm o poder[17] de viabilizar mudanças para melhor.

No sentido de incentivar a participação e a apropriação da população, como cidadão que tem direito à cidade, e produtor social de uma obra coletiva. E reforçar ideia defendida por Lefebvre (2011) de que a população "pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social" da realização da cidade. Apesar das favelas, infelizmente, serem um exemplo negativo dessa realização, fortalecer a autonomia de uma comunidade representa acreditar que, mediante o amadurecimento crítico e com as ferramentas adequadas, sua população pode sim assumir esse protagonismo defendido pelo autor.

Para Harvey (2013), ao escrever sobre "o direto à cidade", em 1967, Henri Lefebvre representava um lamento diante da crise da vida cotidiana nas cidades e uma reivindicação da necessidade de criar uma vida urbana alternativa, com mais significado e mais lúdica. Essa ideia deve surgir das ruas, das vizinhanças, pela necessidade da realidade vivida. Mais que um conceito, a importância desse pensamento deve se refletir nos objetivos das políticas ao produzir e reproduzir a vida urbana. Apenas quando entendermos que aqueles que constroem e mantêm a vida urbana têm direitos sobre o que eles produziram, e que uma das reclamações é o direito de construir a cidade mais como esses verdadeiramente desejam, alcançaremos um modelo de política urbana com real sentido.

Segundo Robert Park (1967 apud HARVEY, p. 3), a cidade tal qual produção do homem é:

> A mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo do seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refaz a si mesmo.

Nessa perspectiva, o direito à cidade, muito mais que requerer o acesso a espaços existentes, "é o direito de mudar as cidades mais de acordo com os

[17] No sentido de exercer influência e persuadir dialogicamente. Não é sinônimo de poder heterônomo (SOUZA, 2015).

nossos corações”. Para isso, precisamos idealizar, como uma tarefa coletiva, a cidade que queremos, e assim, o tipo de pessoas que seremos nela, quais as relações que queremos estabelecer com as outras pessoas desta cidade e com sua natureza, o estilo de vida e os valores estéticos que almejamos. Harvey (2013, p. 4) conclui, afirmando que a liberdade para fazermos e refazermos nós mesmos e nossas cidades é um dos direitos humanos mais preciosos e mais negligenciados. “Então, como melhor exercer esse direito?”.

Sintetizando, o **desenvolvimento socioespacial**, como a mudança para melhor, ou mudança social positiva, é medido pela **autonomia** de indivíduos e grupos em participarem diretamente dos processos decisórios. Condicionados à autonomia, estão os parâmetros de **melhoria da qualidade de vida e de aumento da justiça social**, que devem ser definidos, segundo as particularidades espaciais e sociais de um meio citadino. Mas, de forma bem simplista, melhoria da qualidade de vida corresponde à satisfação contínua das **necessidades da população**, e a justiça social será associada à oportunidade de **participação cidadã direta** em processos decisórios relevantes, quanto às relações sociais e ao espaço.

Assim, o pensamento que irá conduzir a conceituação de espaços livres para esta pesquisa, em parte, recorre a essa definição de desenvolvimento socioespacial. Se os espaços da cidade, em geral, são lugares e territórios construídos cotidianamente, em um processo fundamentado historicamente, pelas práticas sociais das pessoas que os influenciam e são por eles produzidos, entende-se que:

- A mudança social positiva pressupõe pensar as relações sociais e o espaço;
- Os espaços urbanos devem ser mapeados, analisados, planejados, construídos e apropriados por seus usuários, segundo suas necessidades e suas aspirações;
- A participação cidadã direta, em suas formas variadas, na produção do espaço, pode contribuir para a mudança positiva;
- Os espaços livres podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial de ZEIS.

Diante dessas premissas, os espaços livres serão definidos, nesta pesquisa, visando responder a seguinte questão: Como os espaços livres podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial de Zonas Especiais de Interesse Social?

3.3 OS ESPAÇOS LIVRES NO CONTEXTO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

O espaço urbano, segundo Corrêa (1989), pode ser compreendido como um complexo conjunto de usos do solo, fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado por fluxos estabelecidos pelas relações espaciais, as quais são de natureza social, sendo que o seu meio físico, para Cavalheiro e Del Picchia (1992), pode ser classificado em: espaços com construções, espaços de integração e os espaços livres de edificações.

Partindo das considerações anteriormente estabelecidas, definir espaço e a cidade como uma organização espacial é uma tarefa complexa e aberta a diferentes interpretações. Este estudo não objetiva abranger todas essas perspectivas, mas, propõe fazer algumas considerações sobre os espaços livres através de uma visão mais ampla do termo e voltada para as particularidades de uma cidade autoconstruída, presente nas Zonas Especiais de Interesse Social.

Os espaços livres, em uma aproximação inicial, comumente, são associados aos parques, jardins, canteiros verdes e praças que representam as áreas verdes, de sociabilidade e de lazer da cidade. Porém, um estudo mais cuidadoso de suas variadas funções e tipologias no contexto urbano possibilita uma definição mais diversamente rica desses espaços.

Este estudo adota, como ponto de partida, a **definição de espaços livres** apresentada por Magnoli (2006, p. 202): todo espaço aberto sobre influência da área urbana, assim como “todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno, não-cobertos por edifícios”, podendo ser públicos ou privados, com ou sem vegetação, principalmente os que promovem os fluxos entre os edifícios como as vias públicas.

Em função disso, os espaços livres podem abranger parques, áreas de preservação ambiental, jardins urbanos, canteiros verdes, praças, praias urbanas, vias de circulação, compreendidos como os espaços públicos, bem como os espaços

privados de “quintais, jardins, estacionamentos de centros comerciais ou de logística, pátios fabris, vias de acesso de condomínios, são também lotes e glebas urbanas desocupadas, com diferentes graus de cobertura vegetal (QUEIROGA, 2014, p. 125)”.

Assim, o que Cavalheiro e Del Picchia (1992) classificam como espaços distintos na cidade, os livres de edificação e os de integração, são unificados no conceito de espaço livre proposto por Magnoli (2006). Já a distinção entre o espaço ocupado por edificações, ou ambiente construído, e o espaço aberto fica clara em ambas as definições. Ressaltando que o equilíbrio entre esses é essencial na sustentabilidade do ambiente urbano, e, principalmente, para o homem que o habita. Conforme destaca (STILES, 2015):

> Os espaços livres são de vital importância para a sustentabilidade do ambiente urbano. Pois são capazes de garantir qualidade espacial e ambiental e principalmente promover e/ ou resguardar os espaços da sociabilidade urbana, tão essenciais para a sociedade.

Contudo, o que normalmente se vê nas formas das cidades irregulares é que tal equilíbrio foi desconsiderado em grande parte dessas ocupações. O que resultou na escassez de espaços livres em comunidades, as quais, geralmente, possuem poucas áreas verdes, espaços de lazer e convivência social capazes de atender a população local.

Os espaços livres de edificações, ou urbanização influenciam a vida nas cidades e caracterizam a paisagem urbana (KLISS; MAGNOLI, 2006). E estão diretamente relacionados com a vida cotidiana da população e usuários de uma cidade.

Por isso, ao considerar a estrutura dos centros urbanos, pode-se afirmar que todas as pessoas estão inseridas nos espaços livres, públicos ou privados. E as relações estabelecidas entre os homens e os espaços livres de uma cidade influenciarão diretamente na qualidade de vida dessa população, assim como na sua percepção da cidade e do seu desenvolvimento.

Estes espaços possuem uma função ambiental e, como bem público, promove o encontro do homem com a natureza e o desenvolvimento de atividades urbanas cotidianas variadas (KLISS; MAGNOLI, 2006).

Pelo valor ambiental que os espaços livres verdes desempenham no território, esses, muitas vezes, são vistos como ilhas de natureza, áreas com concentração de vegetação que garantem um refúgio ao homem no contexto de densa urbanização. Tardin (2008) enfatiza que é necessário promover uma coesão dos espaços livres, construindo o território com uma estreita relação entre espaços ocupados e não ocupados. Mais que fronteiras entre realidades distintas, eles podem se apresentar como oportunidades ao juntar suas partes e costurar as diferenças, a fim de gerar um território agregado e contínuo.

A analogia do ambiente urbano tal qual um tecido de retalhos ilustra bem a abordagem dos espaços livres como um sistema que deve costurar diferentes partes, transformando cada retalho, com suas particularidades, em um conjunto capaz de compor o mesmo tecido. O ponto principal desse pensamento pode ser considerado a costura, pois o sucesso final desse tecido de retalho vai depender de como as conexões entre as partes são criadas. Assim, tomar os espaços livres como um sistema significa lançar um novo olhar sobre a cidade, com foco nas pessoas e suas relações. Como já diziam Rogers et al. (1999, p. 28):

> Alcançar a integração urbana significa pensar no espaço urbano aberto não como uma unidade isolada - seja uma rua, um parque ou uma praça – mas como uma parte vital da paisagem urbana com seu próprio conjunto específico de funções. O espaço público deve ser concebido como um quarto externo dentro de uma vizinhança, em algum lugar para relaxar e desfrutar da experiência urbana, um local para uma série de atividades diferentes, de comer ao ar livre para entretenimento de rua; de áreas de esporte e lazer a um local para funções cívicas ou políticas; e mais importante de tudo como um lugar para caminhar ou sentar-se. Espaços públicos funcionam melhor quando estabelecem um relacionamento direto entre o espaço e as pessoas que vivem e trabalham em seu entorno.

Segundo Queiroga (2014, p. 111), para a própria existência da cidade, é fundamental reconhecer o sistema de espaços livres urbanos, pois esse:

> - é básico para os fluxos da vida cotidiana e da economia urbana;
>
> - é fundamental na constituição da paisagem urbana, dado que é um subsistema da forma urbana, integrando, portanto, a cidade, sua história e memórias;
>
> - participa da constituição da esfera de vida pública (geral e política) e da esfera de vida privada.

A coesão que se busca através do sistema de espaços livres, mais do que integrar elementos do território e da paisagem, deve acontecer no âmbito social. Segundo

aponta Kliss e Magnoli (2006, p. 248), “o espaço aberto da vida coletiva apresenta-se, pois, para nós, como um órgão da vida democrática e o primeiro instrumento urbano para a tomada de consciência social tão necessária para a dinâmica civilizatória”.

Esse espaço só pode se tornar um órgão democrático, quando reconhece, permite e promove a participação direta dos cidadãos, não apenas em seu uso através de determinadas atividades, mas ao lhe conceder “vida”[18]. Reforçando a citação de Magnoli (2006, p. 204), já abordada na introdução deste estudo:

> Espaços livres de edificações ou de urbanização são pressupostamente os mais acessíveis por todos os cidadãos; os mais apropriáveis perante as oportunidades de maior autonomia de indivíduos e grupos; os que se apresentam com mais chance de controle pela sociedade como um todo, já que abertos, expostos, acessíveis; enfim, aqueles os quais podem ser os mais democráticos possíveis, enquanto significado intrínseco da expressão espaço urbano.

Quando realmente assume esse papel de coletivo, acessível, democrático e que permite a autonomia dos indivíduos à apropriação, ele fortalece a **esfera pública da vida urbana**. Infelizmente, na prática, não são encorajados, mas podem ser conquistados.

“O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência” (MAGNOLI, 2006, p. 204). Assim, para que ele aconteça, é necessário que o homem que o apropria esteja disposto a tornar visível a sua fala e que o transforme através da ação[19]. Refletindo sobre as considerações de Arendt sobre a esfera pública, Leite (2007, p. 134) ressalta:

> Para Arendt, as experiências públicas compartilhadas num “mundo comum” são constitutivas da noção de vida pública, segundo a qual a esfera pública é muito mais do que o local de visibilidade do real: é o local da “excelência humana”, na medida em que permite ao homem conhecer-se e firmar sua existência, superando a “privação” de não poder “realizar algo mais permanente do que a própria vida”. O “público”, acrescenta, é primeiramente o que “pode ser visto e ouvido por todos” (1987, p. 67). Mais do que simplesmente tornar público o mundo privado, a esfera pública seria capaz de tornar real a realidade do mundo, na medida em que possibilitaria o reconhecimento recíproco das diferentes experiências da vida.

---

[18] A vida que anima a materialidade e a transforma em espaço, segundo Santos (2002).

[19] Tomando como definição de ação, aquela descrita por Weber (1995, p. 400 apud SOUZA, 2015, p. 241): “Para ele, deve-se entender por ação (Handeln) “um comportamento humano, tanto faz que se trate de um comporta-se externo ou interno ou de um permitir ou omitir, sempre quando o sujeito ou os sujeitos da ação ligam a ela um sentido sugerido pelo sujeito. A “ação social”, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta no que diz respeito ao seu desenvolvimento””.

Quando o homem reconhece o valor do espaço livre como esfera pública, ele deixa a esfera privada “da individualidade realizadora e da privacidade do indivíduo” e assume a capacidade de agir, não individualmente, mas como parte de uma experiência socialmente compartilhada, que, independente do lugar, resulta em ações. Os diferentes e desiguais modos de inserção social na vida pública moderna representam um desafio para a democracia. Isso, porque a cidadania não é tomada como uma ferramenta de caráter político-cultural (LEITE, 2007, p. 135). Da mesma forma, o espaço, muitas vezes, não é tomado como o espaço da ação política, que deve ser fundamentado na autonomia do indivíduo e da coletividade, que se apropria da cidade como um direito e palco da vida, e construído tal qual propriedade coletiva, através de suas práticas socioespaciais.

Falar sobre propriedade, espaço urbano, em especial, dos espaços livres públicos ou privados, é entrar no cerne dos problemas urbanísticos brasileiros: o fundiário e o imobiliário (conforme já explanado na introdução e no capítulo 2). O modo pelo qual a posse da terra conduziu o planejamento das cidades brasileiras, voltado para os interesses privados, reflete nas formas das cidades informais. As cidades planejadas possuem grandes quadras, praças, ruas arborizadas e parques urbanos determinadas em seu traçado. Mas, não é esse o cenário quase unânime da cidade informal, segundo retrata Macedo (1995, p. 48):

> Lotes pequenos, construções precárias e uma superocupação do lote, que condiciona ao acoplamento das construções, deixa a disposição exíguos espaços livres, tanto dentro dos lotes (são praticamente inexistentes), como nas vias de acesso e circulação.

Logo, os espaços livres da cidade informal são constituídos “por vielas, escadas, ruas e outros tipos de espaços livres e abertos”, além de serem “morfologicamente indefinidos”, contestando, assim, a cidade tradicional e seus espaços hierarquizados (MACEDO, 1995, p. 48):

> Nas áreas mais pobres e mesmo naquelas destinadas à moradia de amplos setores da classe média a situação é inversa. Os espaços livres dos lotes e quadras são reduzidos e extremamente fragmentados, sendo utilizados ou aproveitáveis para atividades estritamente próximas dos moradores, como o lavar e secar roupas, ou o brincar de crianças pequenas. O lazer, quando possível, é feito nas ruas ou em espaços públicos mais distantes como praças e parques.

No contexto urbano das Zonas Especiais de Interesse Social, analisar e conceber os espaços livres face às atividades e às necessidades do homem, segundo indica

Magnoli (2006), torna-se ainda mais importante, a fim de garantir o sucesso desses em promover o desenvolvimento socioespacial das comunidades.

Essas necessidades, muitas vezes, manifestam-se de modo “informal”. Por exemplo, quando, em comunidades, é possível identificar lotes vazios que se tornam campinho de futebol, quando um sofá abandonado no alto de um morro se torna um “mirante”, ou, até mesmo, quando a população transforma um beco em praça[20].

Para reconhecer o que é espaço livre em uma comunidade onde a forma é produto da autocriação dos seus moradores, é preciso observar e ouvir essas pessoas em suas vidas cotidianas, que estabeleceram os parâmetros de definição.

> Há uma pluralidade de outros espaços livres voltados ao convívio e lazer que enriquecem os sistemas de espaços livres públicos das capitais e metrópoles brasileiras: praias urbanas, mirantes, pátios, recantos, bosques, jardins temáticos (zoológicos, botânicos, etc.), centros esportivos, piscinas públicas, campos de futebol em diferentes graus de (in)formalidade. Sobre esses últimos, alguns são tratados paisagisticamente, outros são produzidos pelos próprios moradores da circunvizinhança, revelando a importância do convívio e do lazer público para aquelas populações (QUEIROGA, 2014, p. 117).

Sendo esses nada mais do que o espaço da prática, segundo Lefebvre (2009), ou das práticas socioespaciais, segundo Souza (2015). Conforme observamos nas reflexões do subcapítulo anterior, não é possível pensar o espaço sem pensar as relações sociais. De mesmo modo, quanto às práticas humanas, elas não são apenas sociais “sem conteúdo espacial ou espacializante”, sendo necessário elucidar e valorizar também as práticas espaciais. Essa relação está contida, quando se pensa em uma mudança, ou em um desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2015).

Com o passar do tempo, esses assentamentos irregulares têm recebido melhorias e incentivos ao desenvolvimento socioespacial. Essas medidas, mesmo que planejadas para todo o território, conforme vimos no exemplo do plano de intervenção para Jesus de Nazareth no capítulo 2, não pensam os espaços coletivos e públicos de forma sistêmica, principalmente, compatibilizados com a ideia de cidade vigente nessa realidade e, muitas vezes, também não consideram as expectativas dessa população.

[20] Ilustrações inspiradas em cenas presenciadas pela autora em uma das visitas ao bairro Jesus de Nazareth, objeto empírico desta pesquisa.

Diante da complexidade do espaço, e, em especial, dos espaços livres em ZEIS, convém questionar: Como determinar os espaços livres da cidade autocriada? Como avaliar estes espaços? Como acontece a relação entre uma comunidade e seus moradores com seus espaços livres? Como permitir que a população participe da avaliação e produção deste espaço?

Foram essas e muitas outras questões que motivaram esta pesquisadora a conhecer o bairro Jesus de Nazareth. Para além de como ele se mostra esteticamente para a cidade de Vitória, e sim pelas pessoas que estão cotidianamente trabalhando, de alguma forma, para construir este lugar. Seja por meio de iniciativas inovadoras de turismo comunitário, de projetos para as crianças do bairro, de metodologias de ensino não convencionais, intermediando as necessidades do povo junto ao governo, ou mesmo pela apropriação dos espaços através de práticas sociais que lhe conferem significado.

Para facilitar o reconhecimento dos espaços livres, convêm tomar algumas funções já estabelecidas em um contexto urbano geral. Macedo (1995), por exemplo, destaca algumas:

Espaços verdes: abarcam toda área urbana ocupada por algum tipo de vegetação com valor social. Podem estar ligados a algum uso, pelo interesse de conservação, ou preservação desse como ecossistema, ou por possuir valor estético, cultural, ou por se destinar a atividades de lazer.

Áreas de lazer: abrigam atividades destinadas ao lazer, que pode ser ativo, com área de jogos, brincadeiras e esportes, ou contemplativo pelo valor paisagístico, usado como estar para contemplação de cenário ou apenas para passeios a pé. “Todos os parques, praias e praças urbanos estão englobados dentro deste conceito, possibilitando por muitas vezes uma utilização mista, tanto para o lazer ativo, como para o passivo” (MACEDO, 1995, p. 20).

Áreas de circulação: englobam todo o sistema viário em contexto urbano, os de propriedade pública, a maior parte dos espaços livres públicos, e os privados, como o sistema viário de vilas e de condomínios.

Geralmente, as vias são planejadas, ou transformadas com o tempo, tendo os automóveis como prioridade, enquanto a calçada, quando existente, é destinada ao passeio público, sem as mínimas condições para a circulação de pedestres, especialmente, aqueles com necessidades especiais (QUEIROGA, 2014).

Estudiosos famosos, a exemplo de Jane Jacobs e Jan Gehl, defendem a importância da rua no resgate da vida urbana, e segurança pública, quando planejadas para atender as necessidades do homem e promover mais convívio social. Como não se pode negar a relevância do automóvel nas dinâmicas urbanas, o espaço da rua reservado ao pedestre são as calçadas, e as "zonas de transição"[21]. Assim, Rogers et al. (1999, p. 28) definem essa rua como tradicional:

> A rua tradicional desempenha um papel fundamental na formação da comunidade. É onde pessoas de todas as idades se reúnem e interagem. O restabelecimento da rua como um foco urbano poderia ter um impacto imediato na vida das pessoas. Ruas com as fachadas contínuas e ativas, esquecidas dos andares superiores, fornecem uma forma natural de autopoliciamento. A contínua presença de transeuntes, bem como a vigilância informal, combinam-se para criar a mistura de vitalidade urbana e segurança que é característica de muitas áreas urbanas de sucesso.

Gehl (2013) considera que as ruas, tais quais espaços públicos, são as mais afetadas pelo crescimento desordenado, que gera o adensamento mal planejado. Na cidade informal, não se pode distinguir facilmente a separação entre os espaços do transeunte e do automóvel, nos casos em que esse ainda tem acesso. Por conta da necessidade de tirar maior proveito da terra para a moradia, a circulação é sacrificada resultando em poucas ruas, vielas, becos e escadarias que limitam o acesso.

Entretanto, mesmo que carentes de infraestrutura e limitantes do acesso, os espaços de circulação nas favelas se mostram os mais convidativos para o passeio, como espaços de qualidade social, e ao uso pela vitalidade que proporcionam ao ambiente construído.

Através da pesquisa realizada pela paisagista Ayako Nishikawa (apud MACEDO, 1985), no final dos anos 70, levantou-se uma variedade de atividades realizadas na rua, como brincar, jogar, caminhar, conversar, encontros, passeios, festas e muitas

[21] Segundo Gehl (2013), as "zonas de transição" podem ser consideradas como os espaços "onde as atividades realizadas dentro das edificações podem ser levadas [...] para o espaço comum da cidade", são esses os afastamentos das edificações e as calçadas.

outras, os quais, inclusive, podem ser descobertos inesperadamente ao se caminhar por uma favela.

> A multiplicidade de usos é muito grande e tais atividades se dão em espaços que não foram projetados para tal fim. Estes são, por muitas vezes, mais variados que os encontrados em espaços especialmente destinados a jogos e à recreação como setores de parques e praças (MACEDO, 1995, p. 22).

Desta forma, as ruas, os becos, as vielas e as escadarias podem ser reconhecidas nas ZEIS, para além de espaços de circulação, como verdadeiros espaços de lazer. Pois são esses que verdadeiramente atuam como “zonas de transição” ao serem usados tais qual uma extensão da casa, dando assim lugar à vida social (SANTOS, 1985).

Assim, quais critérios podem ser usados como base para a avaliação dos espaços livres? Segundo (MACEDO, 1995), para a avaliação de qualquer espaço livre, estes fatores devem ser sempre considerados:

1. Adequação funcional: configuração morfológica e dimensional adequada;

2. Adequação ambiental: condições de salubridade para o desempenho das atividades, como o sombreamento, o acesso à insolação, a ventilação, a permeabilidade do solo, a declividade etc;

3. Adequação estética: padrões que variam de acordo com as expectativas sociais.

Para Bartalini (1986), os espaços livres podem ser classificados por suas funções, quanto aos valores visuais ou paisagísticos, valores recreativos e valores ambientais, que se apresentam separadamente apenas para facilitar o estudo, mas que, no espaço, podem acontecer simultaneamente.

Valores visuais (referenciais): abrange os referencias próprios de uma população que favorece à formação de vínculos entre o lugar e as pessoas, influenciando na identidade dos lugares ao valorizar características que compõem a paisagem.

Valores recreativos (utilização): o conjunto de espaços livres utilizados como alternativa para suprir a necessidade de atividades de recreação da população. Pode abranger ruas, lotes vagos, áreas privadas com vegetação entre outros.

É interessante destacar que a recreação, principalmente, para áreas carentes que possuem urgências na necessidade de infraestrutura básica e de serviços públicos essenciais à vida, não deve ser tratada como um luxo para a sociedade, mas como uma garantia, sobretudo, às crianças, pois é essencial para a educação e o crescimento sadio, físico e mental dessas. Conforme reforça Kliss e Magnoli (2006, p. 248, grifos dos autores):

> A recreação não é um elemento supérfluo na vida urbana, pois dela depende o equilíbrio das outras atividades e "*não se trata de luxo, mas de necessidade. Não é simplesmente uma cousa de que a criança gosta, mas algo que precisa pra crescer. É mais do que parte essencial de sua Educação: é parte essencial da lei do seu crescimento, do processo que a leva à Maturidade". "A responsabilidade de administrador moderno quanto à saúde pública não se pode considerar cumprida com a construção de hospitais e manicômios, e nem a sua função educativa com a realização de escolas e campos esportivos*", mas deverá antes preocupar-se com a criação de condições de desenvolvimento de uma infância e uma adolescência física e mentalmente sadia, e manter o equilíbrio de toda a população por sistemas recreacionais condizentes com as reais necessidades criadas na vida urbana, deverão ser modificadas as características dos espaços livres.

Valores ambientais: espaços com elementos que podem exercer influência na qualidade ambiental urbana, conservação e proteção do meio ambiente, a exemplo da vegetação, ao proteger o solo, e promover o conforto térmico com a arborização urbana.

Logo, mais que avaliar os espaços livres, o verdadeiro desafio é apreender as relações e práticas sociais, o valor humano e suas expectativas. Então, somos levados à outra questão: Qual a relação entre as pessoas e os espaços livres?

Frederico Holanda (2007, p. 123), parafraseando Brasilmar Nunes, sugere alguns aspectos que podem ser considerados, a fim de estudar as relações humanas no espaço:

> [...] a criação ou usufruto de lugares são práticas humanas e a disciplina da arquitetura[22] com ciência humana estuda relações entre os lugares e as pessoas, do ponto de vista dos aspectos funcionais, bio-climáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos.

Ao se propor avaliar os espaços da vida cotidiana, na escala local do bairro, as práticas humanas e as relações entre o lugar e as pessoas, tais aspectos

[22] "Lembro que uso "arquitetura" *lato sensu*, a englobar todas as escalas: edilícia, urbanística, paisagística" (HOLANDA, 2007, p. 123).

apresentados por Holanda (2007) se tornam ainda mais importantes. Porém, isso só é possível, quando os diagnósticos do espaço urbano, para o seu planejamento futuro, são realizados não apenas observando os atributos da forma-espaço, mas também considerando as expectativas humanas para o contexto em que se inserem.

Sendo assim, torna-se mandatório conhecer e estudar as necessidades desse homem urbano em seu contexto, para que haja um planejamento adequado, capaz de garantir todas as vantagens que os espaços livres podem proporcionar e, acima de tudo, para que esses espaços sejam realmente utilizados, e parte da prática social.

Na escala local do bairro, as práticas humanas e as relações entre o lugar e as pessoas são ainda mais relevantes, já que, geralmente, expõe mais intimidade, uma sociabilidade mais significativa e uma identidade local bem estabelecida. Nesse sentido, estudar e descrever a vida local cotidiana dos bairros é uma forma de dar vida aos seus personagens, conhecer seus costumes, suas crenças e sua cultura, as quais são responsáveis por dar identidade aos seus moradores. Para que isso aconteça, Magnani (1984, p. 12) aponta a necessidade de “deixar de lado uma postura etnocêntrica e observá-los de perto e em seu próprio contexto, pois se existem é porque possuem um significado para aqueles que os praticam”.

Ao propor uma reflexão sobre os espaços livres através de uma perspectiva social, esta pesquisa visa à valorização da vida em sociedade e dos lugares comunitários, representados aqui pelos espaços livres, como um interesse coletivo da cidade em favor do bem-estar de seus cidadãos. O que se torna emblemático, em um momento em que a disputa pelo acesso à terra urbanizada tem beneficiado mais o interesse privado e a especulação imobiliária.

Considerando os espaços livres como todo espaço aberto sobre influência da área urbana acessível a todos os cidadãos e factível de promover um ambiente democrático de incentivo a vida em sociedade e comunitária através da prática social. Acredita-se na importância do planejamento desses espaços voltados a atender as atividades e as necessidades do homem urbano em um contexto local, de forma personalizada, promovendo qualidade espacial e ambiental para determinada área, de acordo com a identidade de uma comunidade, que, somada

ao todo, reflete na cidade em geral. De sorte que assim, viabilize a valorização da identidade e da cultura local.

Portanto, essa mudança de atitude em uma pesquisa, que requer o envolvimento do pesquisador na realidade urbana cotidiana da comunidade sendo estudada, a fim de descobrir o significado do espaço, segundo o olhar das pessoas, deverá ser realizada através da metodologia adotada para os levantamentos empíricos.

3.4 COMO AVALIAR OS ESPAÇOS LIVRES DAS ZEIS?

Este tópico almeja estabelecer os fundamentos teóricos que conduziram a metodologia proposta para esta pesquisa, principalmente, da pesquisa empírica, apresentadas resumidamente na introdução, na esperança de trazer contribuições para os próximos estudos sobre espaços livres, sobretudo, em ambientes urbanos de caráter informal e irregular.

3.4.1 Fundamentos metodológicos

O objetivo geral desta pesquisa é investigar os espaços livres no contexto de uma Zona Especial de Interesse Social, a partir da avaliação dos seus atributos mais significativos quanto aos aspectos socioambientais, paisagísticos, urbanísticos e socioculturais, a fim de refletir sobre como esses podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial local.

Em que, espaço livre é todo o espaço aberto em área urbana, não edificado, que pode ser público ou privado[23], com ou sem vegetação, principalmente, os que promovem fluxos como as vias públicas. Aqueles devem ser democráticos, acessíveis e apropriáveis por todos os cidadãos, possibilitando a autonomia e a integração espacial e social.

E o desenvolvimento socioespacial representa a mudança social positiva, a qual é medida pela autonomia de uma população para estabelecer seus parâmetros de melhoria da qualidade de vida, a exemplo das necessidades individuais e o aumento da justiça social, entendida como participação cidadã direta, e assim,

[23] Mesmo que este trabalho aborde espaços livres de propriedade pública e privada, o objetivo maior, entendido pelo desenvolvimento socioespacial, é que esses espaços contribuam para o bem-estar coletivo e para a vida pública.

autogerir seu território. De modo que, a prática socioespacial, tal qual apropriação e construção de lugar, é aqui considerada como o passo inicial para alcançar essa autonomia.

A metodologia adotada pela pesquisa para a avaliação e a análise dos espaços livres considera métodos e critérios já utilizados em estudos práticos e com credibilidade científica. Entretanto, essa combinação gerou uma metodologia diferenciada para este estudo, onde os seus referenciais teóricos serão apresentados a seguir.

Parte-se do método interdisciplinar proposto por Raquel Tardin (2008), que envolve o reconhecimento, a análise e avaliação dos espaços livres:

- **Reconhecimento dos espaços livres a analisar:** através da identificação e da caracterização dos espaços livres existentes, as dinâmicas urbanas nas quais esses se inserem, e as relações espaciais e funcionais observadas entre os espaços livres e outras dimensões do espaço urbano, como os assentamentos, as infraestruturas viárias e os vínculos de planejamento em diferentes momentos históricos;
- **Análise e avaliação dos atributos dos espaços livres:** cada um dos espaços livres é avaliado, de acordo com seus atributos. Os critérios de avaliação sugeridos por Tardin priorizam os espaços com atributos favoráveis ao desenvolvimento dos processos biofísicos (relevo e clima, hidrografia, comunidades vegetais, infraestruturas e usos do solo, características populacionais), e visuais ou perceptivos (elementos cênicos, fundo cênico, áreas de emergência visual e marcos históricos).

Através dessa metodologia, pode-se observar uma característica comum das propostas de avaliação e análise dos espaços livres, no campo do urbanismo, o foco em levantar os elementos que caracterizam o espaço pela observação do pesquisador. E quando propõe a interação com as pessoas, essa se apresenta limitada e em segundo plano. De modo que, houve a necessidade de combinar diferentes abordagens metodológicas, a fim de alcançar melhores resultados e que possibilitassem um maior envolvimento e aproximação da comunidade e dos seus moradores.

A vida cotidiana, com toda a sua complexidade de trajetos e de redes diferenciadas que se relacionam no mesmo conjunto, caracteriza-se pelas formações sociais. Mais do que espaços livres, essas áreas da cidade têm a capacidade de se tornarem *lugar.* Conforme Leite (2007, p. 290) apresenta:

> Para que exista um lugar, é necessário que as práticas sociais que lhe são constitutivas sejam relacionadas ao espaço, tornando-o um "território de subjetivação" (Guattarri, 1985). Isso significa que a sua dimensão espacial, em toda a sua extensão simbólica e material, inclusive edificada, deve reter significados e incidir igual e reflexivamente sobre as ações que lhe atribuem sentidos. Disso resulta a relação multicausal necessária para a construção dos lugares.

Nota-se que, segundo tal definição de lugar, a dimensão espacial se estende à dimensão simbólica e material, as quais, somadas às práticas urbanas, retêm significados que são refletidos em suas ações. Assim, para um estudo completo dos espaços livres, com foco na esfera social, faz-se necessário buscar mais do que apenas aspectos materiais e características dos elementos físicos que o compõem. É primordial também buscar captar essa dimensão simbólica, do sentido e da significação observada nas ações e nas práticas sociais realizadas pelas pessoas nos espaços.

A análise das situações locais pode apresentar muitas possibilidades no estudo da vida urbana, preferencialmente, por se apresentar em uma "escala conveniente, a do bairro, a da rua, a do quarteirão, a da casa, a de gente de verdade, praticando, a nível material e simbólico, as suas possibilidades efetivas de vida quotidiana". Dessa forma, é essencial "dar oportunidade à realidade de dizer sim ou não ao que se pensa sobre ela" (SANTOS; VEGUEL, 1985, p. 7).

Os espaços livres são como textos que podem ser lidos através da pesquisa empírica. Para esses os sujeitos são os mais importantes, pois são capazes de construir socialmente esses espaços através de suas falas, ações e relações. Por isso, é preciso estudá-los na forma em que "se apresentam, nas histórias que contam, nas cenas que protagonizam" (LEITE, 2007, p. 15).

Pela sua efemeridade, a vida se configura tal qual um desafio para estudos que buscam descrever como a maneira pela qual ela se revela nos espaços da cidade. Quanto mais dados e informações obtidos, mais precisos poderão ser os resultados. Fato que dependerá da escolha correta de método, a fim de ajudar a entender como

os espaços são usados para um melhor e mais funcional planejamento e projeto de espaços futuros (GEHL, 2013). Desta maneira, cabe conhecermos alguns métodos de estudo espacial.

Observação Direta

Para o estudo da vida pública, Jan Gehl (2013) apresenta uma metodologia que resultou de vários estudos já realizados pelo arquiteto. Baseado no pensamento de Jacobs (1993 apud GEHL, 2013), que indica a necessidade de se tomar tempo para refletir sobre o que se está vendo na cidade e, assim, tomar nota, esse método propõe a **observação direta** como ferramenta fundamental para estudar a vida pública.

Para conduzir a observação e a coleta de dados, é proposta uma lista de perguntas básicas com objetivos a serem alcançados na pesquisa, assim como procedimentos para a coleta de dados capazes de fornecer informação destinadas a responder esses questionamentos, como relacionado na tabela abaixo (Tabela 5).

Ao considerar a diversidade do uso de espaços públicos, Gehl (2016) apresenta que as características e a qualidade dos espaços são importantes critérios para compreender o uso. Em relação a isso, ele define alguns critérios a serem observados através de fotos, ou análise em campo, como: assentos, iluminação, árvores, paradas de ônibus e táxis, programa de atividades, material e qualidade da pavimentação e calçadas. Além disso, considera o nível de proteção proporcionada pelo espaço contra o tráfego de veículos, crime, violência e situações desconfortáveis, bem como o conforto através dos convites proporcionados pelo espaço para a realização de atividades, a exemplo de andar, sentar, permanecer, ver, ouvir, falar, jogar e recrear-se, e a satisfação do usuário considerando a escala, as condições climáticas e a qualidade estética.

Tabela 5: Metodologia de Investigação dos Espaços Públicos, segundo Jan Gehl

INVESTIGAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS		
Perguntas para conduzir a coleta de dados:	Objetivo	Procedimentos:
Quantos?	Para quantificar dados que podem qualificar o; espaço.	Contar Mapear Traçar Rastrear Observar traços Fotografar Anotar Testar caminhos
Quem?	Para caracterizar os usuários do espaço.	
Onde?	Para localizar o usuário no espaço.	
O que?	Para indicar as atividades realizadas no espaço.	
Por quanto tempo?	Para medir o tempo das atividades, percursos e frequência no espaço.	

Fonte: GEHL, 2013, elaborada pelo autor.

Dos procedimentos de coleta de dados, manuais em campo sugeridos por Gehl (2013), vale detalhar melhor os que mais se aproximam com o objetivo desta pesquisa e que foram utilizados como parte do processo de reconhecimento, análise e avaliação dos espaços livres. São esses:

- **Mapear:** Registrar, em um plano cartográfico, a localização dos dados observados nos espaços, como uma fotografia dos dados em determinado momento, podendo ser desenvolvido, segundo diferentes abordagens;
- **Observar traços:** Identificar traços, ou sinais que, indiretamente, indicam atividades humanas;
- **Fotografar:** Registrar momentos da realidade urbana para ilustrar e descrever situações mostrando as interações, ou a falta delas, entre as pessoas e o espaço urbano, proporcionando mais detalhes, a fim de complementar a observação a olho nu, para documentação e análise posterior;
- **Anotar:** Manter um diário das visitas em campo com breves narrativas sobre os eventos e as explicações sobre atividades e comportamentos, de modo a complementar as observações do espaço e das interações registradas em

dados, fornecendo mais detalhes dos acontecimentos e permitindo uma melhor compreensão;

- **Testar caminhos:** Selecionar uma importante rota e caminhar por ela, anotando informações consideradas relevantes, a fim de determinar quanto tempo realmente se gasta para percorrer do ponto A ao ponto B, identificando as barreiras e as possíveis interferências desse caminho.

Na análise do espaço pela observação direta, os usuários não estão ativamente envolvidos. Eles são observados em suas atividades e comportamentos, mapeados e acompanhados por documentação fotográfica. Apesar de fornecer dados para melhor entender a maneira pela qual os espaços são usados e as necessidades dos usuários, ele não permite que os usuários e moradores expressem diretamente sua opinião sobre o que pensam, ou sentem sobre o lugar.

Relato Etnográfico

Nesse sentido, referências teóricas, a exemplo de “Quando a rua vira casa”, de Santos (1985), e “Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade”, de Magnani (1984), que apresentam estudos no campo da antropologia urbana, destacam o relato etnográfico.

Esse tipo de método permite o confronto entre as teorias do pesquisador e as dos moradores. Ele consiste na tentativa de “registrar costumes, comportamentos e reações regulares ou únicas nas interações e dramas sociais do cotidiano”. Assim, a etnografia é uma “descrição densa” (GEERTZ, 1973), um manuscrito que roteiriza o objeto que se deseja conhecer e que permite lê-lo” (SANTOS, 1985, p. 13).

Para investigar a relação entre a população e os espaços livres em Jesus de Nazareth, com foco na perspectiva social, buscando as práticas sociais e a sociabilidade, mais importante do que observar o que acontece nos espaços é tornar as pessoas visíveis e dar voz as suas falas.

Em virtude disso, métodos como observação direta e relatos etnográficos, podem ser úteis para investigar o modo pelo qual as pessoas estão usando os espaços. Mas, a fim de saber sobre o que elas estão vendo e sentido, faz-se necessário envolvê-las e ouvir o que elas tem a dizer sobre a realidade da qual fazem parte.

Pesquisa Participante

A metodologia de pesquisa participante é apresentada por Brandão (1984) como uma forma de reconquista social, por meio da qual os pesquisadores, equipados com o conhecimento científico negado ao povo, e pesquisados são sujeitos de um mesmo estudo. É um trabalho coletivo de produzir conhecimento, em que o pesquisador atua como um promotor social através de estratégias e práticas no trabalho de investigação da realidade social.

Dentre as alternativas de ferramentas para a realização da pesquisa participante, vale destacar as **entrevistas**, as quais podem ser consideradas com potencial de investigar o que as pessoas sentem em relação aos espaços livres. Para investigar o que as pessoas estão vendo nos espaços livres, podem ser utilizadas ferramentas como a realização de **mapas mentais**, de **croquis** e da **investigação iconográfica,** através de fotos tiradas pelos usuários da área investigada (ALIPRANDI, 2010).

Diagnóstico Participativo

Consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que fornecem às comunidades um caminho para que elas realizem seu próprio diagnóstico, ou avaliação, ao compartilhar experiências e conhecimentos, melhorando sua capacidade de planejamento e de ação. Acredita-se que, nesse processo, com os resultados obtidos no diagnóstico, essa comunidade seja capaz caminhar rumo ao objetivo de autogerenciar seu planejamento e desenvolvimento (VERDELJO, 2010).

No diagnóstico participativo, o processo de pesquisa é moldado às condições e às possibilidades dos participantes. O real propósito é fazer com que os próprios participantes reflitam sobre sua situação e, assim, considerem diferentes alternativas destinadas a promover melhorias.

Assim, a intervenção de uma equipe técnica neste processo deve ser mínima. Não se trata de colher dados, mas de promover um processo de autorreflexão de uma comunidade sobre seus problemas, seus desafios e suas dificuldades, além de estimular o modo com o qual eles mesmos podem propor soluções práticas para o cotidiano, despertando nessa comunidade o interesse pela participação no desenvolvimento local (VERDELJO, 2010).

Esse modelo de diagnóstico local possibilita ao pesquisador e planejador, especialmente, do espaço urbano, o contato direto com a comunidade. Ao ouvir os moradores com seus problemas, torna-se mais fácil compreender, através de uma perspectiva local, as circunstâncias desses e, assim, pensar juntos as melhores soluções.

A participação da comunidade pode acontecer em diferentes níveis, que irá variar de acordo com a abordagem da pesquisa. Segundo Verdejo (2010, p. 16), esses níveis podem ser classificados em:

- **Passividade:** quando os objetivos e atividades são fixos pelo projeto de pesquisa;
- **Fontes de informação:** a pesquisa possui perguntas definidas;
- **Consulta:** considera-se a opinião dos participantes, mas esses não possuem poder de decisão;
- **Participação à base de incentivos materiais:** quando são motivadas por algum interesse material, com possibilidades limitadas na tomada de decisões;
- **Participação Funcional:** os participantes desenvolvem os objetivos fixados pelo projeto, mas, na execução, passam a participar na tomada de decisões até se tornarem independentes;
- **Participação interativa:** participação plena na análise e definição do projeto, planejamento e execução;
- **Autoajuda:** a iniciativa parte da comunidade que age independentemente.

“Cada sujeito e cada cultura vê a realidade de forma subjetiva”. A metodologia do diagnóstico participativo proporciona o estudo e a pesquisa em contexto local, pela perspectiva dos beneficiados, valorizando o conhecimento e as práticas comunitárias.

Representa uma mudança nos papeis tradicionais de pesquisador e de pesquisados ao criar um meio de comunicação coletiva, a fim de refletir sobre um determinado lugar, no qual quem possui o conhecimento e deve ser ouvido é a própria comunidade (VERDELJO, 2010, p. 18).

Em campo, esse diagnóstico pode acontecer em três fases (VERDELJO, 2010, p. 26):

1ª Fase: estabelece-se o primeiro contato da equipe de pesquisa com a comunidade, com reunião para apresentação da equipe e dos procedimentos, dos objetivos e das limitações do diagnóstico;

2ª Fase: é realizada pela comunidade a análise da situação atual do lugar com a identificação dos problemas e das limitações, definindo o que representa maior urgência, ou interesse de ser solucionado. São consideradas diferentes ferramentas para o diagnóstico e a comunidade escolhe a melhor possibilidade.

3ª Fase: estudo aprofundado das limitações e dos problemas identificados, analisando as causas e os efeitos, buscando, assim, soluções alternativas viáveis à realidade da comunidade.

Existem diversas ferramentas que possibilitam o diagnóstico participativo, como a observação participante, as entrevistas semiestruturadas, a criação de diagramas, mapas e maquetes, a caminhada transversal, entre outros, que podem ser adotadas. Mas, o principal objetivo desse método não é obter informações sobre uma realidade, e sim gerar a busca comunitária por alcançar mudanças e implementar soluções. É o começo de um processo de autogestão da comunidade, "da verdadeira ação: a execução das atividades necessárias para alcançar os objetivos determinados" (VERDELJO, 2010, p. 61):

Mapeamento Coletivo

É um processo de criação que desafia os relatos sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas. Procedimento ou prática pelo qual se constrói uma narrativa, ou um relato coletivo, que visibiliza outras maneiras de se relacionar com o território (RISLER; ARES, 2013).

Proporciona um conjunto de ferramentas as quais, mediante a socialização de saberes não especializado e as experiências cotidianas dos participantes, permitem o compartilhamento de conhecimentos destinados à visualização crítica das

problemáticas do território, identificando responsáveis, conexões e consequências (RISLER; ARES, 2013).

Conforme já foi exposto anteriormente, a criação cartográfica, muitas vezes, pode significar um conflito entre uma ordem local vigente e um poder dominante, tal qual uma forma de dominação territorial. Como analisado, essa situação é uma realidade no bairro Jesus de Nazareth.

Nesse sentido, a cartografia pode ser compreendida aqui como uma representação ideológica, que se constrói através do olhar crítico de um conjunto de acontecimentos e ações, as quais têm poder de estabelecer novos modelos de produção e de reprodução do espaço (RISLER; ARES, 2013).

O mapa em si não é o território, pois esse é o espaço socialmente construído, segundo aponta Santos (1988). Por ser uma abordagem estática, o mapa não é capaz de abranger a mutabilidade e as mudanças que acontecem no território. Logo, ele não contempla a subjetividade, a simbologia e os imaginários (RISLER; ARES, 2013).

Considerando o mapeamento tal qual uma prática e uma ação de reflexão, o mapa é a ferramenta que facilita diagnosticar os territórios sociais, subjetivos e geográficos, como um suporte gráfico e visual de criação e de imaginação coletiva, a fim de conter informações do território obtidas através de dinâmicas lúdicas, da socialização e de debate de uma comunidade, de modo a construir conhecimento (RISLER; ARES, 2013).

Quando uma comunidade toma um mapa na mão para sua elaboração, ela está se inserindo dentro de um processo de organização e de articulação coletiva, facilitando o diagnóstico e a preparação de projetos. Isso representa a participação da comunidade para a visualização das problemáticas da realidade local, a proposta coletiva de soluções e a sistematização de recursos destinados a alcançar o desenvolvimento como ação comunitária.

Portanto, as abordagens metodológicas apresentadas e os critérios estabelecidos como essenciais para a análise e avaliação dos espaços livres foram combinados, a

fim de formular os critérios do roteiro de análise dos espaços livres propostos no objetivo desta pesquisa.

3.4.2 Critérios adotados para a análise e avaliação dos espaços livres

As considerações até aqui apresentadas sobre as questões do espaço, tendo como foco o espaço produzido das ZEIS, seus espaços livres e alguns dos caminhos possíveis para se alcançar o desenvolvimento socioespacial, forneceram uma ampla visão de alguns requisitos essenciais voltados à análise e à avaliação dos espaços, a exemplo da funcionalidade, dos aspectos ambientais, estéticos, sociológicos, afetivos, simbólicos, das atividades e usos entre outros, os quais ajudam a descrever um pouco das complexas relações que os espaços abarcam e, assim, caracterizá-los.

Diante das ferramentas metodológicas possíveis para a investigação dos espaços livres e dos fundamentos teóricos que indicaram os principais critérios e valores que caracterizam os espaços, definiu-se um roteiro para o desenvolvimento da pesquisa em campo, o qual consiste na análise e na avaliação dos aspectos socioambientais, urbanísticos, paisagísticos e socioculturais.

Assim, para cada um dos critérios propostos, são apresentados uma breve justificativa teórica e as ferramentas mais indicadas, segundo o objetivo do estudo, a serem usadas para levantar os dados e as informações para a pesquisa.

- **ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS:**

Os espaços livres desempenham um importante papel na manutenção das características ecológicas da sustentabilidade de um território. Sendo assim a ocupação urbana deveria respeitar seus limites (MCHARG, 1969 apud TARDIN, 2008). A presença de vegetação, atuando na diversidade da paisagem, na estabilidade do solo e influenciando no clima, somada a rede hídrica e a “observação do relevo e das condições do solo”, são importantes para que os processos naturais sejam mantidos (TARDIN, 2008, p. 50).

Por isso, conforme aponta Robba e Macedo (2010, p. 44), são espaços que possuem um papel fundamental na qualidade ambiental urbana, por causa dos valores que podem proporcionar. Sendo uma alternativa à poluição atmosférica ao

melhorar a “ventilação e areação urbana”. Em áreas muito adensadas, podem melhorar a insolação. A presença de vegetação, como árvores nas calçadas, e canteiros, em vez de áreas pavimentadas, podem contribuir para o “controle da temperatura”. Proporciona áreas permeáveis, as quais são capazes de contribuir “na drenagem das águas pluviais”, evitando enchentes. Localizados em áreas de solo vulnerável, ou de risco, promove a “proteção do solo contra erosão”, tratando áreas de solo exposto em encostas, de modo a evitar deslizamentos de terra e desmoronamentos. Além de proteger os recursos hídricos contra a poluição.

Sobre as contribuições de tais elementos biofísicos, Tardin (2008, p. 51) ressalta que esses “revelam tanto a possibilidade de preservar os processos naturais, como a oportunidade de promover a interseção entre ecologia e meio urbano no projeto territorial”.

Sendo assim, ao realizar uma **análise ambiental,** o objetivo é analisar a relação existente entre o espaço construído e o espaço natural onde a ocupação se consolidou em Jesus de Nazareth, sendo investigadas as características do relevo, as comunidades vegetais, a hidrografia e as relações entre cidade e água, as áreas de preservação, ou de risco ambiental. Tomando como base os critérios elencados por Tardin (2008), como atributos favoráveis ao desenvolvimento dos processos biofísicos.

Tal análise será realizada através do levantamento de dados junto a órgãos e a arquivos públicos, somado ao levantamento por imagens de satélite e visitas em campo, a fim de averiguar os dados e atualizar as informações.

Segundo Ribeiro (2007), a paisagem das cidades como conhecemos atualmente é o resultado das realizações do homem sobre a natureza, o trabalho do homem sobre o espaço. Este homem usuário concede significado aos espaços, que devem ter um programa de atividades estabelecido “para contemplar as necessidades da comunidade” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 48). Logo, faz-se necessário conhecer o perfil dessa comunidade, de seus moradores, a fim de compreender a realidade social que envolve os espaços e seus usuários, o qual interfere nas relações estabelecidas entre eles (HOLANDA, 2007).

Para compreender o **perfil populacional** dos moradores e usuários do bairro Jesus de Nazareth, foram consideradas características demográficas, como: população residente, sexo, idade, cor, renda, grau de escolaridade e economia local. Como fonte para os dados, foi utilizado o censo demográfico brasileiro, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, relacionado bairro a bairro pela Prefeitura Municipal de Vitória em 2013.

- **ASPECTOS URBANÍSTICOS:**

Considerando o território como um produto humano, que representa suas marcas sobre a natureza, o espaço habitado construído pelo homem foi transformado, de modo a atender as necessidades e as intenções humanas. Partindo desse conceito de território, Tardin (2008, p. 44) considera que:

> [...] a leitura do lugar determina as práticas da comunidade sobre a paisagem e suas intenções de atuação, em um processo de evolução contínua, que comportaria na sua realidade espacial a testemunha de um passado e as indicações para a transformação futura.

Essa realidade espacial é a forma urbana, testemunha das transformações e das marcas do homem em seu processo de ocupação e criação de uma identidade local. Lefebvre (2011, p. 18) pondera sobre um território que está "encerrado num *tecido urbano*" na tentativa de abranger a complexidade das redes que compõe a realidade urbana atual, pois, mais do que morfologia, compreende também "o suporte de um "modo de viver"". De maneira que estudar ou ler as características morfológicas, podem revelar tanto formas urbanas, no sentido geométrico ou plástico, quanto também a simbologia existente nos modos de apropriação dessas formas por uma população.

Para compreender a forma urbana, é necessário tomar algumas variáveis capazes de caracterizá-la. Na busca por estabelecer tais características, Amancio (2005) delimita cinco grupos de variáveis relacionadas à densidade urbana, diversidade de usos do solo, desenho das vias, sistema de transporte e qualidade dos espaços para pedestres. Estas variáveis foram consideradas como base para a definição dos requisitos a serem levantados como aspectos urbanísticos do bairro Jesus de Nazareth.

Sendo assim, a análise da **morfologia urbana** busca estudar a forma urbana da área, as suas feições, as características, o traçado viário, as dimensões das quadras e lotes e a implantação dos edifícios. Para uma análise mais completa, esses aspectos morfológicos foram agrupados em três diferentes grupos.

O primeiro é o levantamento de **parcelamento do solo**, que objetiva caracterizar o traçado dos lotes e suas dimensões, comparando o que é observado na prática com o ideal estabelecido pelas legislações regulamentadoras (Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e PDU de Vitória, 2006).

O segundo é a análise da **malha urbana e acessos**, que almeja estudar os tamanhos e as formas das quadras e suas características, o traçado viário e os acessos à área.

Já o último é o **adensamento construtivo**, cujo objetivo é caracterizar a ocupação dos edifícios em relação ao lote, definindo assim, a qualidade dessa ocupação, bem como identificar como as edificações estão implantadas nos lotes, os afastamentos e os locais de alto e baixo adensamento na área de estudo.

Como aponta Gehl (2013), uma cidade com vida urbana de qualidade é aquela capaz de promover uma dinâmica variada e complexa que envolva diferentes tipos de atividades e usos, “onde o homem é priorizado e a sua participação é requerida”.

Assim, a análise do **uso e ocupação do solo** é o levantamento realizado, a fim de definir os usos que ocupam os lotes da área, desta forma, compreender a dinâmica de ocupação do solo. O PDU de Vitória (2006) estabelece a classificação do uso do solo permitido para a cidade.

O levantamento mais recente disponível do uso e ocupação do solo foi realizado pela Secretária Municipal de Fazenda, em junho de 2013. Com tal informação, é possível estabelecer os usos de destaque na área, o predomínio do uso, assim como as características desses para o contexto da área. Nesse processo, será possível identificar as áreas usadas como espaços livres e, até mesmo, lotes vazios, que, na maior parte das vezes, apresentam-se tais quais áreas vulneráveis, mas com potencialidades para propostas de apropriação pública.

O diagnóstico do **gabarito das edificações** objetiva caracterizar as edificações, suas tipologias e a relação com o contexto. Através desse dado, pode-se observar a relação das escalas entre o ambiente construído e a escala humana, assim como proposto por Gehl (2016). Como a cidade acontece ao nível dos olhos, a escala urbana influencia diretamente no uso e na ocupação dos espaços livres, determinando a qualidade desses para o homem.

O PDM de Vitória (2006 e 2017) estabelece um limite de gabarito para cada zona, o qual está relacionado com as taxas de ocupação do solo e o coeficiente de aproveitamento. Dessa maneira, através desses dados, é possível gerar uma análise das transformações nas características das edificações da área já ocorridas até o momento do levantamento, bem como prever possíveis mudanças futuras.

As ruas podem ser consideradas o principal componente do traçado urbano, caracterizando a morfologia das cidades e a forma de ocupação de um território (GONSALES, 2005 apud TELLES, 2010). Jacobs (2007) declara que a função dela vai muito além de comportar e dar suporte a circulação de veículos. Ela cabe aos pedestres e muitos outros fins.

Completando esse pensamento, Santos (1988, apud TELLES, 2010), apresenta as ruas tais quais espaços públicos abertos, que têm a capacidade de abrigar diferentes escalas de fluxos e circulação, mas que é também “o lugar onde a vida urbana se configura espacialmente e dinamicamente” ao se tornar espaços de encontro, consumo, comércio, aprendizagem e de contato com o ambiente urbano. A relação da forma com os fluxos e dinâmicas do urbano e desses com as pessoas torna a mobilidade, definida pela hierarquia viária, o trânsito e meios de transporte, calçadas e circulação de pedestre, um importante aspecto de análise do contexto urbano.

Com o objetivo de analisar as características da circulação de pessoas e de veículos, motorizados e não-motorizados, os quais compõem a dinâmica da área, deve-se realizar um diagnóstico da **mobilidade urbana**. O primeiro passo para compreender a mobilidade é realizar a caracterização das vias que compõe a área, seu perfil, dimensões e funções. Esta **hierarquia viária** é definida com base na classificação das vias estabelecidas pelo PDU de Vitória (2017). Através desta

hierarquização, é possível averiguar se, na prática, o **trânsito e os meios de transporte** estão de acordo com os requisitos impostos pela legislação. Para a análise do trânsito, considera-se a intensidade de fluxo de trânsito de veículos, os conflitos gerados por esses fluxos e os meios de transporte, motorizados e não-motorizados, os quais circulam pela área. Além disso, a caracterização das **calçadas**, quanto à qualidade e à acessibilidade, e da **pavimentação** dos espaços, em relação ao seu material e qualidade.

Existe um conjunto de redes e de elementos do sistema urbano que promovem suporte ao modo de vida urbana (LEFEBVRE, 2011). O levantamento da **infraestrutura urbana** propõe analisar esses elementos, que compõem o ambiente urbano e que fornecem suporte para que o usuário do espaço livre público tenha conforto e segurança. Contabilizando e mapeando elementos do mobiliário urbano como lixeiras, hidrante, pontos de ônibus e táxi, telefone público, iluminação e outros, observando quantidade, estado de conservação e locais de localização. São observados também **programa de atividade e equipamentos** de suporte ao lazer urbano, que compõe os espaços livres, como academia popular, playground, quadra de esportes e outros.

Vale aqui investigar a atuação pública no contexto urbano do bairro Jesus de Nazareth. Como zona urbanística classificada como ZEIS, entende-se que o poder público deve ser mais presente no território, buscando implantar meios de efetivar os direitos sociais e melhores condições urbanas.

Destaca-se aqui o Projeto Terra, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória para atuar em ZEIS, o qual realizou ações de intervenção no bairro. Desse modo, cabe investigar, junto à funcionários públicos e técnicos envolvidos nos projetos realizados no bairro, a participação e a atuação da comunidade junto ao poder público, assim como a aceitação dos moradores e sua relação com as intervenções públicas.

De modo geral, para o levantamento dos aspectos urbanísticos, foram usadas as bases cartográficas disponíveis em arquivos públicos, junto à Prefeitura Municipal de Vitória, em formato *shapefile* disponibilizados pelo GEOBASES e pelo Instituto

Jones dos Santos Neves, em 2014, com modificações da autora a partir dos dados atualizados através de visitas de observação em campo e por imagens de satélite.

- **ASPECTOS PAISAGÍSTICOS:**

Segundo o conceito de paisagem adotado nesta pesquisa, como resultado do trabalho e das realizações do homem sobre a natureza, considera-se necessária não só a análise do suporte físico com características visuais que compõe a paisagem dos espaços livres de Jesus de Nazareth, mas também a leitura humana do espaço.

A fim de identificar as características visuais mais significativas dos elementos físicos que compõem os espaços, foram-se adotados os critérios propostos na metodologia de Tardin (2008): **elementos cênicos**, componentes naturais com uma qualidade visual intrínseca; **fundos cênicos**, visuais amplos nos espaços livres que incluem elementos significativos; **áreas de emergência visual**, elementos singulares do relevo e da hidrografia que podem ser percebidos desde os percursos; e **marcos visuais**, elementos construídos que se destacam na paisagem e se tornando referencias visuais. Assim, tais critérios foram identificados, a partir do levantamento de dados realizado através de pesquisa em campo por observação e documentação fotográfica.

Para além do visível, a paisagem apresenta um sistema de valores, os quais podem ser observados nos relacionamentos estabelecidos entre as pessoas e o espaço. Como um documento a ser lido, a paisagem carrega consigo uma simbologia que está presente na percepção subjetiva do observador. Nesse sentido, a leitura humana do lugar é capaz de revelar significações que são próprias de cada sociedade e comunidade, relações socioculturais estabelecidas pelas pessoas que habitam com suas atividades e percepções cotidianas (RIBEIRO, 2007).

Faz-se necessário, então, dar voz a essa população, proporcionar meios para que se conheça a percepção da paisagem através do seu olhar e de suas considerações. O que se faz possível com o envolvimento da população local na pesquisa.

Na verdade, é mais correto dizer que o envolvimento que deve existir é do pesquisador com a população, em sua realidade cotidiana, participando de suas ações, para, assim, promover o envolvimento e a participação da população na pesquisa. Dos métodos propostos que envolvem a participação popular, a pesquisa de opinião e as oficinas são, geralmente, usadas para a análise participativa da paisagem, tomando, como exemplo, o estudo realizado pelo Observatório da Paisagem da Catalunha (BRETCHA; NOGUÉ; PUIGBERT; SALA, 2010).

- **ASPECTOS SOCIOCULTURAIS:**

Segundo a abordagem de Alfred Kroeber (RIBEIRO, 2007), as diferentes realizações do homem sobre a natureza e os meios pelos quais as sociedades se adaptam a diferentes ambientes são justificadas pela cultura. Desse modo, as cidades se tornam "concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis" (SANTOS, 1985, p. 7).

O que caracteriza o espaço urbano são as **práticas sociais**. O homem que, por meio de suas atividades cotidianas, apropriações, encontros, festas, costumes e comportamentos, define o modo de viver em um lugar. São os códigos culturais de uma sociedade "que viabilizam a leitura a apropriação e o aproveitamento dos lugares. A noções de localização, de territorialidade e do que lhes seja pertinente e adequado são constituídas através do recurso a estes códigos" (SANTOS, 1985, p. 13).

Para a leitura da relação entre as pessoas e os espaços livres, segundo os aspectos socioculturais, do bairro Jesus de Nazareth, a pesquisa propõe investigar os seguintes elementos: territorialidade, participação e uso e sinais comportamentais. Com a finalidade de proporcionar vida ao cenário urbano apresentado nas análises anteriores.

A **territorialidade** trata de considerar os vínculos existentes entre os usuários e o lugar em que estão inseridos. Quando os usuários consideram o território como seus, buscam protegê-lo e respeitar seus limites (CPTED, 2003). Observando aspectos culturais locais, a exemplo de festas, costumes, práticas sociais e a sociabilidade do cotidiano, além de identificar a presença de instituições,

personalidades, associações e movimentos que representam a identidade local, busca-se compreender os vínculos existentes entre os moradores e usuários com o território de Jesus de Nazareth.

Os elementos da forma urbana constroem a forma de uma cidade e são responsáveis por gerar uma imagem. Segundo Lynch (2006), com o intuito de compreender essa imagem, é necessário identificar a legibilidade, quanto à qualidade visual e clareza da paisagem, a identidade e a imaginabilidade, características essenciais que são capazes de representar o local. Assim, busca-se investigar como os espaços livres do bairro, suas paisagens, marcos e as práticas sociais do cotidiano se constroem na imaginabilidade dos usuários e moradores locais, criando a **imagem do bairro**.

O diagnóstico da **participação e uso** objetiva analisar a forma como as pessoas se comportam, apropriam e se relacionam com o espaço urbano, construído e livre, e observar a dinâmica existente na ocupação e na circulação das pessoas pela cidade. Considerando a forma pela qual a participação e o uso se relacionam com o território, Marchi (2015, p. 75) afirma que:

> A cidade é feita dos usos, da ocupação, e das ações realizadas pelos seus habitantes cotidianamente. O nível de contato com o espaço varia de acordo com as maneiras como se percorre a cidade, assim como varia também o tempo de exposição e os espaços urbanos. Ao se caminhar, ou andar de bicicleta, ou de ônibus, ou de carro, cada experiência define o nível de contato e a forma de percepção que o sujeito constrói para cada espaço.

Assim, através das perguntas básicas apresentadas por Gehl (2013): **quantos**, **quem**, **onde**, **o que** e **por quanto tempo**, o intento é estudar o uso dos espaços livres e os comportamentos sociais observados através dos seus usos. Para quantificar quantas pessoas fazem uso, quais as características destes usuários, identificar os locais onde eles realizam suas atividades, quais as atividades praticadas pelos usuários, por quanto tempo permanecem realizando-as e com que frequência utilizam os espaços livres.

Os **sinais comportamentais**, ou traços, segundo Gehl (2013), consistem em elementos observados que demonstram o comportamento dos usuários e habitantes em relação ao espaço estudado. Alguns desses são: o acúmulo de lixo, a presença

de pedintes ou mendicantes, os carros abandonados, a depredação, a pichação, os estacionamentos indevidos entre outros.

O levantamento dos aspectos socioculturais se baseia nas técnicas recomendadas por Gehl (2013) para o estudo da vida urbana, como: mapear, traçar, observar traços, fotografar, anotar e testar caminhos, com o levantamento de dados realizados através da observação na área de estudo.

Para o levantamento com participação da população, serão usadas técnicas como: participação e envolvimento em reuniões com representantes da comunidade e nas ações de intervenção locais por eles planejadas; aplicação de questionários estruturados fechados e semiestruturados com perguntas abertas; oficinas a serem realizadas na escola e com os moradores voltadas ao desenvolvimento de atividades interativas, como a produção de mapas.

Mesmo apresentando uma divisão dos critérios a serem analisados e avaliados em campo, muitos dos elementos de cada um desses podem se misturar em alguns momentos desta análise. Isso porque, como foi destacado, muitas vezes, ao decorrer deste estudo, não se pode limitar os espaços a apenas um aspecto, devido à complexidade de relações e de elementos neles contidos.

A análise e a avaliação dos espaços livres das ZEIS, conforme objetivo deste estudo, não se concentra apenas nas áreas do bairro Jesus de Nazareth, as quais podem ser delimitadas como espaços livres, sob a perspectiva da cidade informal.

Pelo contrário, esta análise parte da caracterização do espaço em geral pelas suas características naturais, urbanas, socioeconômicas e culturais, para, então, contextualizar, nesse território, o que pode ser definido tal qual espaço livre destinado à população que produziu e produz essa determinada parcela da cidade.

Esta pesquisa trata-se de uma alternativa que considera os espaços livres, conforme a perspectiva social da cidade, destacando os valores que estes possuem e como podem significar o contexto urbano dos locais nos quais se inserem, de acordo com as possibilidades apresentadas por seus atributos. Mas, que está aberta para novas propostas, considerando que o urbano está em constante transformação, assim como as relações entre as pessoas e os espaços.

4. ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES NO BAIRRO JESUS DE NAZARETH

Mais do que investigar o espaço de Jesus de Nazareth, esta análise tem o intuito de levar o leitor a adentrar na realidade socioespacial da “vida que anima” uma comunidade e das pessoas responsáveis por criar essa vida. Apesar de limitar essa análise a determinados aspectos do espaço – socioambiental, urbanísticos, paisagísticos e socioculturais, o objetivo é levá-lo a “caminhar” pela comunidade, que mesmo diante de suas condições aparentemente desfavoráveis, sabe trabalhar em favor de fortalecer sua identidade socioespacial dentro da cidade de Vitória.

Este estudo também representa um exercício de aproximação daqueles que dão significado e vida aos lugares através de suas práticas e atividades diárias, não apenas como o técnico e pesquisador que busca pelo conhecimento científico, mas também como um observador participante que, ao conhecer mais da realidade e da cultura local, pode atuar tal qual um consultor popular que incentiva o desenvolvimento socioespacial, ao fornecer ferramentas para o fortalecimento da autonomia local na busca por mudanças.

Assim, a avaliação dos espaços livres de Jesus de Nazareth buscou focar em uma análise qualitativa dos aspectos da forma espaço. Mas, por partir das metodologias tradicionais de leitura técnica do espaço, baseada na análise quantitativa, este estudo ainda apresenta também uma leitura técnica dos dados e informações traduzidos em mapas, que foram enriquecidos com o olhar e os discursos da população local.

A fim de desenvolver uma leitura do espaço mais próxima das pessoas, esta análise busca expandir o olhar de arquiteto-urbanista, que, devido à sua formação mais técnica, foca na perspectiva da dimensão estética e funcional, segundo aponta Souza (2006, p. 57), e tenta captar a dimensão social através de relatos de cenas da realidade e das falas dos moradores descobertos em campo, através da pesquisa participativa e do mapeamento coletivo. Logo, o envolvimento desta pesquisadora em campo com os moradores, através das visitas e das oficinas realizadas junto à comunidade e com sua participação, não pode ser deixado de lado. Pois se acredita que isso é o que adiciona valor ao espaço e a este estudo ao tentar caracterizá-lo.

4.1 A PESQUISA EM CAMPO: uma experiência de envolvimento com a comunidade de Jesus de Nazareth

A pesquisa empírica, ou pesquisa em campo, fundamentou-se nos seguintes objetivos: **reconhecer os espaços livres em Jesus de Nazareth, investigar a relação das pessoas com o espaço, bem como analisar e avaliar os atributos dos espaços livres**. De forma prática, essa pesquisa pode ser resumida em três etapas:

1. Reconhecimento local;
2. Pesquisa “Meu Lugar” (desenvolvida com os alunos da escola EMEF Edna de Mattos Siqueira Gáudio);
3. Pesquisa Diagnóstico Coletivo dos espaços Livres do bairro Jesus de Nazareth (em modelo de atividade de extensão com a participação de voluntários e com a comunidade).

A fim de refletir sobre a relação entre a população e os espaços livres existentes em Jesus de Nazareth, foram lançados alguns questionamentos iniciais, como:

- Como os moradores identificam seu território?
- Como se relacionam com os espaços do bairro?
- Quais espaços são apropriados no cotidiano por essa comunidade?
- Quais espaços podem ser considerados como espaços livres no contexto do bairro?
- Quais práticas sociais podem ser identificadas nos espaços livres?

Antes da pesquisa diretamente em campo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o bairro, a qual foi baseada em documentos, planos e propostas existentes e já aplicados na área, informações e dados obtidos no setor de gestão pública, sites, arquivos oficiais, estudos acadêmicos, cartografia, dados censitários, iconografia histórica e de acervos pessoais, para compreender o processo de formação do contexto local. Tendo como fonte de pesquisa livros, legislações, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, arquivos oficiais, páginas Web, periódicos e revistas.

Parte dessa revisão está resumida no capítulo 2, que apresenta o processo de desenvolvimento do bairro dentro do contexto de Vitória com base nos projetos públicos elaborados para a comunidade.

Algumas das bibliografias mais importantes para essa revisão são os trabalhos acadêmicos elaborados por Douglas Bonella Silva, morador do bairro e mestre em geografia pela UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, registram a história do local e de sua ocupação, além dos diagnósticos do bairro gerados pelo Projeto Terra em parceria com a Diagonal.

A seguir estão descritas as ações, atividades e procedimentos realizados em cada uma das etapas da pesquisa empírica. Por registrar a experiência da autora; sobre como ocorreu à aproximação com o território e seus moradores e suas impressões da realidade observada; o texto se apresenta como um diário das visitas em campo, com breve narrativas e explicações sobre os eventos e atividades desenvolvidas.

1. Reconhecimento Local:

Antes de dar início a esta pesquisa, como moradora da Grande Vitória[24] e pesquisadora, possuía um conhecimento bem superficial do bairro Jesus de Nazareth. Mesmo tendo estudado sua realidade espacial e socioeconômica em diagnóstico urbano gerado em uma das disciplinas da graduação[25], havia visitado o bairro apenas uma vez.

Assim, estabelecer o contato inicial com o recorte territorial da pesquisa representava um desafio, por não possuir nenhum vínculo com o lugar, ou com seus moradores. Foi nas redes sociais que encontrei o turismólogo e morador, Fernando Martins, que coordena um projeto de turismo comunitário no bairro chamado “Tour no Morro Jesus de Nazareth”, o qual proporcionou a ponte, para que eu tivesse contato com o bairro, com sua liderança comunitária e com as iniciativas populares locais.

[24] Sou moradora do município de Vila Velha, a qual faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória.
[25] Disciplina de Planejamento Territorial, Ambiental e Urbano I, ministrada pelo Prof. Dr. Giovanilton Ferreira, em 2013, na graduação de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Vila Velha- UVV/ES.

Visita guiada pelo bairro

A primeira visita aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2018, uma segunda-feira, guiada pelo Fernando Martins. Realizamos, então, uma “trilha urbana” pelo bairro, passando pelos pontos mais atrativos, apresentando as riquezas locais, assim como os problemas e os desafios enfrentados cotidianamente.

Apresentando-me como estudante que está desenvolvendo um projeto de pesquisa para a comunidade, logo fui convidada a conhecer os projetos já desenvolvidos no bairro através de parcerias entre a liderança comunitária, inciativas particulares de moradores e instituições de ensino, como a escola local EMEF Edna de Mattos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, IFES e a Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

Reunião de Planejamento das Ações para 2018

Participando da primeira reunião de planejamento de ações a serem realizadas no bairro durante o ano de 2018, que aconteceu nas dependências da escola Edna de Mattos, no dia 01 de março de 2018, foi possível começar a conhecer e adentrar a realidade comunitária do bairro.

Essa reunião foi conduzida pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade e Emancipação, GEPESE e História e Filosofia da Ciência, HISTOFIC do IFES com o projeto “Educação, Cidadania e Emancipação Humana: escola e comunidade unidades para construir tecnologias sociais que gerem o empoderamento popular”. Ela contava com a participação de professor e de alunos da pós-graduação do IFES, com a direção da escola Edna de Mattos, com o Vice-Presidente comunitário e com outros representantes do bairro.

Desta forma, foi realizado um apanhado das atividades realizadas em 2017 e das propostas pendentes para 2018, além do planejamento de novas atividades. Das propostas destacadas nessa reunião, estavam os seguintes projetos:

- A limpeza e pintura das escadarias;
- O bloco de carnaval – Bloco das peladas;
- Desenvolvimento de uma identidade comunitária;

- Hortas comunitárias;
- Desenvolvimento de tecnologia *mobile* (para celular) de valorização da identidade local;
- Estímulos à produção de vídeos no bairro;
- Valorização da identidade local a partir do site www.jesusdenazareth.wixsite.com/memoriajn, resultado da dissertação de metrado da pedagoga da escola Edna de Mattos e aluna do IFES, Izabella Costa Santiago;
- O mutirão de limpeza em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória;
- Projeto de turismo na escola;
- Plano de Educação Ambiental;
- Desafio das escadarias e caminhada (345 degraus até a Torre).

Através dos projetos realizados e propostos para o bairro, foi possível perceber que muitas dessas conquistas são frutos da organização de parcerias da escola, como ponte entre a academia e a realidade comunitária.

As ações promovidas na comunidade têm como intuito principal incentivar o desejo que existe em algumas pessoas de fazer mais pelo bairro. Reconhecer essas ações é uma maneira de formar e de fortalecer a identidade local dos moradores como parte do território.

Reunião Comunitária do bairro

No dia 13 de março de 2018, às 19h30min, aconteceu, na sede da Associação de Moradores, denominada Associação de Amigos do Bairro Jesus de Nazareth (AABJN) (Figura 16), uma das reuniões comunitárias do local. Os responsáveis por essa associação no período em que a pesquisa aconteceu eram: José Antônio Gomes, Presidente Comunitário, e Izael Moraes, Vice-Presidente Comunitário.

Figura 16: Identidade visual da Associação de moradores do bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo de José Antônio Gomes, 201?.

Com apenas a presença dos moradores que fazem parte da liderança comunitária, não foi possível realizar a reunião, fato que mostrou a dificuldade de articular os moradores em se envolver com a gestão dos problemas locais.

Em conversa com os representantes do bairro, tive a oportunidade de apresentar os objetivos e as justificativas deste projeto de pesquisa, e, principalmente, expressar o meu desejo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade através do mesmo. Após conhecer sobre este projeto de pesquisa, o Presidente comunitário expressou alguns dos desafios da comunidade.

Conheci a estrutura da sede da Associação de moradores, que conta com duas casas reformadas recentemente, o salão principal e um anexo projetado para ser uma capela mortuária, mas que não é utilizado para tal fim. O entorno possui espaço livre, com grama, a qual é utilizada como área de contenção nos fundos da edificação (Figura 17).

Figura 17: Sede da Associação de Moradores do bairro Jesus de Nazareth em 2017

Fonte: AJUDES, 2017.

O salão principal possui aproximadamente 70,00 m², com banheiro, depósito e geladeira. Além das reuniões comunitárias, o espaço recebe projetos sociais e até funerais. Mas, segundo José Antônio Gomes, os moradores ainda utilizam pouco o local. Desejando que fosse mais frequentado, a sua proposta para que isso aconteça é a construção de um parquinho infantil.

Dos projetos sociais realizados na sede da associação, o mais importante é o Ajudes Solidária, que teve início em 2017. A Ajudes é a associação dos servidores ativos e inativos do poder judiciário e dos servidores ativos dos demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais no estado do Espírito Santo. Sua atuação no bairro tem como objetivo fornecer cursos de capacitação para os moradores, como contador de história, maquiador, produção de moda, empreendedorismo e musicalização infantil.

A principal reclamação sobre o bairro foi quanto ao acúmulo de lixo e às implicações ambientais e sanitárias que esse problema ocasiona. Segundo o presidente, o poder público faz sua parte, já que existe coleta diária de lixo residencial por todo o local. O problema é criado por parte dos moradores, os quais descartam os resíduos de

maneira incorreta, ou em locais inapropriados e fora dos horários de coleta. Mesmo assim, ele destacou que alguns moradores possuem o zelo por manter a limpeza do bairro, ao limparem as escadarias no entorno de suas casas diariamente.

Visita guiada pelo bairro

A segunda visita a Jesus de Nazareth aconteceu no dia 18 de junho de 2018, sendo guiada pelo Presidente comunitário, José Antônio Gomes. Diferente do primeiro percurso, esse permitiu um maior contato com os problemas políticos enfrentados na gestão do cotidiano do bairro, dos problemas de infraestrutura, das relações entre os moradores.

Mediante esse contato inicial com o bairro, foi possível identificar uma comunidade motivada para, por intermédio de suas ações cotidianas, proporcionar mudanças a todos, através da conscientização dos moradores e da valorização das riquezas espaciais e do fortalecimento das relações comunitárias com o espaço.

Notei que, assim como proposto pela metodologia de diagnóstico coletivo, mais do que informações e dados sobre os elementos que caracterizam o espaço, era necessário juntar esforços com os projetos existentes nesse processo de fortalecimento da autogestão da comunidade na busca conjunta por alcançar mudanças e implementar soluções.

2. Projeto de pesquisa “MEU LUGAR”:

O projeto de pesquisa intitulado “Meu Lugar” foi desenvolvido como parte deste estudo, a fim de ser aplicado na escola que atende as crianças do bairro Jesus de Nazareth, a Escola Municipal de Ensino Fundamental, EMEF Edna de Mattos Siqueira Gáudio. Com o objetivo de levantar informações sobre a relação entre a população e os espaços livres existentes no bairro, através do ponto de vista dos alunos em relação à realidade socioespacial em que estão inseridos.

A metodologia proposta consistiu em ferramentas de mapeamento coletivo e diagnóstico participativo, as quais foram adaptadas para as crianças, de forma pedagógica e lúdica. As atividades foram desenvolvidas na sala de aula, evocando a percepção individual do espaço adquirida pelas atividades cotidianas e pelas experiências dos alunos com a comunidade.

Por meio de atividades de cunho pedagógico, artístico e lúdico, foi desenvolvido com os alunos um trabalho coletivo de produzir conhecimento, através de estratégias e de práticas de mapeamento, a fim de realizar o diagnóstico dos espaços livres do bairro ao identificar, em seus discursos, a realidade urbana e social que os envolve.

Para além da coleta de informações, a pesquisa na escola foi um meio de proporcionar aos alunos a oportunidade de participar em um processo de autorreflexão sobre a realidade urbana e social do espaço em que vivem. Para isso, foram oferecidas ferramentas, para que eles fossem capazes de aprender a identificar os problemas e refletir sobre possíveis mudanças, baseadas em seus próprios cenários ideais.

Além disso, buscou-se instigar os alunos a refletirem sobre o seu papel individual como cidadão que pertence a um território, paisagem e comunidade, com a pretensão de ajudá-los a compreender a maneira pela qual cada um pode, através de suas ações e comportamentos cotidianos, preservar e valorizar o que há de positivo, ou buscar mudar o que há de negativo na realidade em que vive.

Por serem planejadas para o ambiente escolar, as atividades foram pensadas com a possibilidade de promoverem interdisciplinaridade com as disciplinas do currículo regular ministrada aos alunos, proporcionando benefícios para o aprendizado de disciplinas, a exemplo do português, geografia, artes e outras, uma vez que elas podem contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento dos alunos sobre o espaço geográfico e social, o desenvolvimento das habilidades textuais descritivas e o olhar para a paisagem.

É importante aqui destacar uma particularidade apresentada pela escola Edna de Mattos que facilitou o desenvolvimento da pesquisa: o modelo de ensino baseado em aulas interdisciplinares e atividades pedagógicas diversificadas, por meio das quais os alunos de diferentes idades são agrupados em ciclos. O plano de ação desenvolvido pela escola foi um dos poucos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), como exemplo de inovação e criatividade na educação básica. E, como resultado, tem aproximado o ambiente escolar da comunidade, como um mediador entre a academia e os moradores (TRISTÃO, 2016).

As atividades propostas são adequadas para as crianças em idade escolar, em especial, aos alunos que apresentam maior facilidade em expressar suas próprias opiniões e com uma percepção mais apurada do espaço. A faixa etária na qual a atividade foi aplicada na escola foi definida em reunião pela pedagoga e pelos professores.

A pesquisa contou com a participação de alunos com idade entre 9 e 12 anos. Os ciclos foram escolhidos, de acordo com a adequação pedagógica dos temas abordados na pesquisa com os assuntos estudados pelos alunos. Apesar de alguns deles apresentarem algumas limitações, ao escreverem e se expressarem precisamente, muitos, através de sua subjetividade, forneceram importantes informações para a pesquisa.

As atividades que foram aplicadas na escola estão descritas na tabela abaixo, que apresenta também os objetivos e os recursos necessários para sua realização (Tabela 6). O intuito é que essas atividades possam ter contribuído para o aprendizado de conceitos das disciplinas que fazem parte do currículo escolar.

Tabela 6: Síntese das Propostas de atividades do Projeto de Pesquisa "Meu Lugar"

Proposta de Atividades do Projeto de Pesquisa "Meu Lugar".			
Tema	**Atividade**	**Objetivo**	**Recursos**
QUADRO DE PALAVRAS	Desenhar, escrever uma palavra ou frase para responder a seguinte pergunta: "Qual o significado de Jesus de Nazareth para você?"	Levar os alunos a refletirem sobre o significado e simbologia intrínseco na identidade do bairro Jesus de Nazareth	Papel, caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera, lápis, borracha e apontador.
MAPA DE MARCOS REFERÊNCIAIS	Identificar no mapa, com adesivos ou desenhando, pontos referências, locais que chamam a atenção ou que possuem algum valor simbólico no contexto do bairro.	Propor uma nova perspectiva de olhar do seu lugar de moradia, através de um mapa. contribuir para o senso de localização e orientação dos alunos no bairro.	Mapa base, adesivos de pontos referenciais (igreja, posto de saúde, escola, comércios, valor visual, casa, atividades, etc).
CARTILHA: "JESUS DE NAZARETH – O MEU LUGAR"			
CAPA	Personalizar a capa da cartilha.	Expressão artística e representação do olhar sobre a imagem do lugar	Página 1 da cartilha, com layout a ser preenchido. Caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera e lápis.
APRESENTAÇÃO PESSOAL	Identificar-se, descrever como se veem, a casa onde moram o contexto do entorno.	Conhecer a imagem própria dos alunos sobre si e sobre seus espaços de moradia.	Página 2 da cartilha, com layout a ser preenchido. Caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera e lápis.
MEU CAMINHO PARA A ESCOLA (mapa mental)	Desenhar o caminho realizado de casa para a escola, caracterizando o espaço e a experiência.	Identificar informações sobre as experiências vivenciadas pelos alunos ao percorrerem o bairro onde moram.	Página 2 da cartilha, com layout a ser preenchido. Caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera e lápis.
JESUS DE NAZARETH, O LUGAR ONDE... (mapa de sentimentos e sensações)	Personalizar o mapa do bairro indicando locais que tenham representatividade pessoal para os estudantes (sentimentos e sensações).	Investigar qual o valor atribuído por cada um dos alunos aos espaços do bairro, de acordo com suas experiências subjetivas do cotidiano.	Página 3 da cartilha, com layout a ser preenchido. Caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera e lápis.
UM DIA NO MEU BAIRRO	Desenvolver um diário, em formato de história em quadrinhos, das atividades desenvolvidas no cotidiano.	Identificar informações sobre as atividades desenvolvidas pelos alunos nos espaços livres do bairro Jesus de Nazareth.	Página 4 da cartilha, com layout a ser preenchido. Caneta hidrocor, lápis de cor, giz de cera e lápis.

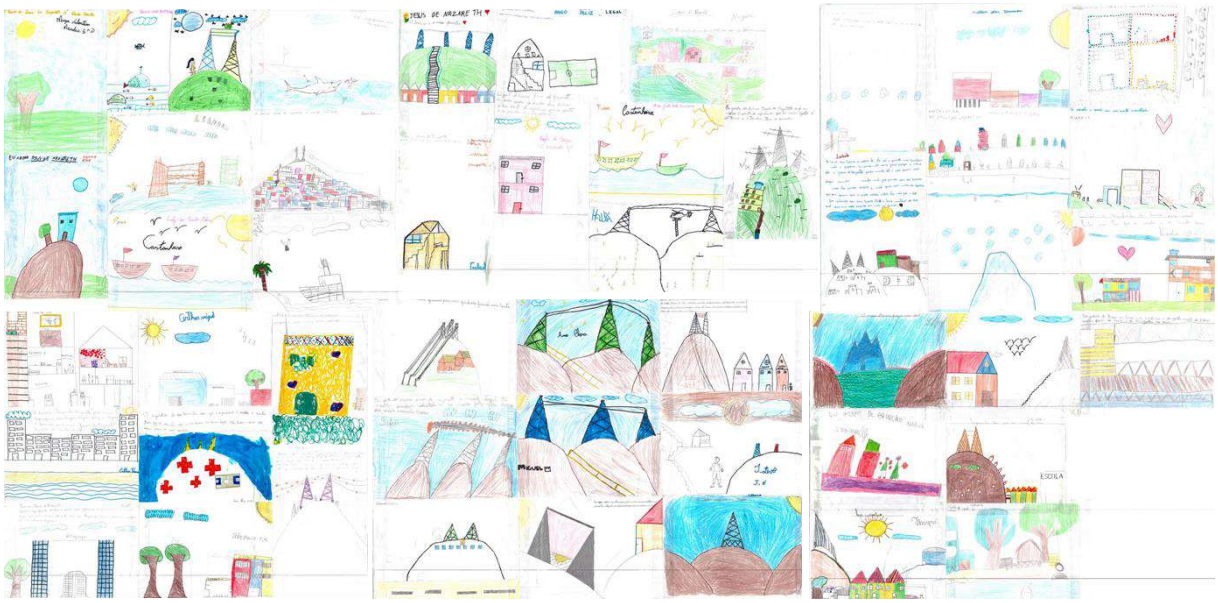
Fonte: Plano Pedagógico do Projeto de Pesquisa "Meu Lugar" elaborado pelo autor, 2018.

O projeto teve início com uma dinâmica de apresentação pessoal, no qual os alunos receberam adesivos para escrever seus nomes e para indicar características de três colegas de classe. O objetivo dessa dinâmica foi estabelecer um contato direto com os alunos, conhecê-los e mostrar a importância do nosso nome e das características e qualidades que nos representam.

Além da introdução para a pesquisa, essa dinâmica permitiu ilustrar o que deveria ser realizado na primeira atividade proposta do quadro de palavras, em que os alunos deviam usar palavras ou desenhos para descrever o significado do nome do bairro para cada um deles (Figura 18).

Nessa atividade, foi possível identificar os elementos do bairro que carregam a identidade local, o significado do nome Jesus de Nazareth para os alunos e o que representa, para alguns, ser morador do bairro como uma identidade pessoal. Parte das informações obtidas nessa atividade ajudou a caracterizar os aspectos socioculturais dos espaços livres locais.

Figura 18: Resultado da atividade "Quadro de Palavras" desenvolvida na escola



Fonte: acervo da autora, 2018.

A elaboração da cartilha foi a principal atividade do projeto “Meu Lugar”, a qual foi realizada em sala de aula com o acompanhamento das professoras responsáveis. Os alunos receberam separadamente as páginas da cartilha para a realização em etapas das atividades. No final, elas foram integradas como um livreto (Figura 19).

Figura 19: Alunos realizando as atividades da cartilha em sala de aula

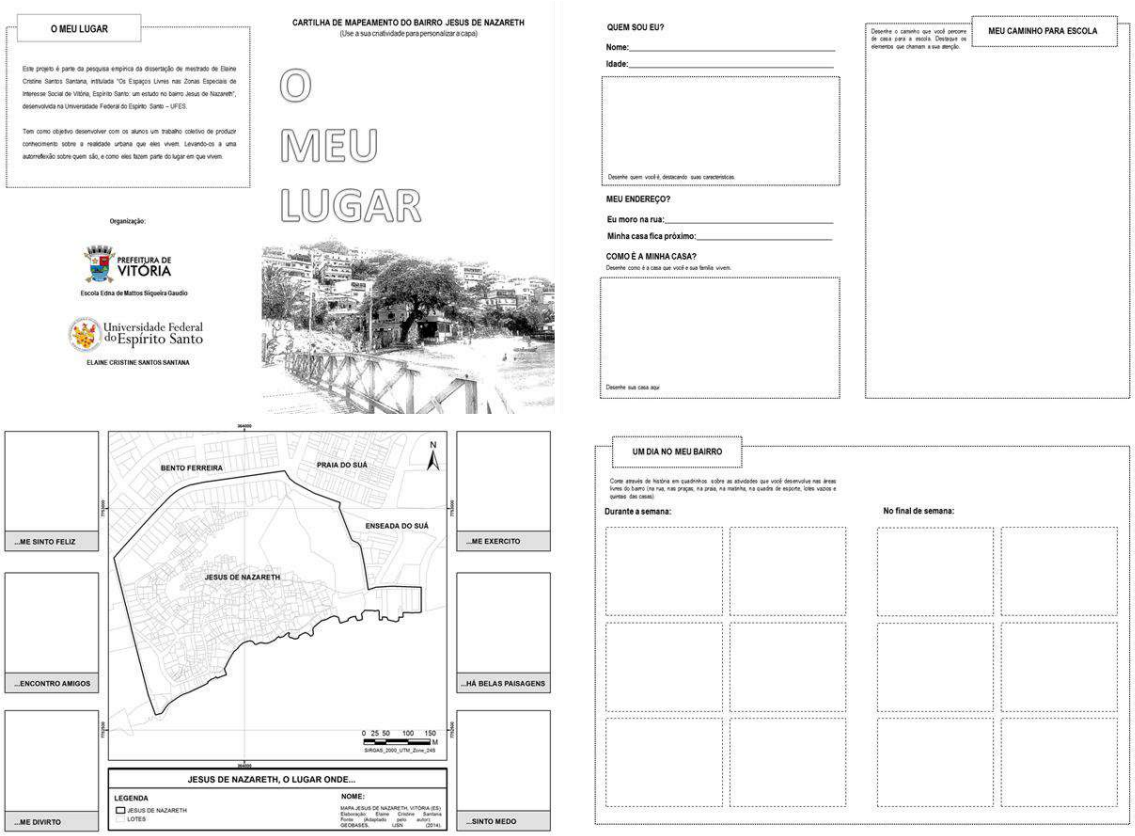
Fonte: acervo da autora, 2018.

As cartilhas representam mais do que o levantamento de dados sobre o bairro, ao dar voz à relação de cada criança com o espaço em que vive. Essa percepção do espaço e do contexto socioespacial está diretamente ligada à forma como essas crianças se apropriam do lugar com suas atividades cotidianas, principalmente as esportivas e de lazer.

O modo pelo qual os estudantes representaram o espaço forneceu um rico banco de dados da subjetividade presente no olhar deles para o mundo a sua volta, enriquecendo sem medida este estudo. A análise e avaliação dos espaços do bairro estão permeadas com esses resultados, e, mesmo assim, não foram capazes de conter todas as informações que este material pode proporcionar.

O layout proposto para a cartilha foi simples e objetivo, para facilitar o desenvolvimento das atividades e para proporcionar mais liberdade artística aos alunos de personalizarem, segundo seu interesse de envolvimento na realização do projeto. Logo, segue o modelo das páginas do layout da cartilha fornecidas aos alunos (Figura 20).

Figura 20: Modelo da cartilha proposta para o mapeamento de Jesus de Nazareth junto aos alunos na escola Edna de Mattos



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Esta experiência de pesquisa mostrou a necessidade de desenvolver nos alunos um olhar autorreflexivo de sua realidade socioespacial. A importância de se perceber no espaço, conhecer os direitos e deveres como cidadão que produz o território e assim ser capaz de refletir sobre os problemas socioespaciais capazes de influenciar a relação estabelecida entre cada indivíduo com a cidade e seu envolvimento no processo de melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social.

Esse processo deve se iniciar com a educação, a mudança na percepção do espaço e no papel como cidadão e habitante, que tem direito à apropriação da cidade, participando, assim, tal qual um ator social na construção dos lugares e territórios. Este é o caminho que, talvez, possa tornar possível o desenvolvimento socioespacial baseado na autonomia dos indivíduos e da coletividade, conforme propõe Souza (2006). Portanto, faz-se necessário uma conscientização espacial e urbanística da população em geral, a fim de que o desenvolvimento socioespacial se torne uma realidade nas cidades informais.

3. Projeto de pesquisa "DIAGNÓSTICO COLETIVO DOS ESPAÇOS LIVRES EM JESUS DE NAZARETH":

Esta etapa da pesquisa foi planejada em formato de projeto de extensão, com o título "Ações de extensão para fins de diagnóstico coletivo dos espaços livres do bairro Jesus de Nazareth". O objetivo foi propor diferentes ações, com o apoio de uma equipe mediadora interdisciplinar, para planejar e desenvolver as atividades de diagnóstico coletivo junto com os moradores.

Baseou-se na metodologia de diagnóstico participativo e no mapeamento coletivo, com o intuito de envolver a comunidade no processo de pesquisa, identificando junto dos moradores suas necessidades e expectativas para os espaços livres do bairro.

Utilizou-se das ferramentas propostas na metodologia introduzida no capítulo 3 (3.4.1 Fundamentos metodológicos). As ferramentas foram adotadas, com o intuito de, além de buscar avaliar os espaços livres pelo olhar do morador, também incentivar o interesse comunitário por participar na reflexão e análise dos seus espaços cotidianos.

O desenvolvimento dessa extensão foi motivado pela solicitação do Presidente Comunitário José Antônio de uma proposta de projeto arquitetônico de uma praça para um dos espaços livres do bairro, denominado aqui como Casarão. Mesmo que esse projeto não tenha resultado em projeto para os moradores, a esperança é que as informações aqui registradas possam contribuir para o desenvolvimento de futuras propostas.

A metodologia dessa atividade se baseia no modelo de Diagnóstico Rural Participativo – DRP[26] (VERDELJO, 2010), adotando os seguintes passos para estruturação das etapas das atividades.

- ✓ Estabelecer os objetivos do diagnóstico;
- ✓ Formar uma equipe mediadora;
- ✓ Identificar os participantes potenciais para a oficina;
- ✓ Identificar as expectativas da comunidade;

[26] O manual elaborado por Verdeljo (2010) se baseou em diagnósticos desenvolvidos em comunidades rurais, mas, apresenta lições de diagnóstico coletivo, conforme destacadas anteriormente no capítulo 3, que podem ser aplicadas em diferentes tipos de diagnósticos espaciais com o envolvimento da comunidade.

- ✓ Estabelecer quais as informações necessárias para a realização do diagnóstico;
- ✓ Escolher as ferramentas que serão usadas no diagnóstico;
- ✓ Elaborar o Diagnóstico.

Com base neste modelo proposto para o desenvolvimento do roteiro de um diagnóstico participativo, propus as seguintes ações a serem realizadas no decorrer do projeto:

1. Divulgação do projeto, seleção e inscrição de estudantes;
2. Seminário sobre o referencial teórico da temática abordada na atividade – o diagnóstico participativo, o mapeamento coletivo de espaços livres em ZEIS e diagnósticos já existentes sobre Jesus de Nazareth;
3. Reunião com a comunidade para o planejamento da oficina;
4. Visita guiada ao bairro;
5. Realização de oficina com a comunidade, para o diagnóstico participativo e mapeamento coletivo.

Seminário com a equipe mediadora

Mesmo com a divulgação em diferentes instituições de ensino, o projeto, infelizmente, não foi aderido por muitos estudantes, porém, envolveu alunos de áreas disciplinares e instituições variadas. Assim, a equipe mediadora formada para a elaboração do projeto envolveu os seguintes participantes:

- Rosiane Sossai Spadeto, aluna de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Espírito Santo;
- Stella Sampaio Silveira, aluna do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo;
- Marlúcia Santos Santana, aluna do curso de Pedagogia na Faculdade Estácio de Sá;
- Isabelle Santos Santana e Sara Santos Santana, alunas do curso de Nutrição da Universidade Vila Velha.

Os participantes se envolveram no projeto, com o intuito de aplicarem os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico para a realidade da sociedade, na tentativa de promover contribuições para os problemas do cotidiano.

O primeiro encontro realizado com essa equipe aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 14 de agosto de 2018, em formato de seminário. Iniciou-se com uma discussão sobre o referencial teórico das temáticas principais do projeto de extensão, o diagnóstico participativo e o mapeamento coletivo.

Os participantes tiveram oportunidade de conhecer alguns dos trabalhos de diagnósticos já realizados no bairro Jesus de Nazareth, e, assim, conhecer um pouco da caracterização do bairro. Diagnóstico esse desenvolvido na disciplina de planejamento urbano na UFES, ministrada pela Doutora Eneida Mendonça, e apresentado pelas graduandas de Arquitetura e Urbanismo, Juliana Santos Colombo e Teodora Monteiro Rondon.

Atividades e dinâmicas foram promovidas, as quais permitiram a reflexão prática sobre as ferramentas existentes para a aplicação dos conceitos estudados. Com base nas informações adquiridas sobre o bairro, foi realizado um exercício de mapeamento coletivo, no qual, em uma base cartográfica da área de estudo, foram adicionados pictogramas que sintetizassem as informações destacadas no diagnóstico apresentado no seminário (Figura 21).

Figura 21: Desenvolvimento do mapa coletivo de diagnóstico do bairro Jesus de Nazareth em Seminário com a equipe mediadora do projeto de pesquisa

Fonte: acervo da autora, 2018.

Como resultado deste primeiro encontro, os participantes do projeto de extensão puderam ter uma noção inicial da realidade do bairro através de um olhar externo.

Reunião com a comunidade

O contato inicial da equipe mediadora com os moradores aconteceu em reunião comunitária na sede da Associação de moradores no dia 21 de agosto de 2018. A reunião, como de costume, foi divulgada com antecedência nas redes sociais, canal de comunicação entre a liderança comunitária e os moradores, e nos cartazes fixados em alguns estabelecimentos do bairro, como padaria e escola (Figura 22).

Figura 22: Cartaz de divulgação da reunião comunitária no bairro

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Infelizmente, a reunião não contou com a participação de muitos moradores, envolvendo mais a liderança comunitária e a equipe mediadora da pesquisa e voluntários (Figura 23). Nesse encontro, o projeto e seus objetivos foram apresentados para os moradores, como uma atividade promovida, a fim de de contribuir para a melhoria dos espaços de lazer e de convivência comunitária.

Figura 23: Reunião com a comunidade no bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

Baseado na justificativa de que os espaços livres (praças, lotes vazios, ruas, becos e escadarias) podem promover melhores condições de vida para a população, potencializar as relações sociais e valorizar a identidade local, foi estabelecido junto com os moradores os seguintes objetivos a serem alcançados com a pesquisa de extensão:

- Identificar os espaços livres do bairro;
- Avaliar esses espaços junto com os moradores;
- Levantar alternativas de melhorias dos espaços livres, segundo as necessidades e desejos dos moradores.

Para um diagnóstico preliminar da percepção dos moradores sobre o bairro, foi desenvolvido um questionário, o qual foi aplicado aos participantes (Apêndice 1). O questionário teve como objetivo levantar as seguintes informações:

- O perfil dos participantes (nome, faixa etária, tempo como morador do bairro);
- Pontos positivos e pontos negativos do bairro;
- Melhorias sugeridas para a realidade do bairro;
- Aspectos que marcam a identidade do bairro e comunidade;
- Relação com os bairros vizinhos;
- Atividades sociais, de lazer e esportivas realizadas pelos moradores nos espaços do bairro;

- Mapeamento de lotes vazios, pontos turísticos, visuais atrativos, locais de encontros socais e práticas esportivas entre outros elementos.

Com a realização dos questionários e com o debate promovido com base em suas questões, os moradores expressaram algumas considerações que se encontram registradas na análise dos espaços do bairro Jesus de Nazareth. Como não contou com a participação de muitos deles, os questionários também foram aplicados em outras ações do projeto.

Visando colocar em prática a metodologia participativa em níveis mais interativos, junto com os moradores, foram tomadas algumas decisões para a realização da próxima ação de diagnóstico com a comunidade. Algumas das decisões tomadas coletivamente nesse encontro foram referentes às seguintes questões:

- Como envolver mais moradores nas ações da pesquisa?
- Qual o local, dia e horário melhor para realizar a ação?
- Quais ferramentas serão melhores aceitas pelos moradores para o diagnóstico e mapeamento?

Considerando as sugestões dos moradores presentes na reunião, foram definidas as diretrizes que proporcionaram o desenvolvimento da oficina comunitária a ser realizada no bairro.

Tour no Morro Jesus de Nazareth

Outra ação promovida pelo projeto de pesquisa foi o incentivo à visita de pessoas externas à comunidade, principalmente, caso fosse o primeiro contato com o bairro, a fim de investigar qual a percepção da comunidade de Jesus de Nazareth e do seu espaço através desse primeiro olhar.

A visita realizada no bairro foi guiada pelo projeto Tour no Morro e aconteceu no dia 26 de agosto de 2018, em um domingo ensolarado. Assim, Fernando Martins, acompanhado do morador Eder Nascimento, conduziram os participantes pelo bairro, apresentando um pouco da história e de suas características pela perspectiva de um morador, contextualizando os participantes da atividade de extensão sobre o território físico, bem como as ações e práticas da comunidade (Figura 24).

Figura 24: Participantes da ação Tour no Morro Jesus de Nazareth em frente ao painel de entrada do bairro na Rua Afonso Sarlo

Fonte: Fernando Martins, Tour no Morro, 2018.

Os participantes receberam uma prancheta com um questionário, o qual serviu como roteiro para a visita. Nele, o participante foi convidado, logo no início, a expressar o conhecimento prévio que possuía sobre o local. Com uma base cartográfica do bairro, esse teve a possibilidade de identificar elementos chaves no mapa, assim como destacar pontos positivos, negativos e cenas de vivência. Ao final, o participante foi convidado a descrever sua experiência ao percorrer a área (Apêndice 2).

A visita por Jesus de Nazareth foi uma oportunidade de divulgação ampla do projeto que estava em andamento, na tentativa de despertar o interesse dos moradores em participar da ação de diagnóstico que seria realizada no domingo seguinte a tour. Dessa forma, foi feita uma panfletagem convidando os moradores a participarem da oficina (Figura 25).

Figura 25: Convite para oficina de Diagnóstico Coletivo de Jesus de Nazareth distribuído no bairro (esquerda) e divulgado nas redes sociais (direita)

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Oficina com a comunidade de Jesus de Nazareth

A oficina com a comunidade aconteceu no dia 02 de setembro, na quadra de esportes do bairro, ao lado do Residencial Mar Azul. E, teve como principal objetivo, confirmar as informações levantadas anteriormente quanto aos espaços livres e refletir coletivamente sobre os problemas e soluções para esses.

Como definido em reunião com alguns moradores (na ação reunião com a comunidade), para atrair a participação dos moradores, seria necessário proporcionar algum atrativo. Diante disso, foi oferecido um café da manhã para os moradores que compareceram ao local, além da realização de um sorteio de cestas básicas.

Segundo a liderança comunitária, os moradores não possuem uma boa relação com o poder público, e, como o projeto foi realizado próximo ao período de campanha eleitoral, houve certa relutância na participação desses nas atividades promovidas, mesmo com o cuidado de indicar que se tratava de uma atividade acadêmica.

A oficina contou com a participação da equipe mediadora do projeto de pesquisa e de voluntários, que ajudaram na organização e orientaram os moradores no desenvolvimento das atividades (Figura 26).

Figura 26: Equipe mediadora, voluntários e moradores que participaram na organização da oficina no bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

A oficina foi, então, organizada em duas etapas:

Etapa 1 – Questionário: foi aplicado o questionário desenvolvido para a primeira reunião com a comunidade, abrangendo agora mais moradores, com o propósito de familiarizá-los com as questões propostas pela pesquisa e dar início ao processo de autorreflexão sobre o espaço. O formulário do questionário, por já apresentar um mapa para elaboração individual, introduziu os participantes ao processo de mapeamento.

Etapa 2 – Diagnóstico e mapeamento dos Espaços Livres: com base nas informações obtidas na fase de reconhecimento do bairro, com observação em campo, entrevistas com os moradores, a pesquisa realizada na escola, e tour pelo bairro, foram definidos seis espaços livres de maior influência no bairro para a realização de diagnóstico dos pontos positivos e negativos, bem como para a proposta de projetos, atividades e equipamentos destinados a esses espaços, segundo o interesse da comunidade.

Cada um destes espaços foi organizado em cartazes que continham um mapa da área, uma sessão para a “Caracterização: Como esse espaço é hoje?” com fotos do local e colunas de pontos positivos e negativos, a fim de colar notas adesivas coloridas com informações, e uma sessão de “Propostas: Como eu gostaria que

fosse esse espaço?”, para propor atividades, usos e equipamentos que poderiam acontecer nesses espaços (Figura 27).

Figura 27: Participação da população na oficina de diagnóstico e mapeamento dos Espaços Livres de Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

Os resultados e as informações levantadas nas diferentes etapas da pesquisa desenvolvidas no bairro junto com a comunidade, tanto com as crianças, quanto com os adultos, permeiam a análise e a avaliação dos espaços livres de Jesus de Nazareth, a qual será apresentada a seguir.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a análise e avaliação dos atributos dos espaços livres, segundo o objetivo desta pesquisa, considera os **aspectos socioambientais, paisagísticos, urbanísticos** e **socioculturais**. Esta análise não delimita áreas específicas e considera toda a espacialidade do bairro, como um sistema de espaços, com foco qualitativo, mas que se fundamenta em dados quantitativos.

4.2 ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

A análise socioambiental consiste em estudar a relação entre o espaço natural do bairro Jesus de Nazareth, a ocupação urbana do lugar e sua população, através de características como o relevo, as comunidades vegetais, as relações entre cidade e água e as áreas de preservação, ou risco ambiental. Além disso, também examina o perfil dos moradores, segundo dados demográficos, como já detalhados na metodologia desse estudo (introdução e capítulo 3).

4.2.1 Análise ambiental

A ocupação do bairro se desenvolveu sobre um maciço granítico, composto por 35% de afloramentos rochosos caracterizados com matacões e escarpas, localizado na Baía de Vitória (VITÓRIA, 2001). As características topográficas locais dificultaram a ocupação em diversas partes do morro, principalmente, na parte mais alta.

Em fotos antigas, é possível identificar o “Morro Bento Ferreira” junto à Praia do Suá, coberto por vegetação atlântica (Figura 28). Os bairros do entorno, como Bento Ferreira, Enseada do Suá e Praia do Suá, surgiram impulsionados pelo Projeto Novo Arrabalde que, com aterros e a construção de vias, atraíram a ocupação.

Figura 28: Morro Bento Ferreira ao fundo da Praia do Suá [19-?]

Fonte: Blog Fotos Antigas de Vitória, 2010.

Por isso, mesmo sendo uma ocupação irregular, o bairro Jesus de Nazareth possui uma significativa porção do seu território com áreas verdes, mata e afloramentos rochosos sem ocupação. As comunidades vegetais identificadas no bairro são de caráter variado, como área urbana com vegetação, reflorestamento de parte da área de mata atlântica e campos em alguns pontos (Figura 29).

Figura 29: Mapa da Análise Ambiental de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)

Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

O bairro não possui muitas árvores nos locais de adensamento construtivo. Ao descrever e desenhá-lo, as crianças, que participaram da pesquisa desenvolvida na escola, frequentemente, retrataram a vegetação da mata, sobretudo, as castanheiras localizadas na Prainha, conhecida também por Praia das Castanheiras. Isso mostra a importância desses elementos vegetais para a identidade do bairro Jesus de Nazareth.

O bairro Jesus de Nazareth é o único morro da cidade que tem praia particular. A ocupação do bairro teve início pela Praia, em 1954, onde foi implantada a primeira residência, a casa da Senhora Djalma da Costa (SILVA, 2013). A Praia do Suá já possuía, nesse período, atividades de interesse pesqueiro, já que a origem do bairro Praia do Suá se deu com uma vila de pescadores. Descrevendo a paisagem da praia, Souza (2010, p. 79) relata que:

> O lugar, com todas as dificuldades de acesso foi muito atrativo para os pescadores portugueses, que encontraram nele um recanto de belezas naturais, isolado, com uma paisagem convidativa – mar, montanhas, vegetação, a visão do Convento da Penha – propício para habitarem, exercerem a sua profissão e religiosidade.

Devido à paisagem privilegiada do morro, proporcionada principalmente pelo contato com a baía de Vitória, o bairro possui uma relação muito estreita com o mar. Esse é fonte de renda para os moradores, que mantêm a tradição da pesca como uma cultura local. Assim como é área de lazer para os moradores que frequentam a Praia das Castanheiras, principalmente para as crianças que brincam na praia, para tomar banho de mar, realizarem alguma atividade esportiva, ou apenas contemplar a vista.

Os estaleiros, o Píer da Praia do Suá, com barcos atracados, inseridos na paisagem da baia, compõem um belo cenário que é descrito com orgulho pelos moradores tal qual um conjunto único de sua comunidade, apesar dessa região com atividade pesqueira limitar a faixa de orla, por bloquear o acesso de terrenos que deveriam ser de acesso comum.

A relação entre homem, com sua ocupação residencial urbanizada, e a natureza pode sempre trazer conflitos. Mesmo que o ambiente natural seja valorizado no dia a dia pela população, esses conflitos fazem parte desse espaço, sobretudo, em uma ocupação irregular.

Situações de risco ambiental

Apesar de valorizarem o mar como uma riqueza local, é possível encontrar situações características de uma ocupação irregular, que trazem riscos para essa proximidade do bairro com o mar.

A começar pela infraestrutura precária do esgotamento sanitário que pode ser destacado como um fator negativo para o mar. Mesmo com o esgoto canalizado e com estação de tratamento, a estrutura existente não é suficiente. E esse encanamento passa pela orla, junto do Píer. Caminhando pelo Píer do bairro, é possível observar quão precária é a estrutura e o risco que essa situação traz para o ambiente natural marinho, a exemplo do esgoto, o qual pode ser foi visto sendo despejado diretamente no mar (Figura 30).

Figura 30: Registro do despejo de dejetos sem tratamento no mar

Fonte: Arquivo Associação dos Moradores de Jesus de Nazareth, 201?.

Um dos problemas frequentes do bairro concerne ao descarte do lixo, composto desde lixo doméstico até resíduos mais pesados, a exemplo de entulhos, de móveis e de eletrodomésticos. Isso é um problema para o meio ambiente e para a saúde da população local, além de ter sido foco de medidas educativas e uma das principais preocupações dos moradores e da liderança do bairro. Quanto ao meio ambiente, o lixo traz riscos de poluição para o mar e para áreas de vegetação. Entretanto, existem iniciativas que têm se destacado, as quais objetivam incentivar a educação

ambiental dos moradores em relação ao correto descarte do lixo que se destacam no bairro.

Em 2018, aconteceu o projeto de educação ambiental desenvolvido pela Empresa Marítima ZEMAX, localizada no final da Rua Afonso Sarlo. A iniciativa aconteceu pela necessidade da empresa de promover algum retorno social para o bairro. Além de atividades de conscientização realizadas no espaço da escola Edna de Mattos, o projeto também levou algum dos alunos para um Tour Ambiental pelo bairro. O objetivo foi preparar alunos para serem Representantes Ambientais Mirins, a fim de influenciar sua família e vizinhança na mudança de atitude em relação ao meio ambiente.

No início de 2019, um grande projeto de limpeza comunitária da Praia das Castanheiras chamou a atenção pelos números que produziu. O mutirão de limpeza aconteceu no dia 26 de janeiro de 2019 e representou uma ação coletiva em prol da vida marinha com a limpeza da praia.

A ação contou com a parceria de seis ONGs, o apoio da Prefeitura de Vitória e a participação da população (Figura 31). O resultado foi a retirada de cerca de 2 toneladas de lixos e entulhos variados (CANAL, 2019).

Figura 31: Resultado do projeto de limpeza realizado na Praia das Castanheiras

Fonte: CANAL, 2019.

A ação traduz o incentivo à conscientização dos moradores sobre o impacto de suas ações diárias que, às vezes, podem parecer insignificantes, mas podem trazer sérias consequências tanto para o meio ambiente, quanto para a qualidade de vida dos moradores.

Outra situação de risco que os moradores enfrentam está relacionada à formação rochosa do terreno do morro que promove situações de deslizamento de pedras, a exemplo da que ocorreu no início de 2018.

No final de janeiro de 2018, por conta das chuvas, um caso de rolagem de pedra foi registrado. Ela se soltou do alto da encosta e ficou presa na vegetação, ninguém se feriu e nenhuma casa foi diretamente atingida (Figura 32). A área onde o incidente aconteceu foi interditada pela prefeitura, a qual fez a limpeza do local após o ocorrido. Alguns moradores foram notificados pela Defesa Civil, e os moradores com casas próximo da área relataram que se sentiram inseguros em relação aos riscos de deslizamento e queda de pedras na área de mata do bairro (ESTV 2ª Edição, 2018). Assim, a Prefeitura propôs um projeto para obra de desmonte das rochas que rolaram e a contenção do terreno, que teve início apenas em março de 2018, com a limpeza e o escoramento destinado à realização de contenção (RIBETTI, 2018).

Figura 32: Pedra que rolou no início de 2018 em Jesus de Nazareth

Fonte: Vinícius Gonçalves/ TV Gazeta, 2018.

Durante as visitas ao bairro, o líder comunitário e outros moradores indicaram sua preocupação com a questão do deslizamento de terra e rochas na área de mata do bairro. Muitas delas continuaram soltas na área, mesmo após a finalização da obra. Segundo a prefeitura, elas não apresentam risco de rolagem. Porém, a área não possui vegetação adequada para proteger o solo, com muita terra exposta próximo ao topo do morro, o que significa um risco em períodos de forte chuva.

Outro problema de interesse ambiental já enfrentado no bairro foi a ocorrência de queimadas. A vegetação da mata, na área atrás da estação da Escelsa, sofreu uma queimada em maio de 2016. O fogo começou durante a tarde e, enquanto o Corpo de Bombeiros não chegou ao local, os próprios moradores, com baldes cheios de água, tentaram combatê-lo. A área de difícil acesso dificultou o trabalho dos Bombeiros. Mas os moradores não souberam justificar o que provocou o fogo (ESTV 2ª Edição, 2016).

4.2.2 Perfil populacional

Tomando em consideração o período no qual esta pesquisa foi realizada, entre 2017 e 2018, os dados censitários que caracterizam a população local e seu desenvolvimento socioeconômico, referentes ao levantamento do IBGE de 2010, por certo, apresentam-se desatualizados para uma caracterização apropriada. Logo, cabe considerar as informações existentes como um padrão para avaliações e para comparações futuras (Tabela 7).

Tabela 7: Perfil Populacional dos Moradores de Jesus de Nazareth

POPULAÇÃO		FAIXA ETÁRIA			COR E RAÇA		
Gênero	Total	Tipo	Total	%	Tipo	Total	%
Homem	1.238 habitantes	0 a 14 anos	675	26,32	Branca	656	25,58
		15 a 24 anos	496	19,34	Preta	441	17,19
Mulher	1.327 habitantes	25 a 64 anos	1.278	49,82	Amarela	27	1,05
		Acima de 65 anos	116	4,52	Parda	1.278	55,98
Total	**2.565 habitantes**			100,00	Indígena	116	0,19
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Dados da Sinopse							

Fonte: VITÓRIA, 2013 (elaborada pela autora, 2019).

O bairro Jesus de Nazareth possui 2.565 habitantes, que habitam em 739 domicílios. Há uma pequena predominância de indivíduos do sexo feminino no bairro, já que, do total de habitantes, 1. 327 pessoas são do sexo feminino e 1.238 do masculino, ou seja, 52,0% e 48,0% da população respectivamente. Essa população é composta por uma quantidade significativa de crianças e jovens, já que 1.171 dos moradores estão na faixa etária de 0 à 24 anos, e 1.278 moradores são adultos na faixa etária de 25 a 64 anos (VITÓRIA, 2013).

Analisando a variação entre a população do bairro em 2000 e a de 2010, nota-se sua diminuição nesse período de 10 anos, de cerca de 809 habitantes, ou 24% da população (Tabela 8). Entre os anos 2000 e 2010, o bairro passou por consolidação após as intervenções promovidas pelo Projeto Terra, como foi analisando no capítulo 2. Assim, existe a possibilidade dessa redução populacional ter sido impulsionada pelas melhorias locais, em um processo de "expulsão" daqueles que não foram capazes se adequar financeiramente à nova realidade espacial motivada pela valorização local. O que se sabe ao certo é que algumas famílias que estavam em situações de risco realmente passaram por processo de mudança do bairro.

Tabela 8: Crescimento Populacional no bairro Jesus de Nazareth, IBGE 2000/2010

2000			2010			Variação %		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
3.374	1.711	1.663	2.565	1.238	1.327	-23,98	-27,64	-20,20

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010

Elaboração: Gerência de Informações Municipais - SEGES/PMV

Fonte: VITÓRIA, 2013.

A maior parte da população residente no bairro, segundo sua cor e raça, autodeclara parda, o que representa cerca de 56% da população, ou 1.436 habitantes. Em seguida, estão os habitantes declarados como Brancos, 656 pessoas, cerca de 25,6%, e, por fim, os habitantes de cor, ou raça preta, 441 dos moradores, o que representa 17,2%.

Contexto socioeconômico

Analisando a população segundo a sua renda, o rendimento nominal mensal domiciliar dos moradores de Jesus de Nazareth, segundo IBGE de 2010, apresenta o seguinte cenário (Tabela 9).

Cerca de 42,76%, ou seja, 316 dos domicílios desse bairro possuem um rendimento mensal de 2 a 5 salários mínimos, considerando o salário mínimo de R$ 510,00. Já 169 domicílios, 22,87%, possuem um rendimento de mais de 1 a 2 salários mínimos e 110 domicílios, 14,88%, possuem mais de ½ a 1 salário mínimo.

Tabela 9: Domicílios Particulares permanentes, segundo rendimento nominal mensal no bairro Jesus de Nazareth, IBGE 2010

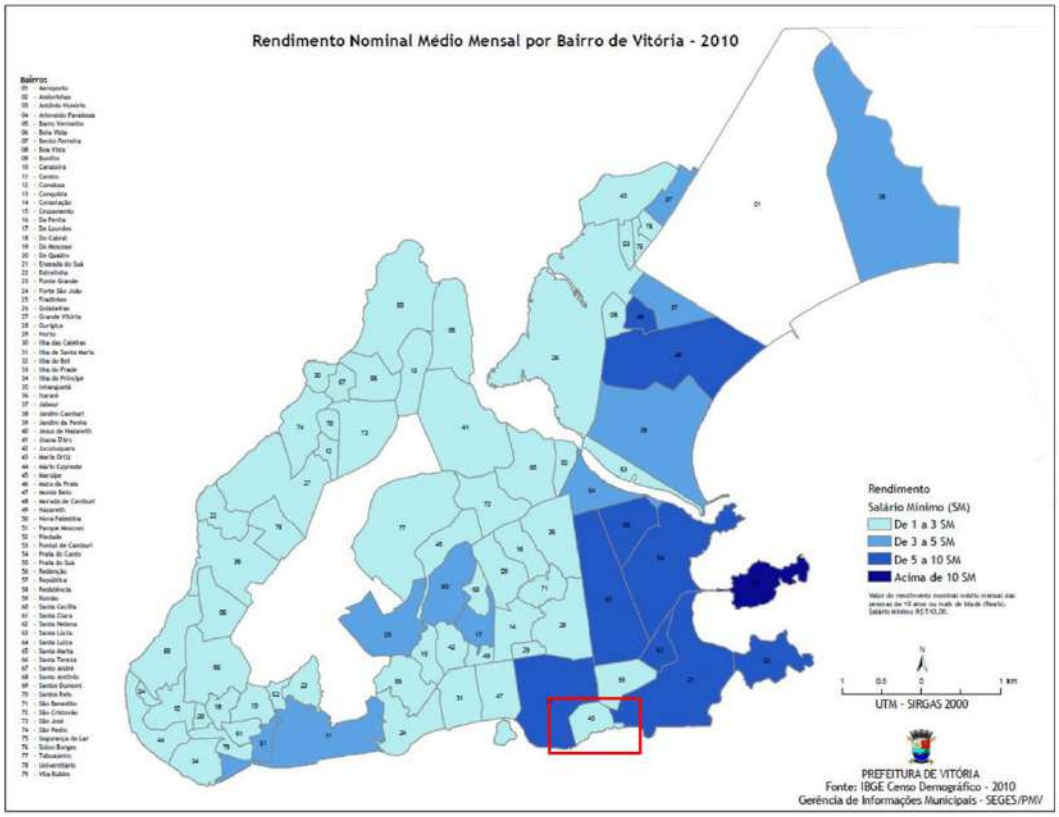
Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	Domicílios	%
Até 1/2 salário mínimo	4	0,54
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	110	14,88
Mais de 1 a 2 salários mínimos	169	22,87
Mais de 2 a 5 salários mínimos	316	42,76
Mais de 5 a 10 salários mínimos	78	10,55
Mais de 10 a 20 salários mínimos	16	2,17
Mais de 20 salários mínimos	4	0,54
Sem rendimento	42	5,68
Sem declaração	-	-
Total de domicílios	**739**	**100,00**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados do Universo
Elaboração: Gerência de Informações Municipais - SEGES/PMV
Obs: 1 - Não estão incluídos os bairros Carapina I, Hélio Ferraz, De Fátima e Parque Industrial.
2 - Salário mínimo utilizado: R$ 510,00.
3 - A categoria Sem rendimento inclui os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios.

Fonte: Vitória bairro a bairro PMV 2013.

Comparar o contexto socioeconômico de Jesus de Nazareth com os bairros do seu entorno é confirmar a diferenciação social que existe entre essas realidades (Figura 33). No mapa que mostra o rendimento nominal médio mensal por bairro de Vitória, é possível notar que Jesus de Nazareth está em uma zona de bairros que possuem um rendimento de 5 a 10 salários mínimos, enquanto esse possui uma média de 1 a 3 salários mínimos. Mais do que em números, essa diferenciação se destaca nas características da paisagem urbana desses bairros e no perfil das dinâmicas urbanas que o caracterizam.

Figura 33: Mapa do rendimento nominal médio mensal por bairro de Vitória com destaque para Jesus de Nazareth



Fonte: Prefeitura de Vitória, 2010 (modificações da autora).

O bairro não possui uma economia forte. Apenas alguns pequenos comércios locais destinados a atender os próprios moradores, com destaque para os bares, como o Bar do Bigode, que recebe muitos turistas. A economia local está muito ligada à pesca, isso se dá pelo fácil acesso ao mar e pela influência da Praia do Suá, bairro que tem sua formação muito ligada à atividade pesqueira. Na porção do bairro voltada para a baía, é comum um grande número de barcos ancorados e outros tantos atracados ao Píer da Praia do Suá. No sopé do morro, funcionam estaleiros para manutenção de embarcações e centros receptores de pescado.

4.3 ASPECTOS URBANÍSTICOS

Morfologia urbana e Sistema Viário

> A forma da cidade brasileira está vinculada aos processos de produção, às formas de propriedade e parcelamento, aos padrões culturais, às desigualdades sociais e às características do suporte biofísico e climático (MACEDO et al. 2012, p. 144).

Analisar as formas urbanas que caracterizam o bairro Jesus de Nazareth, mais do que entender a atual organização espacial, significa compreender seu espaço tal qual fruto de um crescimento autogestionado por uma comunidade que, através de seus esforços, deram início ao desenvolvimento do local, até alcançar as conquistas refletidas no espaço hoje.

Ao observar a caracterização da malha urbana de Jesus de Nazareth, aquelas características apresentadas como comuns aos assentamentos informais também estão presentes na realidade espacial do recorte territorial desta pesquisa (Figura 34).

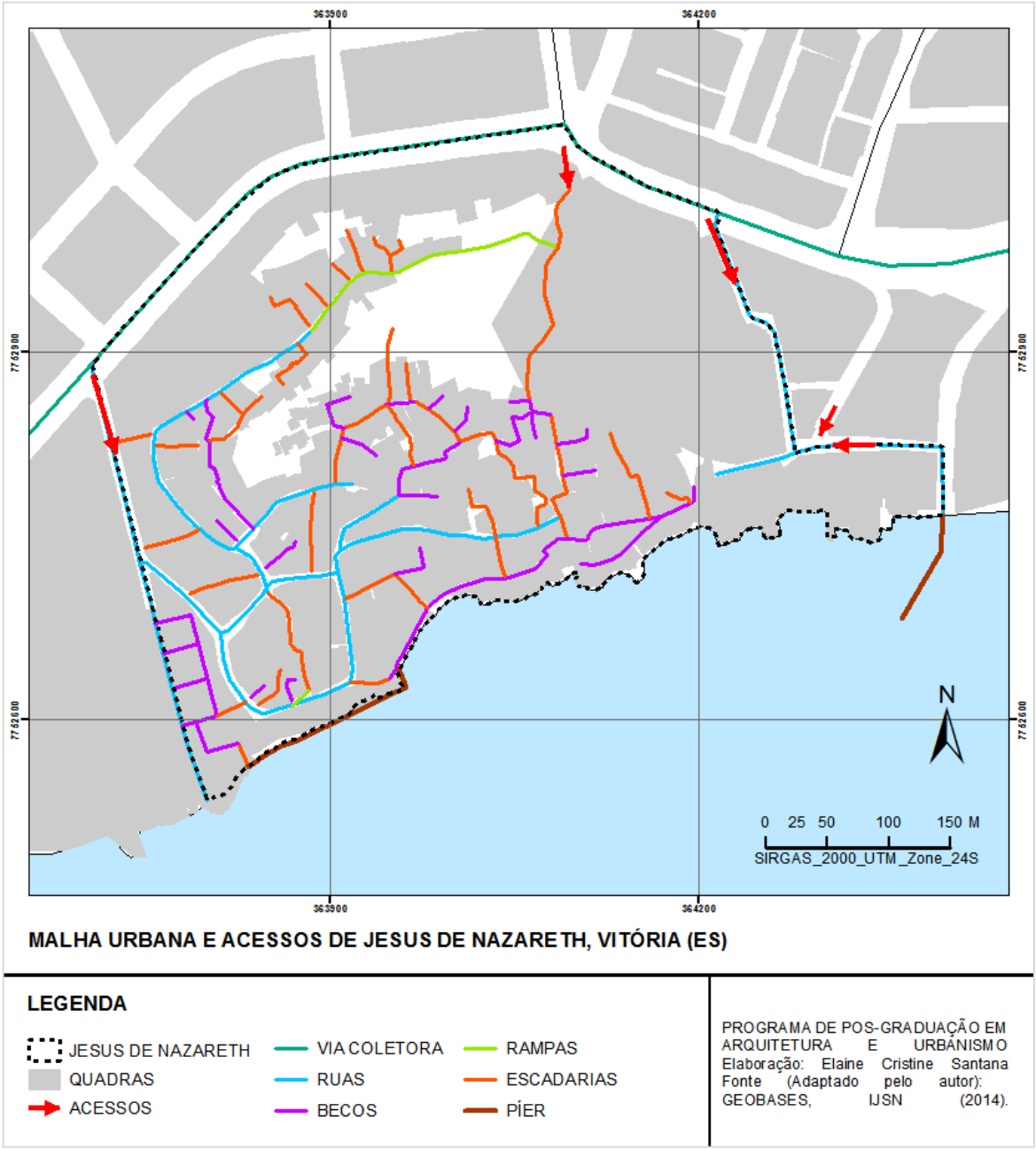
A rede viária de um lugar é uma das principais características do seu ambiente urbano, por isso, seu planejamento é essencial, a fim de definir a espacialidade local. No caso de assentamentos irregulares, como em Jesus de Nazareth, porém, não é isso que acontece.

As quadras e a malha viária são orgânicas e irregulares, o que mostra que não houve um planejamento dos acessos durante a ocupação, que seguiu as possibilidades e limitações apresentadas pela configuração topográfica do terreno. Assim, o desenho da malha viária foi determinado pelas características naturais do local, e pela forma como a população foi ocupando as áreas mais propícias à construção das moradias, deixando o que sobrava para a circulação.

Cortado em sua borda por uma via principal, a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, que delimita o bairro junto à Bento Ferreira, o bairro é constituído de vias locais, que surgiram de forma desordenada e promovem uma distribuição da baixa fluidez do tráfego local. O acesso de veículos é limitado a poucas ruas e não alcança a parte alta do morro. Nota-se claramente o contraste entre o traçado e dimensão da Avenida Marechal Mascarenhas e das ruas do entorno,

com as estreitas e quase inexistentes vias no interior do bairro Jesus de Nazareth.

Figura 34: Mapa da Malha Urbana de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)



Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

Grande parte dos habitantes, principalmente, os que moram no alto do morro, possui o acesso limitado às vias em que passam veículos. Por ser um local de pequena delimitação territorial, poucas vias cortam o bairro e o acesso às residências é proporcionado por escadarias e becos. A maioria das vias é de uso

exclusivo de pedestres, e não possibilitam o acesso de veículos, o que acarreta problemas cotidianos para o bairro.

Podem ser determinados três perfis de vias que proporcionam o acesso ao bairro Jesus de Nazareth: as ruas, os becos e as escadarias (Figura 35). As ruas no bairro podem ser consideradas como as vias que permitem o acesso de veículos. Limitam-se a parte mais baixa do bairro, e são estreitas e bem delimitadas pelas fachadas das edificações.

Os becos estão presentes onde as ruas não permitem o acesso às edificações, e não há problema com o relevo. Por serem apertados, criam um ambiente úmido com pouco acesso à insolação. Nas áreas de escadarias, o acesso à edificação precisa vencer uma determinada elevação. A maior parte dessas escadarias foram personalizadas e coloridas pelos moradores.

Figura 35: Perfil das vias no bairro Jesus de Nazareth (rua, beco e escadaria)

Fonte: acervo da autora, 2018.

A acessibilidade reduzida é sentida, principalmente, por idosos que moram no alto do morro. Em casos de emergência, essa limitação se apresenta até mesmo como um risco a vida destes moradores. Talvez, esse seja um dos problemas mais difíceis de resolver no contexto do bairro. Porque, intervir no sistema viário de áreas adensadas significa gerar intervenções significativas com deslocamento de bens e pessoas, e até mesmo a descaracterização espacial local.

Até mesmo serviços básicos, que em comunidades de traçado regular são realizados através de automóveis, em Jesus de Nazareth dependem que os trabalhadores executem todas as atividades a pé. Dentre os serviços que acabam sendo um desafio para funcionários públicos, estão a coleta de lixo e outros, como o combate aos mosquitos através do produto reconhecido popularmente por “fumacê”.

O bairro possui apenas três pontos de acesso: pela Rua Afonso Sarlo (acesso oficial), pela escadaria no final da Avenida Leitão da Silva, ou pela Rua Gumercino Gomes da Silva (pelo Horto Mercado), que são vias estreitas e “escondidas”, ou escadaria. A maneira pela qual o bairro se insere em Vitória, em relação à malha viária e morfologia, gera um contexto que, fisicamente, não proporciona a articulação com o entorno.

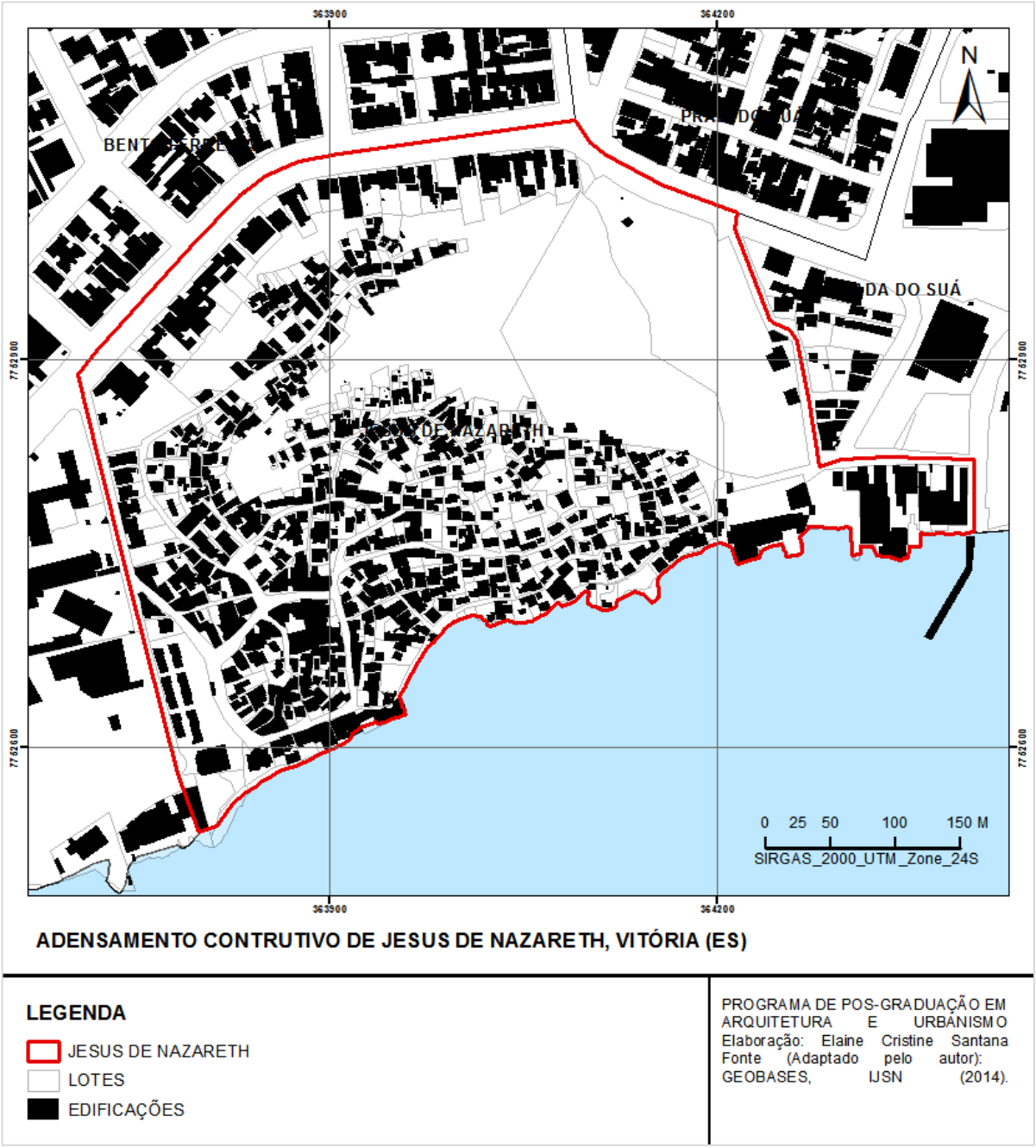
Apesar disso, suas ruas possuem vida. Existe sempre algum morador realizando alguma atividade, que, em outros bairros, nunca aconteceriam no espaço público da rua, como acontece com frequência no Residencial Mar Azul. É possível sempre encontrar seus moradores sentados a porta de casa, realizando alguma tarefa. Um grupo de amigos reunidos ao redor de uma mesa para jogarem, ou até mesmo cortando o cabelo (Figura 35).

Figura 36: Cena de apropriação do espaço da rua registrada no bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018;

No período de férias a presença das crianças nas ruas se intensifica, já que elas têm mais tempo livre. Nota-se o aproveitando de recuos nas edificações que abrem mais espaço nas ruas irregulares e estreitas, para a realização do futebol, atividade com predomínio dos meninos. Enquanto as meninas são vistas brincando de queimada nos espaços vazio na lateral de uma casa, ou de pique-pega, correndo pelos becos e escadarias do bairro, aproveitando as pequenas oportunidades de espaços livres para o lazer.

Figura 37: Mapa de adensamento construtivo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)



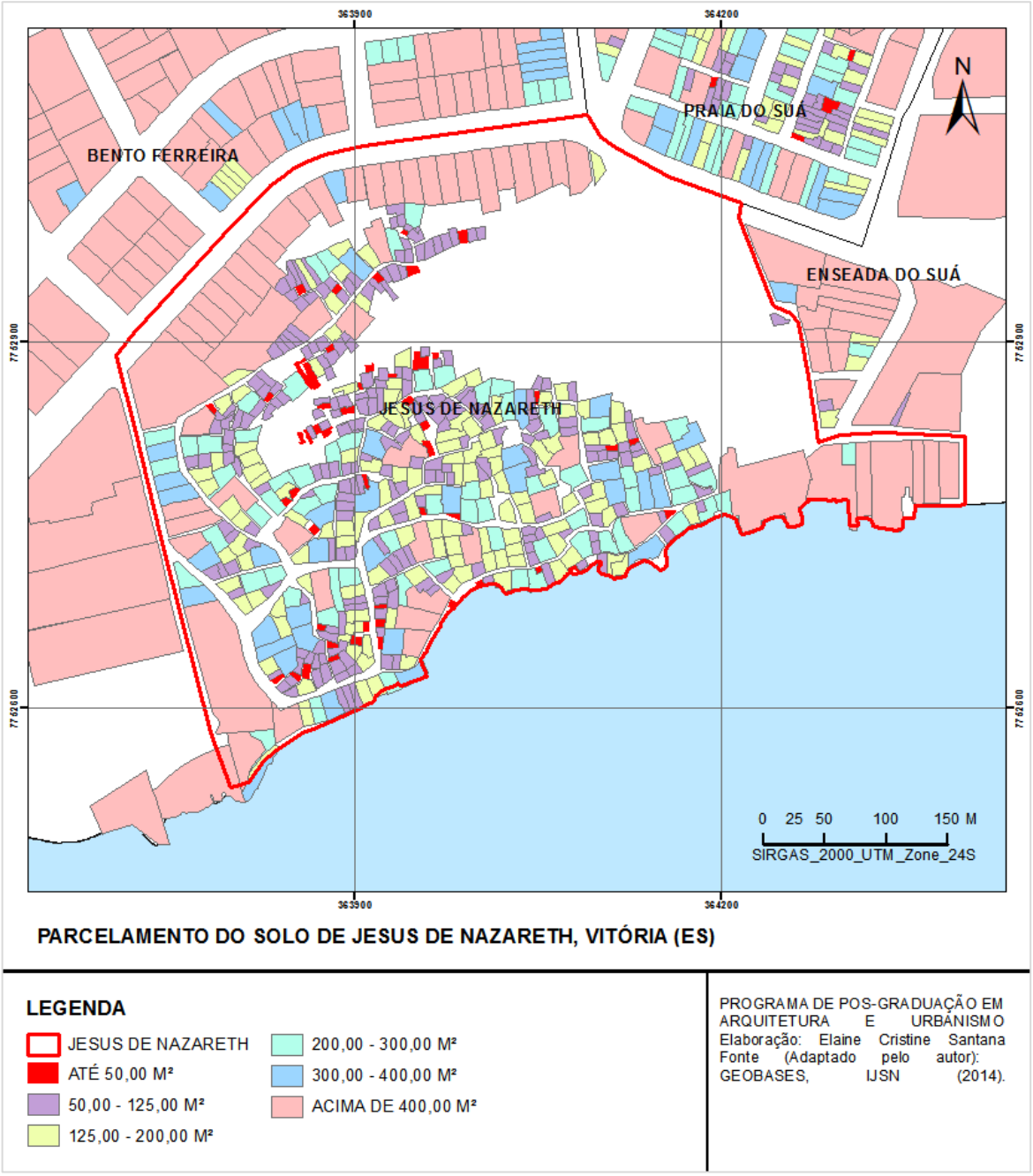
Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

Em grande parte do território, o bairro apresenta um alto adensamento construtivo (Figura 37). A proximidade entre as casas ocorre, devido à falta de afastamentos frontais, laterais ou de fundos. Isso se deve, porque as famílias tentam aproveitar ao máximo os espaços, para atender a necessidades básicas de moradia, diante das possibilidades existentes.

Diferente de alguns assentamentos, o bairro Jesus de Nazareth possui uma característica espacial particular em relação ao adensamento construtivo. Existe uma boa porcentagem do bairro que não apresenta construção, pelo fato de estar inserido em um local de relevo rochoso e acidentado, além de possuir parte do seu território preservado como mata. Essas características geográficas não permitiram a implantação de moradias na parte mais elevada do morro e na área de mata.

A ocupação localizada nas partes mais baixas do bairro possui residenciais dotadas de maior infraestrutura, enquanto nas partes mais altas, encontramos vias de acesso e moradias precárias. O que pode ser visto até mesmo no parcelamento do solo. As áreas do bairro menos afetadas pelos problemas de acesso que a topografia proporciona, e que possuem mais facilidade de mobilidade com o entorno, são as que possuem os maiores terrenos (Figura 38).

Figura 38: Mapa do Parcelamento do solo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)



Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

Uso e ocupação do Solo

O bairro possui um uso e ocupação do território predominantemente residencial. Como a região do bairro é montanhosa, as edificações que estão na parte mais baixa são melhores servidas de infraestrutura, pela facilidade do acesso destas. Através do mapa, de uso do solo, podemos observar que os edifícios comerciais se concentram na parte baixa, nas avenidas Nossa Senhora dos Navegantes,

Marechal Mascarenhas de Moraes e na Rua Afonso Sarlo. Essas vias são mais valorizadas, por se localizarem próximo ao bairro Bento Ferreira e possuir maior fluxo de circulação de pessoas. Isso ocorre também na região de encontro da Rua Erildo Costa Matos com a Rua Boa Esperança, denominada como Ponto final pela população, porque é o último ponto de acesso dos ônibus que circulam no bairro.

Figura 39: Mapa do Uso e Ocupação do solo de Jesus de Nazareth, Vitória (ES)

Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

A área mais elevada do bairro concentra o uso residencial e apresenta alguns edifícios institucionais. Como a antiga escola Edna de Mattos que, nesse momento, está sendo usada pela comunidade para a realização de projetos sociais. E as igrejas católicas que, por possuírem edificação independente, destacam-se na área. Sendo que, a maior parte das igrejas do bairro não possui um templo, e seus membros se reúnem em salões no térreo das residenciais.

É comum a existência de pequenos comércios informais nas casas do bairro. Algumas vezes, é apenas uma plaquinha de vende-se picolé, ou pão caseiro. Dos comércios existentes no bairro, os bares são o tipo mais frequente, sendo os mais famosos e referenciais o Bar do Bigode, na Praia das Castanheiras, e o Bar do Zath, na esquina da Rua Afonso Sarlo com a Helena Muller. Devido à falta de espaços de lazer, os bares simbolizam uma alternativa encontrada pela comunidade, principalmente para a realização de encontros sociais, além da quadra de esportes, e a praia da castanheira.

A Praça Fernanda de Jesus Soares, nome em homenagem a uma moradora que morreu em acidente, conhecida também como Terreirão, está localizada no alto do morro no caminho de acesso às torres. Essa praça, que teve origem graças ao trabalho dos moradores, conta com algumas mesas e bancos e é personalizada com painéis artísticos realizados pelos mesmos (Figura 39).

Figura 40: Praça Fernanda de Jesus Soares decorada para a copa do mundo de 2018

Fonte: acervo da autora, 2018.

Nas respostas do questionário, os moradores destacaram a importância de serviços públicos como a creche CMEI Lídia Rocha Feitosa, a escola EMEF Edna de Mattos e o posto de saúde estarem localizados dentro da comunidade. Eles se sentem privilegiados por possuírem fácil acesso a esses serviços, apesar de reivindicar melhorias.

Mesmo sem a presença de muitos serviços e comércios variados dentro do bairro, Jesus de Nazareth está próximo de importantes serviços públicos do município de Vitória, localizados nos bairros do entorno.

O bairro Bento Ferreira é o que mais se relaciona territorialmente com Jesus de Nazareth, devido à extensão de área que faz divisa com o bairro. No decorrer da Avenida Marechal Mascarenhas, concentra-se uma variedade de serviços institucionais, como a sede da Prefeitura de Vitória, o Álvares Cabral, o SENAI entre outros.

O bairro Praia do Suá teve sua origem com uma vila de pescadores o que traz identidade para a comunidade. Ele é um dos mais antigos de Vitória e, por isso, possui uma infraestrutura urbana bem consolidada e regular, com uma ocupação residencial provida de serviços públicos e privados.

O bairro Enseada do Suá, devido ao seu traçado urbano planejado, é caracterizado pelo bom urbanismo e ambiência espacial. Com amplas vias e calçadas, bem arborizadas, com ciclovias e muitos espaços de lazer e praças públicas permeando edifícios contemporâneos. Concentra empreendimentos de serviços variados, como o Shopping Vitória, consulados, além de variados órgãos jurisdicionais, administrativos e legislativos, tais como o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa e edificações em construção como as futuras sedes da Justiça Federal, do Tribunal Regional do Trabalho e da Secretaria da Fazenda Estadual.

Jesus de Nazareth conta com iniciativas de incentivo ao desenvolvimento econômico local. Um exemplo é a feira comunitária que, em 2017, aconteceu no bairro. Em novembro de 2017, a 16º feira comunitária de Vitória começou a funcionar no bairro Jesus de Nazareth, nas dependências da EMEF Edna de Mattos

às sextas-feiras e aos sábados, das 18h às 22h, com a participação de 15 expositores (G1 ES, 2017).

Essas feiras são geridas por conselhos locais do bairro onde acontece a atividade e orientadas pela Secretaria Municipal de Turismo, Trabalho e Renda (Semttre). Para participar, é preciso respeitar algumas regras, como o tempo de exposição (máximo 4 horas), cumprir as exigências da Vigilância Sanitária Municipal, participar de capacitações e, no mínimo, 70% dos expositores devem ser moradores do bairro (G1 ES, 2017).

Segundo a população, atualmente, essas feiras acontecem esporadicamente no bairro. Os moradores envolvidos em pequenas atividades comerciais no local precisam de espaços, para expor seus produtos e ganhar destaque e clientes. Logo, a feira comunitária atua como uma forma de gerar trabalho para esses moradores locais

Existem, em Jesus de Nazareth, muitos sinais de atividades comerciais informais. Ao caminhar pelo bairro, é possível notar, nas paredes e muros das casas, placas de “Vende-se”, informando algum produto produzido naquele local, como pão caseiro, chup-chup e outros. Assim como pequenos pontos abertos junto das casas com a presença de um bar, ou uma pequena quitanda, que possui de tudo um pouco, para atender os moradores em emergências. Também vemos mulheres nas portas da casa realizando algum trabalho manual, como ponto cruz e crochê.

Gabarito das edificações

O bairro não possui um levantamento preciso do gabarito das edificações. Segundo a Prefeitura de Vitória (VITÓRIA, 2012), há uma predominância de edificações de 1 a 3 pavimentos com alguns casos de edificações de 4 a 6 pavimentos. Mas, ao caminhar pelo bairro, é possível notar que muitas das edificações atualmente foram modificadas pelos moradores nos últimos anos e já se encaixam no perfil de 4 a 6 pavimentos, principalmente nas áreas do bairro que estão melhores servidas por vias de acesso e próximas da orla marítima (Figura 41).

Figura 41: Edificação Bar do Bigode, com 5 pavimentos (último pavimento recentemente adicionado) e rua com edificações entre 3 e 4 pavimentos

Fonte: acervo da autora, 2018.

O crescimento vertical das residências reflete a falta de espaço horizontal para a expansão do território. Com o crescimento das famílias, ou pela possibilidade de aumentar a renda familiar com um aluguel, vão sendo adicionados mais pavimentos as edificações. Esse crescimento, geralmente, acontece irregularmente, sem o acompanhamento técnico, para garantir a segurança dessas edificações, representando um risco para a população em geral.

A combinação de edificações de gabarito elevado com ruas, becos e escadarias estreitas pode criar um ambiente urbano insalubre e desconfortável. Entretanto, é possível notar nas vias do bairro a preocupação e o cuidado da população em criar uma ambiência de qualidade para o entorno de sua casa. Ao inserirem canteiros e vegetação na frente da residência, pintarem as ruas e escadarias, criarem painéis artísticos nos muros das casas e limparem as ruas limpas, a população trabalha para promover mais qualidade espacial para o bairro.

4.4 ASPECTOS PAISAGÍSTICOS

O contexto paisagístico em que o bairro Jesus de Nazareth está localizado se tornou um grande diferencial e parte fundamental da identidade dessa comunidade. Os moradores sentem orgulho do contexto visual privilegiado em que estão inseridos, sendo que, os elementos que fazem parte dessa paisagem estão no discurso diário dessa população ao descreverem sobre o bairro e sua identidade.

Fundo Cênico

O bairro está cercado de visuais amplas com elementos significativos, por ser um morro localizado em um conjunto de montanhas cobertas por vegetação, na beira do mar, com barcos e navios circulando diariamente. Essa composição natural está em contraste com a área urbanizada, que possui edificações de variadas tipologias, além de importantes marcos visuais, como o Convento da Penha e a Terceira Ponte (Figura 42).

Figura 42: Paisagem da Baia de Vitória (a partir do alto do Convento da Penha), como plano de fundo que envolve o bairro Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2017.

Jesus de Nazareth faz parte dessa paisagem mais ampla, principalmente, quando se observa o cenário da baía de Vitória a partir de pontos mais elevados como no alto do Convento ou da ponte. Essa ampla paisagem é o plano de fundo

da vida dos moradores do bairro, é através dessa perspectiva que eles se veem dentro da cidade.

Elementos Cênicos

O bairro, mesmo sendo uma ocupação irregular, manteve importantes componentes naturais que compõe sua paisagem, processo esse detalhado na análise ambiental. Como a área de mata com o afloramento rochoso denominado pelos moradores como Pedrão, e a Prainha, ou Praia da Castanheira por causa da árvore que foi mantida na calçada da orla da praia. São esses os principais elementos cênicos que fazem parte da identidade visual e se tornam marcos referenciais do bairro (Figura 43).

Figura 43: Vista do "Pedrão" e da mata a partir da Avenida Leitão da Silva (a esquerda), Vista da Praia da Castanheira (a direita)

Fonte: acervo da autora, 2018.

O conjunto desses elementos caracteriza Jesus de Nazareth e são descritos pelos moradores como um privilégio, assim como os visuais que são possíveis a partir desses. A representação do bairro através do olhar das crianças evidenciou como esses elementos se incorporaram como parte da paisagem (Figura 44). Nota-se a preocupação da população em preservar essa natureza, em um constante aprendizado de valorização da paisagem.

Figura 44: Desenho realizado por aluno da EMEF Edna de Mattos da Praia da Castanheira na pesquisa "Meu Lugar"

Fonte: acervo da autora, 2018.

Emergências Visuais

O bairro possui importantes áreas que permitem uma vista privilegiada e ampla que abrange as cidades de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Conforme apresentado anteriormente, também é possível ter o visual do Convento da Penha, da Terceira Ponte e dos diversos elementos naturais do entorno, especialmente, em locais como a Praia da Castanheira, a Casa Branca e as Torres, que ainda serão melhores caracterizados pelo potencial de se tornarem espaços livres com infraestrutura de lazer para os moradores.

Além destes pontos principais que permitem o visual da paisagem do entorno, os percursos do bairro, entre edificações e escadarias, estão repletos de aberturas que permitem belos visuais (Figura 45). Essas aberturas podem ser consideradas como verdadeiras emergências visuais, a janela de muitas das residências de Jesus de Nazareth são uma verdadeira obra de arte viva.

Figura 45: Emergências visuais dos elementos naturais percebidos nos percursos de Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

Marcos Visuais

Somado a essa paisagem visual, existem elementos construídos que se destacam como pontos de referência, marcando a identidade do bairro e até mesmo direcionando os moradores em seus percursos diários (Figura 46).

Figura 46: Alguns dos marcos visuais de Jesus de Nazareth: as torres, o Bar do Bigode, a Igreja Nossa Senhora de Fátima e a Escadaria Natália Faria (da esquerda para direita)

Fonte: acervo da autora, 2018.

O elemento de mais destaque no bairro são as torres de energia localizadas no Pedrão no alto do morro. Um equipamento de infraestrutura urbana que se tornou parte da identidade visual do bairro.

Algumas edificações também se destacam, pelo valor simbólico que agregaram com o passar do tempo. Dentre elas, estão alguns bares, a exemplo do Bar do Bigode e o Bar do Zath. As igrejas católicas, por possuírem templos próprios, também se tornaram marcos visual nos trajetos do bairro.

Os elementos construídos relacionados com o mar também são marcos que constroem a percepção da paisagem dos moradores como os barcos atracados na pequena praia da Castanheira e no Píer da Praia do Suá, além do próprio Píer que existe no bairro, ligando a quadra com a Prainha.

O bairro possui muitas escadarias, mas algumas se destacam pela importância que exercem na mobilidade local. Um exemplo é a Escadaria Natália Silva de Faria que corta a Matinha, permitindo o acesso ao bairro pela Praia do Suá,. Assim, ela se torna um importante marco e uma referência para a identidade visual do bairro.

4.5 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

A análise dos aspectos socioculturais dos espaços livres exprime o anseio por captar a relação das pessoas com o lugar e a perspectiva individual e coletiva de uma população sobre sua realidade. Essa leitura subjetiva é capaz de revelar a significação própria que cada lugar possui para sua comunidade, de acordo com sua atuação na cidade, tanto as que ocorreram no processo de desenvolvimento, quanto as pretensões de transformações futuras.

Jesus de Nazareth possui um forte senso de comunidade, fortalecido por iniciativas individuais e coletivas que atuam de forma autônoma para promover pequenas melhorias positivas no cotidiano do bairro e de seus moradores. A maior parte dessa população tem opiniões fortes e decididas sobre o ideal de cidade que desejam alcançar para seu bairro.

As atividades de pesquisas realizadas neste estudo cuidaram em registrar os discursos de diferentes moradores, das crianças aos adultos. A caracterização das relações sociais que envolvem o espaço do bairro é fruto do que a população expressou nos questionários e nos espaços de discursos criados pelas ações da pesquisa.

Além da sua paisagem singular, a comunidade também soma como parte da identidade do bairro Jesus de Nazareth. A começar pelo sentimento de satisfação que é comum à grande parte dos moradores, justificado por diferentes motivos, como:

- **Localização:** o contexto paisagístico de belas vistas, econômico, de infraestrutura e serviços do entorno. Assim como a facilidade de acesso, segundo a população.
  "*Nós temos o privilégio de estar perto de tudo: praia, mercado, hospital etc.* (Linderval Viana Silva, 2018)".
- **Comunidade:** a boa relação entre os moradores, os fortes laços de amizade, o sentimento de comunidade, o caráter familiar do bairro, representam um "povo feliz" que trabalha para gerar melhorias.
  "*Porque as pessoas tem um trabalho muito bom de melhorias* (Lucineire Alexandrino)".
- **Tranquilidade:** essa forte relação de comunidade, e o caráter familiar proporcionam aos moradores a sensação do bairro é calmo e tranquilo, com boas pessoas.
  "*Além da beleza é um bairro formado por grandes famílias que traz uma tranquilidade também fácil acesso* (Elza Soares Cupertino)".
- **Serviços:** a oferta de serviços públicos básicos, como escola e posto de saúde, com equipamentos localizados dentro da comunidade, também é um dos motivos que justificam a permanência dos moradores no bairro.
  "*Porque o atendimento de posto de saúde é bom e por ser um lugar tranquilo de morar* (Livia Iasmin Teixeira)".

Dos moradores entrevistados durante a pesquisa, a maioria se declarou satisfeita em morar no bairro. Para os poucos moradores insatisfeitos, os problemas presentes que se destacam na comunidade são descritos como:

"*Falta de qualidade de vida, tráfego de drogas, falta de educação, rumo ao mundo das drogas com menores de 18* (Anônimo)".

"*Aqui o problema do lixo é muito grande, o que dificulta a paisagem e a moradia.* (Breno de Paula Silva)".

Mesmo gostando de morar no bairro, os moradores estão prontos para apontar o que consideram que está faltando e o que poderia ser feito para melhorar o espaço e a vida da população. As principais reclamações podem ser agrupadas em três grupos:

- **Lazer:** existe uma carência de áreas para lazer e recreação no bairro, e, dentre as indicações de possíveis espaços e atividades, estão: campo de futebol, campo society, lugar para festas e para projetos destinados às crianças e às famílias;
- **Infraestrutura:** o problema do lixo, a falta de equipamentos públicos, de rede adequada de esgoto e de manutenção dos serviços existentes, de estacionamento e de ruas até a parte alta do morro;
- **Identidade do bairro:** faltam projetos para mostrar o que há de melhor no bairro.

"*Acredito que o bairro tem possibilidade de usar os espaços existentes para melhorar sua estrutura* (Noéli Martins do Nacimento)".

"*Um projeto que se destaca para mostrar que o bairro produz frutos bons* (Maria Elisa Silva dos Santos)".

Diante das principais reclamações identificadas no bairro pelos moradores, foram indicadas algumas propostas de ações de melhoria sugeridas pelos moradores, como necessárias para os tópicos apresentados como problemáticos no bairro (Tabela 10).

Tabela 10: Relação das propostas de melhorias dos moradores, segundo a pesquisa

PROPOSTAS DOS MORADORES DE MELHORIAS PARA JESUS DE NAZARETH	
Espaços Livres	Parques, eventos culturais, dar finalidade às áreas abandonadas, conscientização cultural, praça, campo de futebol, lazer para as crianças.
Comunidade	"Poderíamos ter uma política local coletiva (Fernando Martins Ribeiro, 2018)." "Fortalecer a associação comunitária (Dilson Vitorino Silva, 2018)."
Moradores/Manutenção	Cuidar do bairro, reeducação dos moradores, lei do silêncio deveria vigorar mais. "Os moradores colaborem com a limpeza (José Antônio Gomes)."
Limpeza/ Infraestrutura	Limpar, tirar o mato de terrenos vazios; limpar a praia (lixo e esgoto), aumentar a frequência do ônibus 102, melhorar a rede de esgoto, reformar a quadra.
Serviços/ Projetos	Projetos para crianças e gestantes, atendimento médico, ter cursos, melhorar as ruas, construir campo society no casarão, escola de aprendizagem, educação infantil.

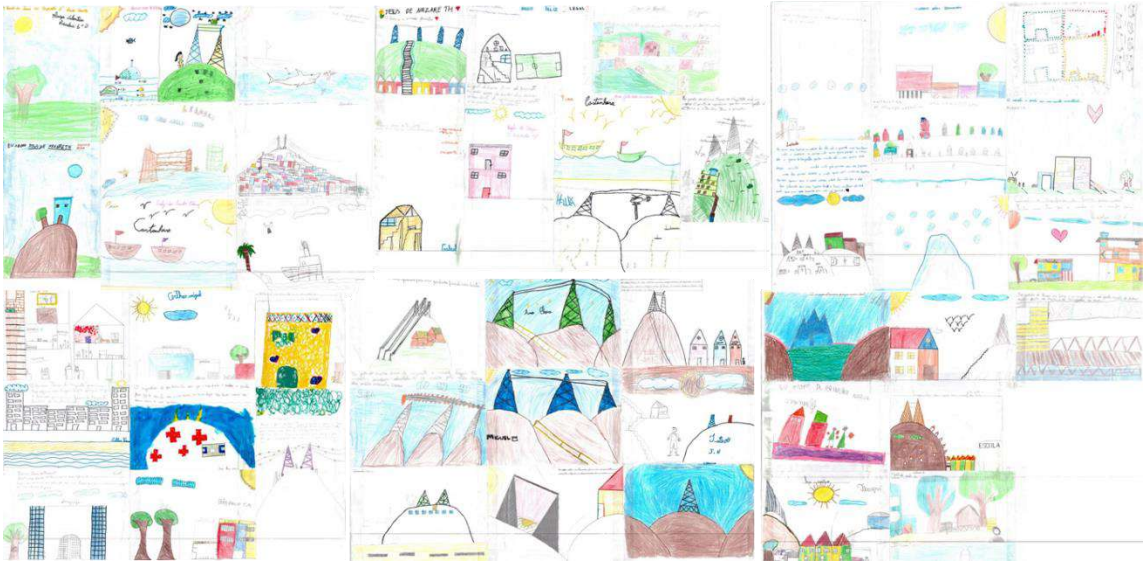
Fonte: acervo da autora, 2018.

Imagem do bairro

Conforme considerado anteriormente, no capítulo 3, a imagem de um lugar se decalca sobre a materialidade, mas não se limita a isso, pois abrange também a configuração identitária, as representações e as práticas sociais que configuram determinado espaço. A pesquisa propôs atividades a fim de determinar alguns dos elementos que compõem essa imagem local para do bairro Jesus de Nazareth.

Na primeira atividade realizada durante a pesquisa "Meu Lugar", os alunos da EMEF Edna de Mattos tinham como desafio representar, através de uma palavra, frase ou desenho, o significado do bairro Jesus de Nazareth. Os resultados obtidos são ricos de detalhes, mas, em geral, destacam os mesmos elementos como identidade local: o morro, as torres e a Praia das Castanheiras (Figura 46).

Figura 47: Desenhos gerados na atividade quadro de palavras realizada na pesquisa "Meu Lugar"



Fonte: acervo da autora, 2018.

De acordo com o que foi descrito pelos moradores nos questionários, os elementos que se destacam como identidade do bairro e da comunidade são:

- Praia das Castanheiras, e a vista do convento;
- Escadarias, Torres e Bar do Bigode;
- Eventos e festas: do vinil, aniversário do bairro e dia das crianças;
- Formação familiar e comunitária.

Estes elementos e outros aspectos relacionados à identidade do bairro que foram identificados durante a pesquisa de campo são listados e melhores descritos a seguir, destacando-se, principalmente, a atuação social e comunitária da população em construir seu espaço.

Religiosidade

O bairro possui uma forte presença religiosa, desde igrejas espalhadas pela comunidade, com salão no pavimento térreo de algumas residências a eventos religiosos. A começar pelo seu nome, "Jesus de Nazareth", o qual foi concedido pelo senhor João Padilha, antigo morador e liderança comunitária que coordenou a ocupação na origem do bairro (SILVA, 2013). As igrejas de mais destaque na paisagem do bairro são os templos católicos, por possuírem edificações próprias (Figura 48).

Figura 48: Igrejas Católicas São Francisco, Nossa Senhora de Lurdes e Nossa Senhora de Fátima presentes no bairro (da esquerda para direita)

Fonte: acervo da autora, 2018.

Assim, em especial para as crianças, essa religiosidade que está imbuída no nome e na presença de igrejas no bairro faz parte do significado de Jesus de Nazareth. Como podemos observar na declaração de Erick**:** "*Jesus de Nazareth para mim é um lugar que podemos orar, além de ser um lugar que tem muitas igrejas do significado de Jesus*."

Sensação de Segurança (Mídia x Moradores)

Falar de favela para muitas pessoas é sinônimo de violência e insegurança. Essa relação acontece, às vezes até sem nos darmos conta. Parte pode ser justificada pela estigmatização que essa população sofre. De acordo com Valladares (2001, p. 8 apud GAMA, 2006:

> [...] é importante assinalar que o termo favelado, originalmente qualitativo de lugar, passou a designar uma classificação social. No campo das representações sociais, o residente de uma favela pertence não apenas ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas sociais. Com a crescente difusão da imagem da favela como enclave, como espaço social territorializado, parece reafirmar a idéia de que a pobreza engendra a pobreza, e a pobreza engendra os problemas sociais. Não estaríamos diante de um círculo vicioso clássico da estigmatização?

Na contemporaneidade, as cidades brasileiras, de forma geral, estão cheias de ocorrências criminais, que limitam a apropriação pública dos espaços livres urbanos.

Considerar a sensação de segurança proporcionada por um espaço significa medir o conforto e o convite à apropriação que um lugar é capaz de exercer.

Assim, a seguir, serão apresentados alguns casos de violência ocorridos no bairro Jesus de Nazareth. Não com a intenção de contribuir para a uma imagem negativa do bairro, e sim para refletir sobre os contrastes existentes entre a imagem construída, geralmente pela mídia, e a percepção da população sobre como esse assunto influencia a apropriação dos espaços livres.

Ao acompanhar algumas reportagens sobre o bairro Jesus de Nazareth, foi possível notar que, sempre que a mídia relata uma ação positiva realizada pelos moradores, ela é envolta em um discurso de iniciativa contra a violência. Sendo que, segundo o que observamos no bairro e no discurso dos moradores, a violência não é considerada como um problema de importância no contexto do local.

Mesmo assim, como visitante da comunidade, há uma sensação de insegurança em circular livremente pelo bairro. Sensação essa construída por uma cultura de estigmatização dos morros, com a mídia destacando apenas esse aspecto.

Algumas práticas observadas no próprio bairro podem parecer negativas para visitantes, como a presença de pessoas em alguns locais do bairro com rádios de comunicação. Mesmo assim, a atitude desses em relação ao bairro e aos moradores, mais do que uma imagem de violência, representam uma organização do território para controle da violência. O discurso que predomina em relação a esse cenário é: “a gente não mexe com eles e eles não mexem com a gente”.

Devido à morfologia do bairro, a polícia não tem acesso à parte mais alta, a qual não possui ruas com acesso a automóveis. E o patrulhamento é realizado a pé pelos policiais. Muitas vezes, essas visitas acabam gerando conflitos no bairro, como aconteceu em 2018, quando, em agosto, em uma das operações da Polícia Militar, dois menores de idade suspeitos de tráfego de drogas foram detidos no bairro.

A ação da Polícia teve início após uma denúncia da presença de homens armados circulando pelos becos e escadarias, especialmente, nas Torres. Os adolescentes apreendidos com drogas foram levados para a Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei (LINHARES, 2018). A operação acabou com tiroteio, mas,

segundo os depoimentos registrados na reportagem do G1 ES (2018), existe um conflito sobre o que motivou este tiroteio. A declaração dos trabalhadores, servidores públicos de limpeza, que foram atingidos, é de que a Polícia chegou atirando. Já os policiais afirmam que apenas reagiram ao ataque dos criminosos. O ocorrido foi pouco antes do Desafio das Escadarias, e o bairro estava recebendo ações de limpeza para preparar o espaço para o evento.

Ao relatar sobre os problemas do bairro, são poucos os moradores que apontam a insegurança como um problema. Ao ser questionado sobre o significado do bairro Jesus de Nazareth, uma das crianças que participou da pesquisa na escola respondeu da seguinte forma:

> *Eu penso:*
> *Quando eu penso no bairro Jesus de Nazareth eu penso em Jesus, eu penso na minha casa. Eu não ligo pelo o que as pessoas falam quando ouvem esse nome: 'Ah! É perigoso. Como vocês aguentam morar lá?'. Mas eu sei que para quem está de fora acha que é perigoso, mas não é, e eu gostaria de provar isso* (anônimo, com correções ortográficas da autora).

Associação de Moradores - Liderança Comunitária

A associação de moradores trabalha para proporcionar o melhor ambiente possível para o bairro através de providências destinadas à manutenção e melhorias na infraestrutura local; promovendo parcerias capazes de fornecer projetos sociais para a população; assim como a conscientização cidadã da população quanto à apropriação dos espaços e dos serviços do bairro, e a manutenção desses através das ações diárias.

Visitando o bairro, acompanhada do líder comunitário, foi possível notar o engajamento desse com os problemas da comunidade e o bom relacionamento com os moradores. Desde o acompanhamento de serviços de infraestrutura, quanto a entender as necessidades pessoais dos moradores, percebe-se nas palavras e ações da liderança do bairro um desejo de melhorias espaciais e sociais que lhes enche de orgulho e brilho nos olhos.

Projeto "Tour no Morro Jesus de Nazareth"

O projeto teve início como uma proposta da comunidade para realizar alguma ação de valorização das paisagens e cultura local. O primeiro tour foi realizado

despretensiosamente pelo Fernando Martins ao acompanhar visitantes, interessados em investir em projetos sociais para os moradores, que desejam conhecer melhor o bairro. Dessa experiência, surgiu o interesse em realizar um curso de turismo e conhecer melhor a história do bairro e do seu entorno para compartilhá-la. A Prefeitura de Vitória realizou, por certo tempo, um trabalho de incentivo ao turismo no local, com oficinas e propostas de ações, mas não teve prosseguimento.

Para melhor estruturar o projeto, o Fernando Martins visitou outras favelas no Rio de Janeiro e estudou como acontecia o turismo guiado nestas comunidades. Após isso, o projeto foi nomeado como “Tour no Morro Jesus de Nazareth”, e, assim, começou a promover visitas guiadas aos turistas e moradores da Grande Vitória para conhecer o bairro.

Seu objetivo é proporcionar um turismo de experiência, para mostrar aos visitantes o contexto do morador, como esses vivem e se apropriam dos espaços da comunidade e seus desafios cotidianos, através de ações que permitam o envolvimento do turista. O percurso realizado nesse local é denominado como trilha urbana, porque acontece em meio à urbanização.

O Fernando Martins, com o projeto Tour no Morro, atua como uma ponte para o bairro Jesus de Nazareth. Muitas pessoas o procuram, com o interesse de realizar projetos e pesquisas acadêmicas no bairro. O contexto do local é, então, apresentado através de uma visita, com indicação da história, dos problemas e das propostas já existentes resultantes de estudos anteriores. Ele apresenta esses interessados também para outros agentes do bairro, como a direção da escola Edna de Mattos e a liderança comunitária.

A realização do tour pela comunidade também é uma oportunidade de incentivo à renda local, indicando os serviços oferecidos pelos moradores, como artesanato, pão caseiro, os bares e outros diferentes pontos de vendas. As pessoas têm certo receio de mostrar aquilo que fazem, mas muitas no bairro trabalham com artesanato.

> A gente tenta quebrar aquilo que a mídia apresenta na televisão de que o morro só tem traficante, que o morro só tem vagabundo. A gente mostra para mídia que a gente tem estudantes, que a gente tem profissionais, a gente tem pessoas que tem o desenvolvimento, que tem talento (Fernando Martins, 2018).

Parte dos recursos adquiridos com a realização das visitas no morro é investido em projetos na comunidade. As ações mais importantes promovidas pelo projeto são em investimentos na melhoria da infraestrutura do bairro e em eventos para a comunidade, a exemplo da pintura das escadarias, das sessões do Cine Pipoca, da entrega de presentes para as crianças em eventos, dentre outros.

> Aprendi que o Turismo é um importante gerador de divisas capaz de gerar oportunidades de trabalho e renda e de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos de nosso território. Um compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social" (Fernando Martins, Tour no Morro, 2015).

Projeto "Eu acredito em mim"

Consiste em uma iniciativa sem fins lucrativos que atua como escolinha de futebol para crianças de 10 a 17 anos da comunidade de Jesus de Nazareth. O projeto é coordenado por Luciano Oliveira Madalena, morador do bairro e ex-presidente comunitário, com apoio de outros moradores. Com o projeto, o time do bairro participa de campeonatos regionais de futebol, representando a comunidade.

Segundo Madalena, mais do que ensinar a jogar bola, o objetivo do projeto é criar um ambiente seguro para o desenvolvimento das crianças em tempo extraescolar, com a realização de esportes, lazer, incentivos ao desempenho escolar, orientação e aconselhamento. Existe também a preocupação em dar atenção à situação familiar das crianças participantes.

Projeto Caverna do Adulão

Projeto social que atua com as crianças, os jovens, os adolescentes e os adultos da comunidade, promovendo inclusão social no esporte e na sociedade. É coordenado pelo professor e atleta Igor Wanzeller, que oferece aulas gratuitas de Jiu Jitsu nas dependências da antiga escola Edna de Mattos. O projeto já apresenta frutos com nomes reconhecidos, a exemplo de Daniel Lima e Savio Faria.

Associação Mão na Massa

A iniciativa teve sua origem influenciada pela agente comunitária de saúde Maria Helena, moradora de Jesus de Nazareth. Durante seu trabalho de assistência nas casas, ela sentiu a necessidade de promover melhorias para as famílias carentes do

bairro. Hoje, a associação promove ações de apoio cultural e social, que dependem da doação e de participação de voluntários.

A associação também se reúne nas dependências da antiga escola Edna de Mattos, utilizando o espaço para promover cursos e atividades para os moradores, entre outras ações, como doações de roupas, eletrodomésticos, excursões de visitas com as crianças, atividades culturais, de lazer etc.

RL Eventos

Coordenado por um antigo morador e assessor político, a instituição promove eventos na comunidade em parceria com outros projetos e instituições. Com ações que visam à arrecadação de recursos para patrocinar atividades sociais, a exemplo do evento “Moqueca e Samba”, rifas e outros.

Ações sociais

O bairro Jesus de Nazareth recebe frequentemente ações sociais, com o intuito de proporcionar serviços assistenciais para os moradores. Um exemplo é o evento que aconteceu em março de 2018, das 08 às 12 horas na EMEF Edna de Mattos, denominado “Dia de Cidadania”. A ação contou com serviços, como medição de pressão, posto de informação dos Bombeiros, teatro com a Guarda Municipal com jogo interativo sobre educação no trânsito, negociação de dívidas com o Procon, inscrição para tarifa social da Cesan e instruções para microempreendedores. Além dos serviços oferecidos o evento contou com música ao vivo com banda da comunidade, a Herança Negra.

Estes projetos e ações desenvolvidas pelos moradores no bairro representam a atuação de uma comunidade capaz de refletir sobre seus problemas e necessidades e que realiza esforços para trazer melhorias práticas.

O trabalho de cada uma dessas iniciativas é visto na infraestrutura do bairro, assim como na vida dos moradores, fortalecendo os laços comunitários e a sociabilidade existente no lugar.

Segue algumas das transformações positivas dos espaços livres promovidas pelos moradores:

Pintura das Escadarias

Parte dos projetos promovidos pelo “Tour no Morro Jesus de Nazareth”, as escadarias decoradas são identificadas como parte da identidade do bairro. Personalizam os espaços livres do bairro e promovem cor e vida aos caminhos estreitos e de difícil acesso. Também tem sido adotada como uma alternativa para conscientização dos moradores da importância da limpeza local e da manutenção e construção do espaço como parte da vida cotidiana.

A ação consiste na limpeza das escadarias, na aquisição de tintas, com parcerias e com parte dos recursos gerados com o turismo, e na pintura com a participação dos moradores. Todos se envolvem com o objetivo de trazer melhorias para o espaço cotidiano. Com a pintura, cria-se uma demanda maior pela manutenção das escadarias de frente para cada casa, inibindo o acúmulo de lixo.

O bairro possui muitas escadarias, o que demanda uma constante renovação da pintura das que possuem maior fluxo de circulação. A reforma das pinturas das escadarias, que sempre apresentam um novo trabalho artístico, proporciona a constante renovação estética desses lugares, tornando-os mais atrativos ao uso e apropriação (Figura 49).

Figura 49: Escadarias pintadas em ações promovidas pelo Tour no Morro com participação dos moradores

Fonte: Fernando Martins, Tour no Morro (201?).

Incentivo a comunicação visual local

O bairro é rico em painéis de arte com pinturas de grafite, que foram desenvolvidos no decorrer dos anos. Ao caminhar por ele, essas obras de arte ao ar livre se destacam, criando uma identidade visual para determinados espaços, becos ou escadarias.

Dentre os painéis de grafite encontrados no bairro, os que mais se destacam são: o localizado no muro de entrada ao bairro pela Rua Afonso Sarlo e o trabalho realizado na Praça Fernanda de Jesus, ou Terreirão (Figura 50).

Figura 50: Painéis artísticos criados por moradores de Jesus de Nazareth. Painel na entrada da Rua Afonso Sarlo (em cima) e painéis na Praça Fernanda de Jesus (em baixo)

Fonte: Fernando Martins - Tour no Morro Jesus de Nazareth, 201?.

O Desafio das Escadarias

Aconteceu, no domingo dia 23 de setembro de 2018, o primeiro “Desafio das Escadarias”. Com o slogan “Jesus de Nazareth, Desafio das Escadarias, 345 degraus de emoção”. Tendo o objetivo de gerar visualização e reconhecimento para as riquezas locais, o desafio consistiu em uma corrida pelas escadarias em um

trajeto, que, no total, somaram 345 degraus, tendo como meta o topo do morro, onde há as torres de energia.

Idealizado por Fernando Martins (Tour no Morro) para acontecer inicialmente em março de 2019[27], o projeto envolveu todo um processo de preparação que só possibilitou sua idealização em setembro. Foram necessários mutirões de limpeza e a pintura das escadarias, a fim de preparar o bairro para receber a atividade. As escadas foram enriquecidas com palavras de motivação para os participantes da corrida, assim como para os moradores que estão diariamente em contato com esses espaços.

O evento foi uma oportunidade de mostrar para os visitantes, assim como reforçar para os moradores, que o bairro tem o seu valor como comunidade, proporcionando atividade de lazer e interação entre os moradores e visitantes que encheram de vida o espaço.

Festas

As principais festas realizadas no bairro e que se destacam como parte da identidade da comunidade são as de aniversário do bairro e o Encontro do Vinil. Estas festas e eventos acontecem na quadra do bairro e na área do Casarão.

A festa de aniversário do bairro não possui uma data fixa para acontecer, são realizadas no mês de junho e contam com um final de semana de atividades variadas para atender diferentes públicos. A programação normalmente consiste em atrações gospels na sexta-feira, no sábado atrações variadas, e no domingo o Encontro do Vinil.

O Encontro do Vinil é organizado e realizado pelos moradores do bairro, mas também reúne amigos do local. Trata-se de uma festa com músicas que foram sucesso nos anos 80 e 90.

Assim, observando as práticas socioespaciais dessa comunidade, resumidamente apresentadas nesta análise e como base nos discursos coletados junto dos moradores, os principais locais que recebem os encontros sociais e atividades de

[27] De acordo com depoimentos coletados pela pesquisa, na reunião de planejamento das ações de 2018.

lazer no bairro e que atuam como os espaços livres para a população foram relacionados na tabela a seguir (Tabela 11):

Tabela 11: Relação dos locais, atividades e frequência das práticas socioespaciais segundo os moradores

PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS SEGUNDO OS MORADORES		
LOCAL (Onde?)	**TIPO DE ATIVIDADE (O que?)**	**Quando?**
Quadra do bairro (ao lado do Residencial Mar Azul)	Brincadeiras, oficinas artesanais, futebol, atividades de lazer, eventos comunitários e religiosos, Festas do bairro etc.	As atividades de lazer são mais frequentes nos finais de semana; Na semana de terça a quinta-feira; Eventos e festas são temporais.
Praia da Castanheira	Natação, remo, caiaque, pesca, encontro com os amigos	Aos finais de semana
Casarão	Academia popular, encontro com amigos, eventos, festa do bairro, feira comunitária.	Temporais (quando promovem)
Ponto Final	Encontros sociais e atividades comerciais.	Todos os dias
Igreja	Cultos e encontros sociais.	Dias de culto
Residencial Mar Azul	Encontros sociais com os amigos.	Todos os dias
Bar		Aos finais de semana
Píer		
Torres		

Fonte: acervo da autora, 2018.

Conforme proposto no capítulo 3, neste estudo a análise e avaliação dos espaços livres na ZEIS do bairro Jesus de Nazareth não se concentraria apenas nas áreas do bairro que podem ser delimitadas como espaços livres, sob a perspectiva da cidade informal, mas partiria da análise e da caracterização dos aspectos socioambientais, urbanísticos, paisagísticos e socioculturais do espaço como um todo, para depois identificar as áreas que podem ser consideradas como espaços livres para o contexto do bairro, segundo seus moradores.

A análise e avaliação dos espaços de Jesus de Nazareth, com foco nos espaços livres e nas relações que esses contêm, possibilitou identificar as principais características do bairro e de sua população. As principais informações apresentadas na avaliação podem ser sintetizadas no mapa a seguir (Figura 51).

Figura 51: Mapa síntese da análise dos espaços livres de Jesus de Nazareth

Fonte: GEOBASES; IJSN, 2014 (adaptado pela autora).

Após o reconhecimento dos espaços livres do bairro Jesus de Nazareth, inseridos no contexto geral, foram identificadas algumas áreas vazias que possuem potencial de receberem projetos de espaços livres para a população. Esses espaços foram escolhidos especialmente pelo desejo dos moradores de se apropriarem destes locais, a fim de suprir as carências quanto às atividades esportivas, de lazer e encontro social. E serão detalhadamente considerados a seguir.

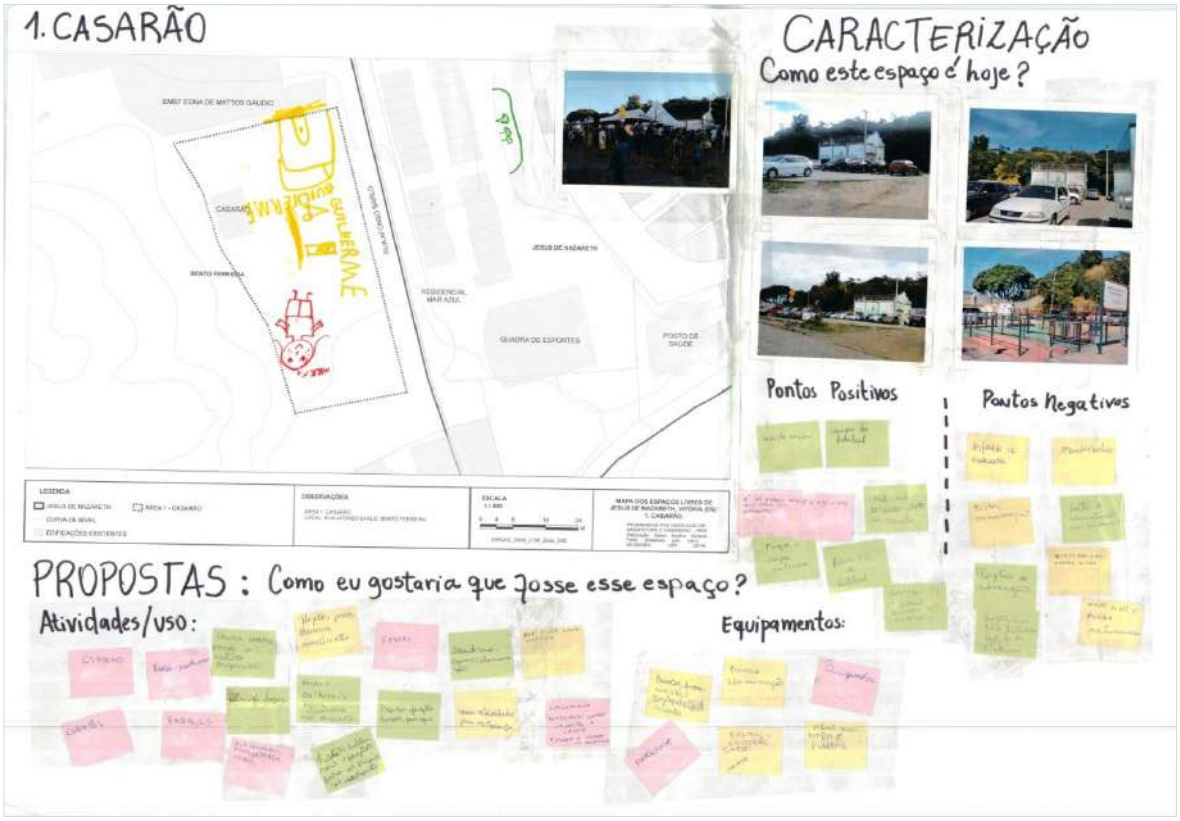
4.6 ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES POTENCIAIS EM JESUS DE NAZARETH

A caracterização das áreas com potencial a se tornarem espaços livres, assim como as propostas de atividades, equipamentos e projetos possíveis para cada uma destas foram determinados pela população que participou da oficina de diagnóstico e mapeamento coletivo realizado junto à comunidade.

1. CASARÃO:

A área denominada como Casarão se localiza no final da Rua Afonso Sarlo, ao lado da escola Edna de Mattos e em frente ao Residencial Mar Azul. Foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Vitória, e faz parte do bairro Bento Ferreira (Figura 52).

Figura 52: Mapa de diagnóstico coletivo da área "1.CASARÃO" gerado em oficina com a participação da comunidade



Fonte: acervo da autora, 2018.

Recebe o nome de Casarão por causa de uma edificação presente no local (Figura 53). Segundo moradores mais antigos, o edifício foi construído por volta da década de 50 e já recebeu diferentes usos. Funcionava inicialmente como uma casa de máquinas, com a estrutura do galpão sendo utilizada pelo Porto de Vitória para

suporte à manutenção e produção de maquinário das atividades portuárias. Posteriormente, passou a funcionar a Superintendência de Segurança Pública. Também serviu de sede administrativa e estoque do Supermercado Boa Praça (SILVA, 2013).

Figura 53: Lote vazio, localizado no bairro Bento Ferreira, com edificação antiga ao fundo denominada pelos moradores de Jesus de Nazareth como Casarão

Fonte: acervo da autora, 2018.

Atualmente, esse galpão se apresenta bem deteriorado e abandonado, mas com muitas propostas de uso e ocupação pela comunidade. Como a proposta do Fernando Martins (2018):

> Quando começamos a fazer a trilha urbana na época, a ideia que a gente teve, que a gente deu para o poder público, é que aquele lugar ali tinha que ser restaurado e ser implantado ali um museu da comunidade de Jesus de Nazareth. E ali a gente colocar salas de oficinas de artesanato do morador. Ponto de referência de que para receber o turismo, mesmo que ele não vá subir o morro para conhecer, mas é um ponto de referência de artesanato de uma comunidade, de histórias de uma comunidade.

A área do Casarão também conta com uma academia popular, que não é muito utilizada pelos moradores, mas passou por reforma no final de 2018, com a troca dos aparelhos.

Um dos problemas enfrentados pelos moradores é quanto ao acesso de veículos à parte mais alta do morro, assim como a falta de espaço para estacionamento. Essa área pelo fácil acesso e espaço livre funciona como estacionamento para os moradores.

As reclamações dos moradores referentes a essa área são principalmente em relação à falta de manutenção e abandono, como o acúmulo de lixo, a falta de pavimentação, a edificação degradada, que esse lugar tão importante para a vida social do bairro sofre, já que, atualmente, essa recebe eventos e festas que acontecem da comunidade

Os próprios moradores definem essa área como um espaço amplo que pode ser melhor aproveitado e reivindicam pela atuação do poder público na melhoria do local. O conflito de limites é um dos motivos, segundo a liderança do bairro, que justificam a falta de investimentos públicos na área para suporte aos moradores de Jesus de Nazareth, uma vez que ela não pertence ao bairro. Sendo apropriada cotidianamente pelos moradores, existem muitas propostas para projetos nesse lugar, segue algumas:

- ✓ Festas culturais para vivência no bairro;
- ✓ “Criar horta para o cultivo orgânico”;
- ✓ Projetos para as crianças e adolescentes;
- ✓ Área de lazer;
- ✓ Parque, praça, parquinho, academia; quadra e campo
- ✓ Ordenar o estacionamento;
- ✓ Banco, árvores, iluminação, vegetação, brinquedos, balanço, escorregador;
- ✓ Esportes, vôlei, futebol e queimada.

2. PRAIA DAS CASTANHEIRAS:

A Praia das Castanheiras é um dos principais espaços do bairro Jesus de Nazareth. Representa a identidade de um morro que é o único de Vitória que possui uma praia particular, e que proporciona vista para os pontos turísticos mais valorizados da Baía de Vitória, o Convento da Penha e a Terceira Ponte.

A região da orla possui valor simbólico para os moradores em diferentes sentidos. As crianças utilizam essa área para o lazer, banho de mar e para nadar. Os adultos também utilizam essa área para natação, pesca e até mesmo para esportes aquáticos como o Caiaque (Figura 54).

Figura 54: Mapa de diagnóstico coletivo da área "2. PRAIA DAS CASTANHEIRAS" gerado em oficina com a participação da comunidade

Fonte: acervo da autora, 2018.

Além da praia em si, que é um espaço livre valorizado pelos moradores, mas carente de infraestrutura, de frente para o mar encontra-se um terreno vazio, ao lado da bomba de esgoto, potencial para gerar estrutura de suporte para atividades realizadas nesse local (Figura 55).

Esse terreno já recebeu proposta de projeto da Prefeitura Municipal de Vitória[28], de área de lazer voltada para as crianças, que não foi executado. (VITÓRIA, 2011). Atualmente, funciona como depósito de lixo e entulho da comunidade. Segundo moradores, o terreno era plano, mas com o acúmulo de entulho foi ganhando relevo. A prefeitura faz a limpeza periódica do local, mas não retira o entulho que se acumula.

[28] Conforme mostrado no capítulo 2 desta dissertação.

Figura 55: Terreno vazio localizado na Praia das Castanheiras em Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

As propostas sugeridas pelos moradores de atividades, uso e equipamentos para o terreno são:

- ✓ Parque para as crianças com escorregador e outros equipamentos;
- ✓ Eventos para as crianças e adolescentes;
- ✓ Local para tomar sol, com cadeira e guarda sol;
- ✓ “Balanço para curtir na beira do mar”;
- ✓ “Fazer tratamento de esgoto na praia”;
- ✓ Deck e mais iluminação;
- ✓ Lazer no verão;
- ✓ Melhorar a poluição visual com píer para os barcos;
- ✓ Escola de construção de canoa (ou barquinho)
- ✓ “Mirante e atividade esportiva como pesca”.

3. CASA BRANCA:

Este terreno denominado como Casa Branca se encontra na parte superior do bairro Jesus de Nazareth e proporciona vista para o leste voltado para Vila Velha, Vitória e Cariacica. Era ocupado por edificações, que foram retiradas com a ação do Projeto Terra no bairro, com as famílias realocadas no Residencial Mar Azul.

Um dessas edificações que existiam nessa área era uma Casa Branca, que, incialmente, foi construída pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), como instalação de comunicação, mas que, posteriormente, passou a ser usada como moradia (SILVA, 2013).

Figura 56: Visuais a partir da área da Casa Branca, no alto de Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

Atualmente, a área é utilizada pelas crianças como área de lazer, já que falta espaço e infraestrutura para atender a população na parte mais alta. O acúmulo de lixo também está presente nesta área, que, segundo os moradores, demanda ações que inibam essa prática. A vista do local também atrai a visita de moradores e turistas (Figura 56).

Figura 57: Mapa de diagnóstico coletivo da área "3. CASA BRANCA" gerado em oficina com a participação da comunidade

Fonte: acervo da autora, 2018.

As propostas sugeridas pelos moradores para esta área do bairro, segundo as declarações extraídas da Figura 57:

- ✓ “Fazer uma praça e manter este espaço limpo”;
- ✓ “Uma praça bonita com parque para as crianças”;
- ✓ “Por brinquedos para as crianças porque não tem”;
- ✓ “Uma praça para ter mais turista para eles ter uma visão melhor”;
- ✓ “Mirante com telescópio para aviões etc.”;
- ✓ “Poderia ser feito uma quadra de esportes”;
- ✓ “Exposição, visitação ao público, museozinho’.

4. TORRES:

No topo do morro, na área de afloramento rochoso exposto denominado como Pedrão, se encontram três torres de energia da Escelsa. O local proporciona uma vista de 360 graus que abrange diferentes cidades do entorno, como grande parte

de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Por isso é considerado como um dos pontos de mais valor turístico do bairro (Figura 58).

Figura 58: Caracterização visual das torres e do Pedrão. Vista das torres a partir da Casa Branca (esquerda), visuais a partir do Pedrão para o Convento e Terceira ponte (direita em cima) e para de Vitória (direita em baixo)

Fonte: acervo da autora, 2018.

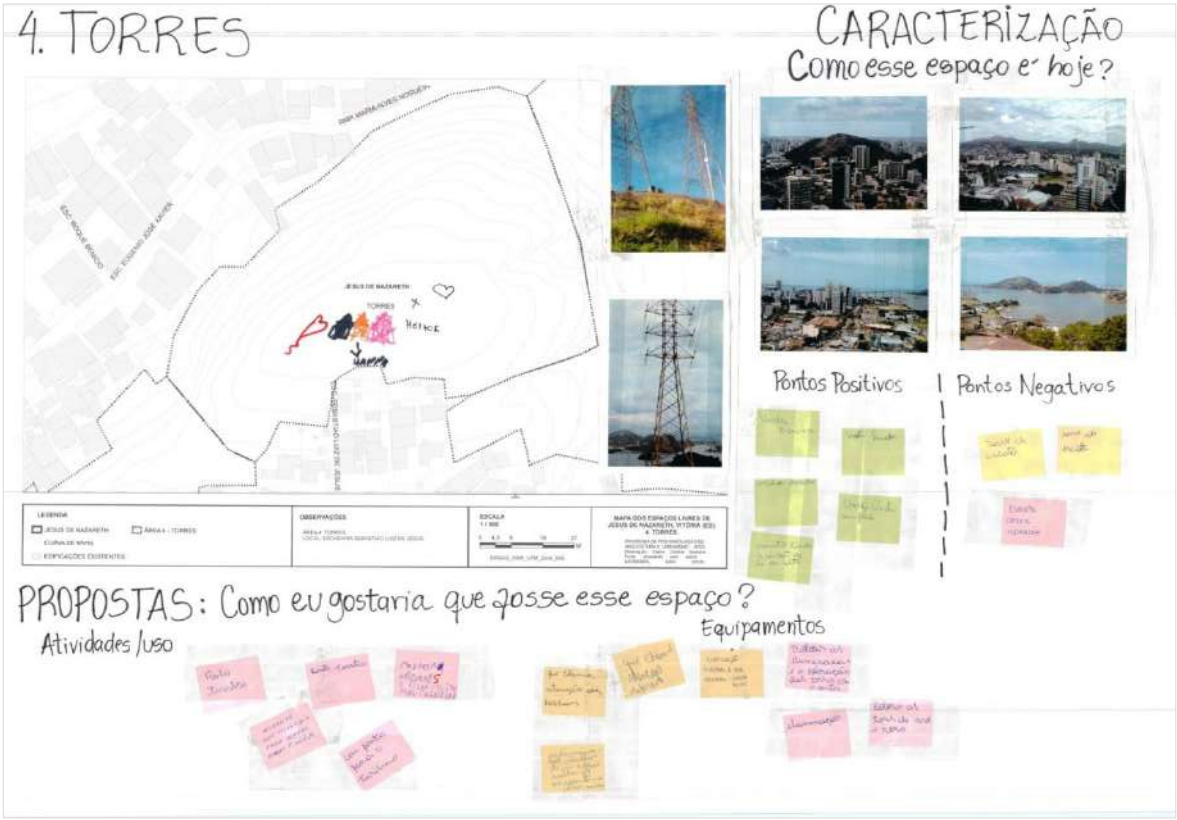
As torres fazem parte da identidade do local, pois são elas que marcam o bairro no cenário da cidade de Vitória. Apresenta um perigo por ser um lugar elevado sem nenhuma proteção e muito frequentado por moradores e turistas.

Possuem também uma imagem negativa ligada ao trafego de drogas como um lugar estratégico de vigilância e controle dos infratores do bairro. Assim, oferecem uma sensação de medo e desconforto para alguns moradores, principalmente, para as crianças.

A partir de 2015, as torres passaram a receber iluminação especial à noite, com refletores coloridos. O projeto foi desenvolvido pela parceria entre o projeto Tour no Morro, a Associação de moradores, e a Hook. Começaram sendo iluminadas com cor vermelha, como uma campanha visando a conscientização da comunidade à prática de uma vida saudável, procurando evitar doenças cardiológicas. Por certo

período, a iluminação ficou sem funcionar, mas no início de 2019 foi ativada novamente.

Figura 59: Mapa de diagnóstico coletivo da área "4. TORRES" gerado em oficina com a participação da comunidade



Fonte: acervo da autora, 2018.

As propostas sugeridas pelos moradores para esta área do bairro, segundo as declarações extraídas da Figura 59:

- ✓ “Que chame a atenção das pessoas”;
- ✓ “Voltar as iluminações e a coloração das torres como antes”;
- ✓ “Ter um espaço melhor para as pessoas ter uma visão melhor”
- ✓ “Um ponto para o turismo”.

5. MATINHA:

A matinha é a área de interesse ambiental do morro, preservada durante o processo de ocupação, pela impossibilidade de ocupação. Mesmo assim, essa área apresentava edificações construídas em estado precário, que também passaram por processo de remoção. A área possui vegetação, que passou por reflorestamento

durante a atuação do Projeto Terra, mas que não proporciona valor ambiental ao lugar (Figura 61). (VITÓRIA, 2011).

Figura 60: Caracterização atual da área da Matinha em Jesus de Nazareth

Fonte: acervo da autora, 2018.

Como descrito pelos moradores no diagnóstico da área (Figura 60), um dos problemas frequentes do bairro é quanto ao descarte do lixo, desde o lixo doméstico até resíduos mais pesados como entulhos, móveis e eletrodomésticos. O maior problema enfrentado por esta área é o acúmulo de lixo e entulho.

Mobilizado por instituições e projetos locais, como o Tour no Morro, a área da Matinha recebeu em julho de 2016 um projeto de requalificação local, desenvolvido pelos próprios moradores, na tentativa de reverter a situação do lixo e criar consciência ambiental nos moradores.

Figura 61: Mapa de diagnóstico coletivo da área "5. MATINHA" gerado em oficina com a participação da comunidade

Fonte: acervo da autora, 2018.

O projeto surgiu pelo interesse dos moradores próximos à matinha, a liderança comunitária e o representando do Tour no Morro, o Fernando Martins, de mudar a paisagem dessa área de interesse ambiental existente na comunidade. A falta do investimento público no local a torna vulnerável ao descaso de parte da população, que acumula lixo e entulho no local, criando focos de mosquitos, ratos e outros perigos para a saúde da população.

Tudo começou com a reunião no local para debater o problema, onde foram tomadas algumas providencias a serem implantadas no local como:

- ✓ Protocolar ofício na Prefeitura Municipal de Vitória pedido para o cercamento da área e limpeza periódica (cada 40 dias);
- ✓ Revitalização provisória do local com a criação de horta comunitária com plantas medicinais com materiais reciclados do local e pintura dos corrimões da escadaria.

Toda a população foi convocada a participar dessa ação, que contou com muitos voluntários. Foi então realizada a limpeza do lixo e entulho do local, a terra foi preparada, a escadaria e corrimões foram pintados, assim como pneus antigos e

garrafas de plástico, distribuídos no local estruturando uma horta escalonada. Tudo o que foi utilizado foi proveniente das doações de moradores, as tintas, o trabalho e a vegetação plantada (Figura 62).

Figura 62: Situação da matinha antes da ação (esquerda) e o desenvolvimento do projeto de transformação do espaço (direita)

Fonte: Fernando Martins – Tour no Morro Jesus de Nazareth, 2016.

Essa ação renovou o espaço, que por um tempo inibiu o acúmulo de lixo como antes. Infelizmente, atualmente, o espaço já está um pouco deteriorado. E, por demandar a manutenção dos moradores, muitas vezes, permanece abandonado por certo período. Mas alguns deles constantemente cuidam da vegetação plantada na horta.

Figura 63: Situação atual da área da mata com acúmulo de lixo (a esquerda), e da horta comunitária (ao centro)

Fonte: acervo da autora, 2018.

Comparado com a dimensão da mata, a ação nessa área que apenas abrange uma pequena porção do território parece insignificante. Mas, na verdade, representa o trabalho constante de uma população que continua construindo, dentro do possível e mesmo diante dos desafios e barreiras que parecem impedir as melhorias. Refletindo sobre essa experiência, Fernando Martins fez a seguinte afirmação:

“Acreditamos que para um lugar ser bom para o Turista, primeiro tem que ser bom para quem vive no local! Assim aos POUCOS com POUCOS vamos preparando este caminho!! (Tour no Morro, 2016).

As propostas geradas na oficina para esta área são:

- ✓ “Poderia melhorar para fazer uma horta”;
- ✓ “Ter mais animais” – Zoológico;
- ✓ “Espaço ecológico como parque”;
- ✓ Área de lazer, playcite, piscina, carrossel;
- ✓ “Uma praça, uso para festas, para as crianças”.

6. TERRENO NA RUA EUGÊNIO JOSÉ XAVIER:

Essa área compreende o lote vazio localizado na parte alta da Rua Eugênio José Xavier foi inicialmente desapropriado pela prefeitura de Vitória para a implantação do Residencial Mar Azul, mas as características topográficas do solo não possibilitaram a construção do projeto no local (Figura 64). Assim, essa área recebeu um projeto de área de lazer com quadra de esportes e área de estar, o reflorestamento e implantação de horta medicinal, conforme já apresentado no capítulo 2 (VITÓRIA, 2011).

Figura 64: Identificação do lote vazio na Rua Eugênio José Xavier. Entrada de acesso (esquerda em cima), vista a partir do terreno (esquerda em baixo) e parte do terreno (direita)

Fonte: acervo da autora, 2018.

O terreno permanece vazio e sem nenhuma ação de apropriação, mas a população que vive em seu entorno possui diversas propostas para o local. Na oficina de diagnóstico coletivo, algumas propostas também foram sugeridas pela população do bairro (Figura 65). As propostas são:

- ✓ “Poderia ser feita uma rua para melhorar para as pessoas que moram na parte alta”;
- ✓ “Conscientização de espaço no bairro”;
- ✓ Atividades esportivas como quadra;
- ✓ Fazer uma pracinha;
- ✓ “Moradia para as pessoas que não tem”.

Figura 65: Mapa de diagnóstico coletivo da área "6. JOSÉ XAVIER" gerado em oficina com a participação da comunidade

Fonte: acervo da autora, 2018.

A oficina de diagnóstico coletivo das áreas livres do bairro Jesus de Nazareth foi realizada, com o propósito principal de tornar conhecidas as áreas com potencial para receber projetos e investimentos.

As propostas dos moradores, segundo sugeridas em cada um dos mapas do levantamento, são aqui registradas, a fim de serem usadas como base para a proposta de diretrizes e projetos futuros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre os espaços livres nas Zonas Especiais de Interesse Social, tendo como base a realidade de Jesus de Nazareth, a noção inicial de que definir os espaços livres e investigá-los é uma tarefa complexa, ficou ainda mais evidente.

Para responder a questão apresentada como problemática inicial deste estudo, “em que medida os espaços livres podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial de Zonas Especiais de Interesse Social?”, foi necessária uma conceituação minuciosa das palavras-chave desta pesquisa: espaços livres, desenvolvimento socioespacial e Zonas Especiais de Interesse Social.

A contextualização desses conceitos na complexidade espacial e social das Zonas Especiais de Interesse Social se mostrou como o diferencial desta pesquisa. Foi possível redirecionar o olhar da análise e avaliação dos espaços livres para além dos famosos modelos aplicados na cidade formal, e caminhar no processo de considerar as particularidades locais dos pequenos recortes territoriais que formam as cidades brasileiras.

Com este estudo, foi possível notar que, antes de serem definidos como ZEIS, os assentamentos irregulares e favelas são lugares produzidos por uma comunidade, e esse trabalho e esforço durante os anos é que caracterizam os espaços atualmente existentes.

Mesmo que as ZEIS desempenhem seu papel como instrumento político de regularização e incentivo a melhorias, as ações realizadas pelo poder público não são suficientes para transformar a realidade socioespacial dessas comunidades. Mas, podem promover o início de um processo de reconhecimento e inclusão de áreas segregadas da cidade nos planos de desenvolvimento urbano.

A integração social que se objetiva promover com as ZEIS não pode ser alcançada apenas com propostas para o espaço físico. Esses locais são cheios de vida e resultados de um trabalho conjunto de uma população, que dedicou esforços em construir seu próprio espaço. Logo, o trabalho e as ações, a cultura, a vida e a voz dessa população deve ser prioridade no planejamento.

Nota-se que inciativas de regularização e intervenções em ZEIS; como o Projeto Terra/ Programa Terra Mais Igual em Vitória, o Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro e o PREZEIS em Recife; mesmo apresentando resultados insuficientes para resolver os problemas de segregação socioespacial e desigualdades sociais, têm conduzido as cidades brasileiras em direção ao direito à cidade, ou pelo menos ao acesso da terra urbanizada e a conquista de alguns direitos sociais. O que promove, aos poucos, mudanças positivas na realidade urbana e, principalmente, conscientiza a sociedade da necessidade de transformação das abordagens referentes ao desenvolvimento, que não devem ser fundamentadas no urbano, e sim no humano e social.

Isso porque, desenvolvimento socioespacial neste estudo, segundo definido por Souza (2006 e 2015), representa a transformação social para melhor, capaz de proporcionar mais qualidade de vida e maior justiça social. Essa mudança social positiva, que se anseia para a cidade e em especial para as ZEIS, não contempla apenas a espacialidade, considerando com igual peso as relações sociais. De modo que, não se deve pensar o espaço sem pensar junto as relações sociais, ou o inverso.

Então, observa-se que **desenvolvimento socioespacial**, como a mudança para melhor ou mudança social positiva, é medido pela **autonomia** de indivíduos e grupos participarem diretamente dos processos decisórios. Condicionados à autonomia estão os parâmetros de **melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social**, que devem ser definidos segundo as particularidades espaciais e sociais de um meio citadino. Mas, de forma simples, a melhoria da qualidade de vida corresponde à satisfação contínua das **necessidades da população**, e justiça social será associada à oportunidade de **participação cidadã direta** em processos decisórios relevantes quanto às relações sociais e o espaço.

Alcançar a autonomia é um processo longo e complexo, mas que deve ser tomado como horizonte do pensamento e ação do desenvolvimento socioespacial. Representa incentivar a atuação direta de uma população na construção dos seus espaços cotidianos, tanto o espaço físico, quanto o espaço político e

ideológico. É permitir aos cidadãos a liberdade e a possibilidade de um pensamento crítico e promover espaços de diálogos.

Assim, fortalecer a autonomia de uma comunidade representa acreditar que, mediante seu amadurecimento crítico e em posse das ferramentas adequadas, ela pode também ser “o agente, o portador ou o suporte social” na criação de uma cidade transformada e renovada.

Os espaços livres são mais complexos e amplos do que parques, praças e ruas. É um conjunto de todo espaço significado por uma população, aberto a participação e promotor da democracia e vida social. Mais do que áreas para projetos, devem ser considerados como ‘’lugares’’ da vida cotidiana. Mesmo as áreas ‘’vazias’’ de infraestrutura e equipamentos possuem um histórico de relação com o espaço vivido que lhes atribui simbolismo e significado, e que surgem das expectativas de uma população, motivada por desejos e necessidades, principalmente de lazer e recreação.

Conforme se observou em Jesus de Nazareth, embora sem espaços livres formais, existe uma vida que se abriga em lugares inesperados, criados por uma comunidade empenhada em promover mudanças, mesmo que através de ações pontuais.

Em muitos bairros, as iniciativas populares de indivíduos, instituições, ONGs e da própria comunidade tem atuado de forma independente em espaços carentes e promovido o objetivo máximo do desenvolvimento socioespacial. Essas ações preparam a população para atuar individualmente e coletivamente no lugar onde vive, promovendo a autonomia.

Para que essa autonomia se torne realidade, demanda-se do indivíduo o conhecimento dos problemas em debate, para que este tenha opinião, liberdade para se expressar livremente e igualdade efetiva de oportunidades na coletividade, que exige justiça social para que sua participação no processo decisório seja efeciente.

Assim, este estudo tendo como objetivo a investigação do espaço; através da análise e avaliação dos seus atributos quanto aos aspectos socioambientais, paisagísticos, urbanísticos e socioculturais; representa o intuito em conhecer a

realidade do bairro Jesus de Nazareth e de sua comunidade, seus problemas e as possíveis soluções. No propósito de levar ao conhecimento da população a análise espacial e social do lugar, através de diferentes perspectivas, a partir da qual estes cidadãos possam aprimorar sua opinião sobre a realidade em que estão inseridos, efetivando sua participação na construção do espaço.

Quanto à metodologia adotada para conduzir este estudo, a pesquisa bibliográfica permitiu estabelecer os referenciais teóricos que o fundamentaram. Como destaco na apresentação, essa pesquisa, inicialmente, surgiu motivada pelo desejo de estudar como se promover a integração socioespacial na cidade, especialmente, entre bairros de realidade socioeconômica diferenciadas, tomando os espaços livres como elemento integrador. Foram os referenciais teóricos pesquisados que permitiram direcionar o estudo, aos poucos, adicionando um novo aspecto a ser considerado sobre o assunto, dando forma a pesquisa e conectando as ideias iniciais.

Mesmo com poucos trabalhos disponíveis que abordavam especificamente as relações estabelecidas entre as principais temáticas do estudo: a relação entre espaços livres, ZEIS e desenvolvimento socioespacial; foi possível tomar pontualmente alguns referenciais e estabelecer entre eles as conexões necessárias para justificar esta pesquisa.

Para a pesquisa em campo, o apanhado de informações levantadas anteriormente por trabalhos acadêmicos, por órgãos públicos, pela mídia e pelos próprios moradores, permitiu concentrar o conteúdo necessário para a realização de trabalhos futuros. E, ao se analisar as informações de diferentes atores sociais, foi possível estabelecer o contraste entre diferentes perspectivas no olhar para o bairro e a comunidade.

Os métodos, procedimentos e ferramentas propostos para a pesquisa em campo foram extraídos de diferentes estudos anteriormente realizados sobre leitura espacial, avaliação de espaços livres, ZEIS e diagnósticos urbanos. Não houve a pretensão de se estabelecer uma nova metodologia específica para os objetivos dessa pesquisa.

Todavia, na busca pela metodologia mais adequada para avaliar os espaços livres em uma Zona Especial de Interesse Social, observou-se a necessidade de adaptar as metodologias existentes às particularidades da cidade informal. Foi necessário combinar diferentes abordagens metodológicas, e adequá-las ao contexto local, a fim de buscar melhores resultados. Assim, ao tomar diferentes metodologias, fazendo o recorte destas de acordo com os objetivos da pesquisa, somando as contribuições que cada uma delas poderia fornecer para o estudo, e adaptá-las às particularidades da cidade informal, criou-se uma metodologia própria de estudo que se apresentou como um diferencial desta pesquisa.

Após a aplicação desta metodologia de análise dos espaços livres em ZEIS, foi possível realizar uma avaliação final e propor algumas considerações para futuros estudos que tomem esta pesquisa como referência.

Primeiro, o contexto referencial para a definição dos aspectos necessários para a leitura dos espaços livres foi da cidade informal das ZEIS. Pelas peculiaridades das ZEIS fez-se necessário contextualizar os conceitos de espaço livre a essa realidade particular. Nesse processo, confirmou-se a proposta inicial de que os espaços livres são mais complexos do que áreas delimitadas no espaço urbano, como praças e parques. As questões sobre espaço consideradas neste estudo possibilitaram ampliar a compreensão dos espaços livres como um elemento que permeia toda a cidade.

Logo, os critérios estabelecidos nesta pesquisa para a análise e avaliação dos espaços livres podem ser aplicados para qualquer estudo espacial. Isso porque, os aspectos do espaço agrupados nos critérios socioambientais, urbanísticos, paisagísticos e socioculturais, permitem uma caracterização mais completa dos espaços.

Entretanto a leitura do espaço proposta pela metodologia ainda se mostrou presa à representação técnica focada na estética e função. Mesmo permitindo a análise dos espaços pela perspectiva da população, ao tomar ferramentas da pesquisa participativa, e propor o envolvimento do pesquisador com o espaço estudado, as pessoas e suas práticas socioespaciais, e as análises de cada um dos critérios com as falas e representações dos moradores, esta pesquisa falhou em representar as

informações através desta perspectiva mais humana e social, pelo olhar da população.

O modo como os dados foram tratados e sintetizados tendo como base a representação cartográfica produzida por tecnologia SIG, Sistemas de Informação Geográfica, através do aplicativo ArcGis, para o mapeamento georreferenciado dos dados, não permitiu uma análise do espaço exclusivamente através do discurso dos moradores, ou verdadeiramente dar voz aos moradores e representar os significados e simbologias do lugar através de suas práticas e discursos cotidianos.

Na apresentação deste estudo, expressei o anseio pessoal de expandir o olhar para além da formação técnica que foca na perspectiva da dimensão estética e funcional do espaço, que caracterizam a formação do arquiteto-urbanista. E, como pesquisadora do espaço urbano; que abarca em si um histórico de relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais; consegui aprender a focar nas pessoas e nas relações sociais.

O aprendizado que este trabalho proporcionou foi que, por uma perspectiva de pesquisadora, os resultados representam um passo inicial na mudança de olhar na leitura e estudo dos espaços, produzidos por arquitetos e urbanistas. Apesar de destacar que, ainda faz-se necessário aperfeiçoar o domínio das ferramentas metodológicas e, principalmente, de formas de representação capazes de sintetizar mais artística e simbolicamente as informações imateriais do espaço.

Meu anseio é que, de alguma forma, este estudo promova a valorização e fortalecimento das práticas sociais e dos espaços comunitários que constroem a identidade e a cultura local da comunidade de Jesus de Nazareth, acreditando que esse é um dos passos iniciais no processo de desenvolvimento socioespacial fundamentado na justiça social e na busca pela melhoria da qualidade de vida de comunidades segregadas nas cidades.

Portanto, espero que este estudo sirva como um guia para futuros pesquisadores, ou qualquer outro ator social, interessados em conhecer a realidade do bairro Jesus de Nazareth e propor soluções para essa comunidade, especialmente, para seus espaços livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIPRANDI, Danielly Cozer. **A construção coletiva dos espaços livres públicos**: o arquiteto e os procedimentos participativos: recentes experiências em Vitória (ES). 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

AMANCIO, Marcelo Augusto. **Relacionamento entre forma urbana e as viagens a pé**. 2005. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/11/TDE-2006-06-26T06:53:46Z-1070/Publico/DissMAA.pdf>. Acesso em: 15/05/2015.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 103 p.

BARTALINI, V. **Áreas verdes e espaço livres urbanos**. Paisagem E Ambiente, (1-2), 49-56. 1986.

BIENENSTEIN, Glauco. Estudo de caso: PROJETO TERRA – JABURU. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003. 94 p.

BRASIL. Estatuto da cidade. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 99 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 211 p.

BRETCHA, Gemma; NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; SALA, Pere. **Landscape and Public Participation**: The Experience of the Landscape Catalogues of Catalonia (Documents 1). Landscape Observatory of Catalonia; Directorate General of Citizen Participation, Ministry of Home Affairs, Institutional Relations and Participation, Government of Catalonia, 2010.

BONELLA, Danielle Soncini; FRANTZ, Diogo; POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck. **A função social da propriedade: Uma abordagem social e humana.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 58, out 2008. Disponível em: < http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=5195&n_link=revistaartigos_leitura>. Acesso em dez 2017.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. Projecto de um Novo Arrabalde. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

BUGARIN, Mirta Noemi Sataka; LIRA, Pablo Silva. Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória. Vitória, ES, 2011. IJSN: Texto para discussão, 37.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. Cadernos Metrópole 17. p. 219-240 10 sem. 2007.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAUJO, Rosane Lopes de. **A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro**. IN Coleção Habitare – Habitação das Metrópoles Brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: < http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf>. Acesso em: 19/02/2018.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. **Áreas Verdes**: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4.,Vitória, 1992. Anais. Vitória, PMV, 1992, p.29-38.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

CPTED - Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook. National Crime Prevention Council, Public Affairs Department, Police Headquarters. 2003.

DEVOS, Margô; PINHEIRO, Kennya Gava; LEITE, Janaína Frechiani Lara; SILVA, Jaldecy Pereira da. **Vitória bairro a bairro**. Secretaria de Gestão Estratégica/ Gerência de Informações Municipais. Prefeitura Municipal de Vitória, 2013. Disponível em: < http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/publicacoes/Vitoria_bairro_bairro/Vit%C3%B3ria_bairro_%20a_bairro.pdf>. Acesso em: 15/05/2015.

DIAGONAL URBANA CONSULTORIA S/C Ltda. Projeto Terra – poligonais 4, 5, 8, 10 e 12. Vitória: 2000.

ESTV 2ª Edição. **Famílias se recusam a sair de casas após pedra rolar em bairro de Vitória.** 2018. Disponível em:<https://globoplay.globo.com/v/6477856/>. Acesso em: fev. 2018.

FERNANDES, Edésio. Regularização de Assentamentos Informais na América Latina. Foco em Políticas Fundiárias. Lincoln Institute of Land Policy. 2011. 52 p.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. OLHARES DO MORRO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES E OS ALCANCES DA AUTO-REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA. In FREIRE-MEDEIROS, Bianca; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da (Org.). Imagens marginais. Natal, RN: EDUFRN, 2006. 182 p.

GEHL INSTITUTE. **The Public Life Diversity Toolkit**. Version 2. March, 2016.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **How to study public life**. Island Press, 2013.

G1 ES. **Feira comunitária começa a funcionar em Jesus de Nazareth, Vitória.** Junho, 2017. Disponível em:< https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/feira-comunitaria-comeca-a-funcionar-em-jesus-de-nazareth-vitoria.ghtml>. Acesso em: out. 2018.

G1 ES. **'No morro nós somos surdos e mudos', diz gari que se machucou em tiroteio em Jesus de Nazareth.** 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2018/09/21/no-morro-nos-somos-surdos-e-mudos-diz-gari-que-se-machucou-em-tiroteio-em-jesus-de-nazareth.ghtml>. Acesso em: fev. 2019.

HARVEY, David. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. Nova Yorque: Verso, 2013. xviii, 187 p.

HOLANDA, Frederico de. **Arquitetura Sociológica**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais V. 9, N.1. Maio 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormaisno Censo 2010. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil Demográfico de Vitória, Espírito Santo. IBGE, 2017. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vitoria.html>. Acesso em: out. 2018.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. **ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO.** Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 245 - 256 – 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; Aracaju, SE: Ed. da UFS, 2007. 342, [18]p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 178 p.

_____. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2011. 144 p.

_____. **The production of space**. Malden, Mass.: Blackwell Publishing, 2009. 454 p.

LINHARES, Fáio. **Menores suspeitos de tráfico são detidos em operação em Jesus de Nazareth, Vitória**. TV Gazeta. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2018/08/01/menores-suspeitos-de-trafico-sao-detidos-em-operacao-em-jesus-de-nazareth-vitoria.ghtml>. Acesso em: agosto 2018.

LORENA, Rodrigo Borrego et al. Caracterização de assentamentos precários por meio de Zonas Especiais de Interesse Social na Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia_cap11.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACEDO, SILVIO SOARES. **ESPAÇOS LIVRES.** Paisagem Ambiente Ensaios São Paulo n. 7 p. 15 - 56 jun. 1995.

MAGNANI, Jose Guilherme C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNOLI, Miranda Martineli. **Espaço Livre – objeto de trabalho**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 175 - 198 – 2006.

_____. **O Parque no Desenho Urbano**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 199 - 214 – 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250>. Acesso em: 16 feb. 2018.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo. IN Coleção Habitare – Habitação das Metrópoles Brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. 2007.

MARCHI, Ligia Betim. **PONTES DA PASSAGEM**: POR UMA FENOMENOLOGIA DO LUGAR. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFES. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 204p.

_____. **Habitação Cidade**. 7 ed. São Paulo: Atual, 1997. 79p.

_____. **Para entender a crise urbana.** 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015. 112p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília, Maio de 2010. 84 p.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3º Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretária de Estado da Cultura, 2008. Coleção Canaã, v. 8. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro_Historia_ES.pdf>. Acesso em 22/01/2014.

PLAN, Políticas Públicas. AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA TERRA MAIS IGUAL: Consolidação dos resultados (2005 – 2012). São Paulo, 2014. 91 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. 2007. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 19/10/2017.

QUEIROGA, Eugenio. **Da relevância pública dos espaços livres**: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014. QUEIROGA, 2014

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras:** Public squares in Brazil. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

RIBETTI, Gabriela. **Obra de contenção de pedras que rolaram em Jesus de Nazareth começa em Vitória**. TV Gazeta, 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/obra-de-contencao-de-pedras-que-rolaram-em-jesus-de-nazareth-comeca-em-vitoria.ghtml>. Acesso em: agosto 2018.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. 1ª ed. Buenos Ares: Tinta Limón, 2013.

ROGERS, R, et al. Towards an Urban Renaissance: Final Report of the Urban Task Force. THE URBAN TASK FORCE. Department of the Environment, Transport and the Regions, London. 1999.

ROLNIK, Raquel (Coord); SAULE JÚNIOR, Nelson (Coord). Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 1. Ed. 2001. Instituto Pólis. 210 p. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/estatuto-da-cidade-guia-para-implementacao-pelos-municipios-e-cidadaos/>. Acesso em: out. 2018.

SANTANA, Elaine Cristine Santos. **A Vitalidade e Segurança dos Espaços Livres**: Um novo eixo paisagístico para o bairro Bento Ferreira. Dissertação de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Vila Velha. 2015, 157 p.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Coord.). **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL. Centro de Pesquisas Urbanas. 3. ed. -. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 384 p., 2002.

SILVA, Douglas Bonella da. GEOHISTÓRIA DO BAIRRO JESUS DE NAZARETH. Dissertação de Conclusão de Curso de Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013. 70 p.

SILVA, Douglas Bonella da. Um estudo de caso da migração baiana da RMGV – o fluxo migratório entre o distrito de Pimenta (Mascote-BA) e o bairro Jesus de Nazareth (Vitória-ES) a partir da década de 1980. Dissertação Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2016. 127 p.

SILVA, Jailson de Souza e (organizador). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Helena Pazzini de. Praia do Suá: mudanças e permanências na paisagem. Dissertação Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2010. 201 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 556 p.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STILES, Richard. **A guideline for Making Space**. Disponível em: <www.In-institute.org/urban-spaces/urban-spaces.php?encyclopedia_id=248>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2008. 255.

TELLES, Denise Silva. **A Arborização de Ruas e Qualidade de Vida nas Cidades.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFES.2010.

VERDELJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal de. METODOLOGIA TERRA MAIS IGUAL. Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória. Programa PRÓCIDADES/BID – Subprograma 1: Urbanização de Favelas. Vitória, 2007. 87 p.

_____. Plano Social de Ações Integradas – Poligonal 5. Elaboração Diagonal Urbana Consultoria. Vitória, 2001.

_____. **Relatório Analítico:** Pesquisa Sócio-Econômica - Poligonal 5 - Jesus de Nazareth. Vitória, 2001.

_____. **Plano Social de Ações Integradas** – Poligonal 5. Elaboração Diagonal Urbana Consultoria. Vitória, 2001.

_____..**Lei de Nº 6705.** 2006. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2006/L6705.PDF>. Acesso em: 30 de março de 2015.

_____. **Relatório da Reunião/ Oficina de Planejamento Participativo e Integrado** das ações e intervenções para o desenvolvimento do turismo da Comunidade de Jesus de Nazareth. Vitória, 2012.

_____. **RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA**: Projeto de Turismo de Jesus de Nazareth. Vitória, 2012.

WHITAKER, João Sette. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. Agosto, 2005. Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/textos-academicos>. Acesso em: outubro de 2017.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O BAIRRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES)

PÓS-GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O BAIRRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES).

Nome:_____

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Faixa etária (idade):

A.( ) 0 a 14 anos B.( ) 15 a 29 anos C.( ) 30 a 59 anos D.( ) Acima de 60 anos

1. Há quanto tempo mora no bairro?

A.( ) 0 a 5 anos B.( ) 5 a 10 anos C.( ) 10 a 15 anos D.( ) 15 a 20 anos E.( ) 20 a 25 anos F.( ) 25 a 30 anos G.( ) Acima de 30 anos

2. Você gosta de morar no bairro Jesus de Nazareth? ( ) Sim ( ) Não Por quê?

_____

_____

_____

3. Você acha que falta algo no bairro? ( ) Sim ( ) Não

Descreva:_____

_____

4. O que poderia ser feito para melhorar o seu bairro?

_____

_____

_____

5. O que você acha que faz parte da identidade do bairro (festas, eventos, atividades)?

_____

_____

6. Como você classificaria a sua interação com os bairros vizinhos?

A. ( ) Ótima B.( ) Boa C.( ) Razoável D.( ) Negativa E. ( ) Indiferente

Por quê?_____

7. Quais locais você frequenta no bairro para atividades de lazer, prática de esportes ou encontros sociais (encontro com amigos e moradores)?

LOCAL	TIPO DE ATIVIDADE	Quando você frequênta?

8. Identifique no mapa do bairro as questões a seguir:

- Qual a abrangência do bairro Jesus de Nazareth? (Identifique o limite do bairro);
- Onde você mora? Localize no mapa a sua casa;
- Marque onde há lotes e terrenos vazios no bairro;
- Marque os locais para prática de esportes e atividades físicas (quadra, academia, etc)?
- Locais usados para atividades de lazer e encontros sociais (praças, praia, bar, igreja, locais onde acontecem as festas do bairro e encontros dos moradores, etc)?
- Locais com visual atrativo, ou vistas agradáveis?
- Pontos turísticos (locais do bairro que todos deviam conhecer pela beleza e significado para o bairro e sua história)?

APÊNDICE B - DIÁRIO DE VISITA – TOUR NO MORRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES)

PÓS-GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

DIÁRIO DE VISITA – TOUR NO MORRO JESUS DE NAZARETH, VITÓRIA (ES).

Nome:_____

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino **Idade:**_____

1. Você já visitou o bairro Jesus de Nazareth? ( ) Sim ( ) Não

2. O que você sabe sobre o bairro Jesus de Nazareth?

_____

_____

3. Utilize as considerações a seguir para identificar no mapa do bairro de Jesus de Nazareth elementos e características observadas durante o percurso (utilize a simbologia da legenda do mapa, numerando quando necessário):

- Qual a abrangência do bairro? Identifique o que parecer ser o limite do bairro;
- Identifique o trajeto percorrido durante o tour;
- Identifique ruas, becos e escadarias de destaque durante o tour;
- Marque onde há lotes e terrenos vazios no bairro;
- Marque os locais para prática de esportes e atividades físicas (quadra, academia, etc)?
- Locais usados para atividades de lazer e encontros sociais (praças, praia, bar, igreja, locais onde acontecem as festas do bairro e encontros dos moradores, etc)?
- Locais com visual atrativo, ou vistas agradáveis?
- Pontos turísticos (locais do bairro que todos deviam conhecer pela beleza e significado para o bairro e sua história)?

4. Identifique os pontos positivos e negativos do bairro?

O QUE VOCÊ GOSTOU? (POSITIVO)	O QUE VOCÊ NÃO GOSTOU? (NEGATIVO)

5. Identifique e descreva CENAS DE VIVÊNCIA durante o percurso pelo bairro.

- ONDE? Descreva as características do local da cena identificada.
- O QUE? Quais atividades estão acontecendo nessa cena?
- QUANTOS? Quantas pessoas estão envolvidas na cena?
- QUEM? Qual o perfil das pessoas envolvidas na cena (crianças, adultos, jovens)?

1.	2.
3.	4.

6. O que pode ser considerado como a identidade do bairro?

_____

_____

_____

7. Descreva como foi sua experiência (sensações, sentimentos, vivências, sons e odores) ao percorrer o bairro Jesus de Nazareth.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____